

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS DOUTORADO

CARLA GRAZIELA RODEGUEIRO BARCELOS ARAÚJO

O SENTIDO PRODUZIDO SOBRE A AGROECOLOGIA PELAS MULHERES:
VIVÊNCIAS E EXISTÊNCIAS EM ARROIO GRANDE

PELOTAS 2022

CARLA GRAZIELA RODEGUEIRO BARCELOS ARAÚJO

**O SENTIDO PRODUZIDO SOBRE A AGROECOLOGIA PELAS MULHERES: VIVÊNCIAS
E EXISTÊNCIAS EM ARROIO GRANDE**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Política Social e Direitos Humanos

Orientadora: Prof.^a Dr^a Cristine Jaques Ribeiro

PELOTAS 2022

Ficha Catalográfica

A663s Araújo, Carla Graziela Rodegueiro Barcelos

O sentido produzido sobre a agroecologia pelas mulheres: **vivências e existências em Arroio Grande / Carla Graziela Rodegueiro Barcelos Araújo. – Pelotas: UCPEL, 2022.**

150 f.

Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas. - Pelotas, BR-RS, 2022.

Orientadora: Cristine Jaques Ribeiro

1. Mulher rural. 2. Agroecologia. 3. Reforma agrária. I. Ribeiro, Cristine Jaques. II. Título.

Bibliotecária responsável: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

O SENTIDO PRODUZIDO SOBRE A AGROECOLOGIA PELAS MULHERES: VIVÊNCIAS E EXISTÊNCIAS EM ARROIO GRANDE

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Política Social e Direitos Humanos.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Cristine Jaques Ribeiro (Orientadora/UCPel)

Prof^a. Dr^a. Denise Bussoleti (UFPEL)

Prof. Dr. João Daniel Dorneles Ramos (USP)

Prof. Dr. Tiago de Garcia Nunes (PPG-PSDH/UCPEL)

DEDICATÓRIA

Dedico essa construção à família de onde vim e aquela que em outro plano escolhi formar.

AGRADECIMENTOS:

Uma das crenças mais fortes que tenho é que não vamos a lugar nenhum sozinhas e sozinhos, sobretudo quando queremos transformar. São muitos os agradecimentos, foram muitas as mãos estendidas durante esses quatro anos de vida.

Agradeço as mulheres que participaram da pesquisa que permitiram que eu entrasse em suas vidas, acessando suas belezas e também dificuldades, foram inúmeros os aprendizados.

Agradeço a todas forças do Universo que conspiraram para que eu iniciasse essa caminhada e por ter chegado até aqui, transformada.

Agradeço aos meus 3 filhos (Antônia, Francisco e João) que em sua primeira infância me dividiram com tantas outras demandas que o Ser mulher me implicaram nesses quatro anos, espero que tenham apreendido comigo assim como apreendo com eles.

Agradeço ao meu companheiro e afeto, Ádamo, que se modificou junto comigo e foi meu cúmplice nessa empreitada, se propondo a andar comigo, mesmo quando andamos separados.

Agradeço aos meus pais que me deram a vida, pai meu maior amigo e companheiro de pedal, minha mãe de forma especial, primeira mulher que conheci e admirei, minhas irmãs Rayane e Carol pela torcida verdadeira e incondicional, além de serem minha rede de apoio que sempre pude contar nos piores e melhores momentos, irmandade é que se fala.

Agradeço calorosamente a maior responsável pelo meu florescimento e libertação acadêmica minha orientadora, amiga e cúmplice. Meu processo de doutoramento não foi pesado, foi respeitoso, cheio de afeto e crescimento, pois ela conduziu assim.

Aos meus colegas e amigos do Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Agrária Urbana e Ambiental, o que seria de mim sem eles, Nino, Camila e Carla Ávila que desde o processo seletivo trouxe a menção “ começamos

juntas e vamos terminar juntas” ela estava certa, aqui estamos nós.

Agradeço a Universidade Católica de Pelotas, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, por todo conhecimento compartilhado e os inúmeros momentos de aprendizado.

RESUMO

A proposta desta tese é conhecer quais os sentidos produzidos pelas mulheres que atuam na feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande-RS sobre agroecologia. Para tanto foi acessado o pensamento decolonial enquanto possibilidade: primeiro, de compreensão das amarras estabelecidas pelo sistema colonial/capitalista/moderno e, segundo, de contribuição com a desconstrução da hegemonia na compreensão da questão social, de forma especial na América Latina. A compreensão sobre colonialidade também assume importância à medida que propõe pensar o sistema colonial como um modo de exploração aplicado na América Latina e impõe um projeto de civismo eurocentrado, constituído pela via do poder, saber, ser e gênero. É nesse cenário que as relações agrícolas brasileiras se fundam na perspectiva global e visam atender às demandas do mercado internacional, tendo em vista a industrialização da agricultura. A industrialização, para além de atividade econômica, é um mecanismo que atravessa a forma como as pessoas que vivem no espaço rural conduzem as suas vidas, pois interfere de maneira direta no seu relacionamento com a natureza, uma vez que esta também é explorada e danificada. Diante do exposto, ao olharmos o lugar social ocupado pela mulher rural, observando a intersecção de desafios que se colocam sobre o seu corpo, o gênero também é uma via da colonialidade e condiciona a mulher à função restrita da reprodução, caracterizando o seu labor como um processo não monetarizado de ajuda por estar atrelado ao âmbito doméstico. A agroecologia se coloca como um modo de vida que envolve a prática agrícola atuando nas dimensões científica, sociopolítica, cultural, alimentar, ambiental e econômica. Portanto, um dispositivo de resistência às opressões mencionadas. O lócus de pesquisa é composto pelas mulheres que atuam na Feira de Agricultura Familiar do município, sendo que estas em sua totalidade são assentadas. Entender que cada família atuante da feira produz vida de uma maneira singular, apesar de estarem engajadas em instâncias coletivas é fundamental. Nesse sentido, quanto à metodologia, optou-se pela abordagem qualitativa e modo cartográfico, pois se entendem as possibilidades, enquanto potência, para aproximar-se por meio da implicação nas complexidades presentes nas expressões que atravessam a vida das mulheres que vivem a experiência da agroecologia. Na perspectiva de lançar-se às descobertas da produção de sentidos pelas mulheres sobre agroecologia, buscou-se estabelecer processos de aproximação por meio da observação e diálogos em entrevistas semiestruturadas, visitas às feiras e aos lotes. Ao reconhecer as possibilidades e os desafios que cercam a prática agroecológica e a pluralidade expressa em cada família e território. O pressuposto se confirma no sentido de apontar a agroecologia como linha de fuga para as expressões de gênero no cenário rural, mas diante dessa realidade estudada, a relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem influência importante sobre os deslocamentos nas relações de gênero.

Palavras-Chave: Mulher Rural; Agroecologia; Reforma Agrária

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to know the meanings produced by women who work at the Arroio Grande -RS Family Agriculture fair on agroecology. In order to do so, decolonial thinking was accessed, as a possibility, first of understanding the ties established by the colonial/capitalist/modern system and secondly contributing to the deconstruction of hegemony in the understanding of the social issue, especially in Latin America. The understanding of coloniality also assumes importance as it proposes to think about the colonial system as a mode of exploitation applied in Latin America and imposes a project of Eurocentric civics, constituted by the path of power, knowledge, being and gender. It is in this scenario that Brazilian agricultural relations are based on a global perspective and aim to meet the demands of the international market, with a view to the industrialization of agriculture. Industrialization, in addition to economic activity, is a mechanism that crosses the way people who live in rural areas lead their lives, as it directly interferes with their relationship with nature, since it is also exploited and damaged. . Given the above, when we look at the social place occupied by rural women, observing the intersection of challenges that are placed on their bodies, considering that gender is also a way of coloniality and conditions women to the restricted function of reproduction, characterizing their labor as a non-monetized process of help because it is linked to the domestic sphere. Agroecology stands as a way of life that involves agricultural practice acting in the scientific, sociopolitical, cultural, food, environmental and economic dimensions, therefore, a device of resistance to the mentioned oppressions. The research locus is composed of women who work at the Family Farming Fair in the municipality, all of whom are settled. Understanding that each family active in the fair produces life in a unique way, despite being engaged in collective instances is fundamental. In this sense, regarding the methodology, we opted for a qualitative approach and a cartographic way, because we understand the possibilities, as a power, to approach through the implication in the complexities present in the expressions that cross the lives of women who live the experience of agroecology. In the perspective of launching the discoveries of the production of meanings by women, on agroecology, we sought to establish approximation processes through observation and dialogues in semi-structured interviews, visits to fairs and in the lots. By recognizing the possibilities and challenges that surround agroecological practice and the plurality expressed in each family and territory. The assumption is confirmed in the sense of pointing out agroecology as a line of escape for expressions of gender in the rural scenario, but given the reality studied, the relationship with the Landless Rural Workers Movement has an important influence on the displacements in gender relations.

Key words: Rural Woman; Agroecology; Agrarian Reform

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sistema de plantação com estufa	112
Figura 2 - Dimensões da sustentabilidade ecológica	115
Figura 3 - Tipos de comercialização agrícola de produtos orgânicos	122
Figura 4 - Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos no Brasil (Br) e na França (Fr)	125

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF	Constituição Federal
CONSEA	Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAO	A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
HAB/KM	Habitante por quilometro
IBGE	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST	Movimento do Trabalhador Rural Sem Terra
OAC	Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	Oxford Committe for Famine Relief (Comitê de Oxford para Alívio da Fome)
PAA	Programa de aquisição alimentar
PIB	Produto Interno Bruto
PNA	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RS	Rio Grande do Sul

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1.0 INÍCIO DE UM PENSAMENTO NO CONTRAPONTO	21
1.1. LENTES DECOLONIAS E ELEMENTOS TEÓRICOS	21
1.2. MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA E O CONSUMO DA VIDA ENQUANTO PRODUTO	43
1.3. COLONIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS LINHAS DE RESISTÊNCIA E EXISTÊNCIA.....	57
2. PARA FAZER SENTIDO É PRECISO SENTIR: VIVÊNCIAS E EXISTÊNCIAS DE MULHERES AGROECOLÓGICAS	68
2.1. A VIDA QUE VIBRA NO FEMININO RURAL.....	69
2.2. LINHA DE FUGA PARA A INTENSIDADE DO SER MULHER.....	78
2.3. A DIFERENÇA NÃO CABE NA REPETIÇÃO	95
3. MULTIPLICIDADES DO VIVER E DO RESISTIR: VIVÊNCIAS ATRAVÉS DA AGROECOLOGIA	108
3.1. REVOLUÇÃO MOLECULAR: O MOVIMENTO DO COTIDIANO	108
3.2. OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE LINHAS DE FUGA: CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	119
3.3. AGROECOLOGIA: UM LUGAR QUE VAI ALÉM DA AJUDA NA DISCUSSÃO DE GÊNERO	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICES	148

INTRODUÇÃO

O tema dessa construção versa sobre os sentidos provenientes de uma agroecologia feita por mulheres que atuam na Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande - RS. A aproximação com o tema, em um primeiro momento, não tem relação com a trajetória acadêmica trilhada antes do doutoramento, no entanto percorre sentidos e percepções construídos dos lugares de onde vim.

Para além dos embates acadêmicos em questionar a estrutura, o tema se aproxima de um dos lugares de onde vim. Meu avô paterno, de ancestralidade indígena, realizava práticas de benzimento e cestos trançados de cipó; foi um agricultor que sofreu a realidade de viver arrendando propriedades. Por não ter condições de se fixar em uma terra, viveu junto a minha avó e 13 filhos, existindo e resistindo. Minha avó, por sua vez, cuidava da casa e plantava nos arredores da casa para o sustento da família.

Nas décadas de 70/80, os filhos mais velhos compunham suas famílias e se fixavam na zona urbana em diferentes municípios do Rio Grande do Sul, e aqui iniciamos a minha implicação com o tema. Sou uma pesquisadora com antecedentes que viveram o êxodo rural. Vinda da periferia e inquieta com o sistema que produz (da forma mais voraz, mas também com uma mestra sutileza) desigualdade sobre os corpos em suas distintas configurações, aqui não restrinjo a desigualdade social expressada na materialidade da existência, mas entendendo que há prejuízos também imateriais.

Na qualidade de mulher periférica, a desigualdade social sempre me incomodou e desacomodou. Por isso, escolhi o Serviço Social como formação profissional. O fato de o curso ser baseado no paradigma teórico marxista deu eco a minha inquietação. Nesse cenário, percebia no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a pauta de luta que contemplava o questionamento principal da lógica hegemônica capitalista: a propriedade privada. Contudo, a vida acadêmica através do estágio e

oportunidades de permanência, Bolsa de Iniciação Científica, me conduziram a outros temas.

No doutoramento, já com outros processos vividos, deixei o desejo encontrar o acontecimento: me permiti pesquisar o que para mim fazia sentido, dentro das minhas experiências e racionalidade. Após pensar sobre o tema, a escolha por Arroio Grande foi através de familiares do município e amiga extensionista da Emater, eles me proporcionaram conhecer a feira na qual percebi uma expressiva presença feminina.

Embora a tese não seja sobre a minha história, considero importante explicitar de onde pisam os pés de quem realiza essa construção, entendendo que todo processo, sobretudo, oriundo do desejo, traz implicação. Nesse sentido, de antemão declaro que estou presente em cada uma destas linhas.

Não é lógico para mim que vidas como as dos meus avós paternos fossem tão subjugadas, eram tantos valores que circundavam aquela simplicidade. Contudo, cabe o questionamento, subjugadas para quem? Quem decide o que é feio ou bonito? Desenvolvido ou subdesenvolvido? Organizado ou desorganizado? Bom ou ruim? Certo ou errado?

Muitos desses questionamentos vêm ao encontro do nosso processo civilizatório iniciado desde a invasão do Brasil. O período chamado de Brasil Colônia, momento em que somos inseridos na dinâmica desenvolvimentista global, é marcado pela monocultura, latifúndio e a escravização. Em um regime de violência militarizada pela Coroa Portuguesa, a população originária foi massacrada, bem como seus costumes e cosmologia.

Instaura-se no Brasil uma projeção do existir à luz de valores ocidentalizados que se lançaram como processo civilizatório em nível global. Tal projeto é feito por e para uma espécie humana universal que se realiza em um plano econômico e geopolítico de poder, estabelecendo uma verdade e a subcondição da não verdade.

Esta dinâmica que visa a expansão do sistema capitalista traz consigo outras amarras para além das questões materiais/econômicas que nos

aprisionou o título de subdesenvolvido, enquanto a Europa, se torna a desenvolvida. Os processos colonialistas se desdobram além do poder, no ser, no saber e no gênero.

A colonialidade tem origem no sistema colonial que se reinventou, visto que o colonialismo perdura. Walter Mignolo e Aníbal Quijano trazem à baila a reflexão sobre a colonialidade do poder e a forma das articulações dentro do sistema mundo e como se colocam protegendo o poder hegemônico dentro dos processos de controle. Nesse mesmo campo, Carlos Walter Porto Gonçalves e Santiago Castro-Gómez abordam a colonialidade do saber, referindo-se à racionalidade construída como válida e imediatamente construindo outra como inválida. Maldonado Torres menciona sobre a colonialidade do ser que diz respeito às referências subjetivas que a constroem.

Assim, a colonialidade pode ser entendida como o meio de manutenção do sistema colonial. E a agricultura brasileira permanece submetida a atender interesses externos, atuando sob *commodities*, focando na exportação da produtividade agrícola. O agronegócio vem crescendo e impactando as diferentes facetas da desigualdade, sobretudo nas de gênero.

As mulheres camponesas interseccionam em seu corpo os desafios impostos às pessoas que existem no espaço rural. Sem ter acesso à terra (colonialidade do poder), tendo seu saber invalidado (colonialidade do saber) e sua existência subjugada (colonialidade do ser). Nesse contexto, ser mulher implica a expectativa de um lugar social específico, sobretudo, nos ambientes onde o agronegócio impera, pois se configuram por ambientes masculinizados em que a mulher ocupa o lugar de estrita ajuda.

Diante do exposto cenário de desigualdades, se instaura a luta pela soberania alimentar que se apresenta como paradigma antagônico ao sistema capitalista e de seus imperialismos. Paradigma este que atua sobre as diferentes formas de colonização e de colonialismos, reunindo elementos e princípios que consideram outras relações sociais, não fundamentadas na opressão, preconceito, dominação e exploração das pessoas e da natureza. Nesse sentido, a soberania alimentar propõe-se a pensar as relações

construídas desde a produção até o consumo do alimento, considerando a prerrogativa de que o povo detém a soberania na escolha desses processos, sem ter por objetivo principal atender as demandas do mercado. Fato que se opõe ao sistema agrário atual.

A agroecologia pode ser pensada como plano de fuga diante das questões citadas, enquanto caminho para a superação da monocultura em suas diferentes dimensões. Uma vez que pode ser entendida como disciplina científica, prática agrícola ou/e movimento político, a agroecologia pretende ultrapassar a forma convencional de agricultura e suas consequências nas relações entre o homem-mulher e natureza, propondo-se a revisar e revisitar os modos tradicionais de manejo com a terra, negando relações com princípios de troca monetária ou/e exploração, também entre os seres humanos, agindo dessa forma, inclusive, na questão de gênero. Nas atividades realizadas pela Associação Nacional de Agroecologia, gênero é pauta de reflexão e estudo. Já fez surgir o seguinte tema: “em feminismo não há agroecologia”, defendendo que ao rever as práticas de exploração da vida, também se refere ao lugar das mulheres.

Sendo assim, evidencia-se a importância do presente estudo, uma vez que se pretende aproximar aos sentidos possíveis que a agroecologia tem na vida das mulheres, refletindo sobre eles através do problema de pesquisa que busca justamente conhecer quais são os sentidos produzidos pelas mulheres que atuam na feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande- RS.

Considerando que estamos falando da produção de sentido, o modo de pesquisa cartográfica assume a melhor possibilidade de aproximação do objetivo pretendido, pressupondo a agroecologia enquanto um dispositivo de resistência vivido no cotidiano. Sem negar os desafios estipulados pelas perspectivas estruturais societárias, a nível material e subjetivo, pois este fato não impede a vivência de avanços na superação das faces da opressão contra a mulher.

Cartografar se apresenta com o foco no processo experimentado, considerando a implicação do pesquisador junto ao campo pesquisado, conforme evidenciamos na citação abaixo:

Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: metá-hódos. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (hódos) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o metá-hódos em hódos-metá. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2020, p. 10).

Nessa perspectiva, esta construção se configura em um desafio também para mim, no sentido de reconhecer a necessidade de me despir dos pragmatismos que me constituíram e constroem enquanto pesquisadora, pois outrora eu não conseguia reconhecer que a produção de conhecimento passa pelo afecto. Por isso, aponto que se tratam de amarras coloniais, já que elas são postas enquanto normativas (as acadêmicas e tantas outras). A perspectiva teórica decolonial assumida nesta construção auxilia na compreensão do tema, dialoga com a metodologia cartografica, possibilitando entender que há um processo de violência na imposição de uma racionalidade que leva em conta os saberes valorizados neste trabalho.

O campo de pesquisa foi a Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande. Ela é composta por agricultores e agricultoras familiares. Contudo, a abordagem ocorreu junto às mulheres que atuam nesse cenário. Participaram da pesquisa 5 mulheres, todas assentadas pela reforma agrária, tendo contato em maior ou menor grau com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A abordagem ocorreu em diferentes momentos e instrumentos, como, revisão bibliográfica acerca do tema, observação direta nas feiras da agricultura familiar - que são realizadas no perímetro urbano, área central do município de Arroio Grande -, entrevista semiestruturada -, que consistiu em abordagem junto aos agentes envolvidos no cenário da feira-, escuta sensível, a fim de coletar informações nas entrevistas ou nas conversas não sistematizadas no cotidiano da pesquisa, bem como, visita domiciliar - este instrumento não era previsto no projeto, mas identifiquei potencialidade a sua aplicação durante a pesquisa.

Devido a pandemia da Covid-19, as visitas não foram realizadas nos anos de 2020 e 2021. Já que só em 2022 foi possível realizar as visitas com período de permanência maior, conforme a realidade pandêmica permitiu. Vale mencionar que o contato com as agricultoras, através da feira, ocorreu desde 2019, no período inicial de construção do projeto.

Participaram da pesquisa as cinco agricultoras que compõem a feira, a extensionista da Emater, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e uma consumidora. As entrevistas adentraram de maneira mais íntima a vida das agricultoras, portanto abaixo passo a descrevê-las com pseudônimos apresentados a partir da minha percepção durante a construção do vínculo no período da pesquisa.

Agricultora Intensidades: Mulher, mãe de um casal, companheira de seu afeto e militante, 37 anos. Vou referir dessa forma, considerando que a presença dela não passa despercebida, os movimentos dela são feitos de força e vontade. Apesar da pouca idade passou por diferentes experiências dentro do processo de Reforma Agrária, inclusive na infância esteve acampada. Tem muito orgulho do que transforma através da agroecologia. Ela é uma usina de Intensidades.

Agricultora Afecto: a palavra Afecto na filosofia deleuziana significa um estado da alma, uma experiência, um encontro que movimenta as dimensões do corpo e da mente. Através das primeiras palavras tímidas a agricultora Afecto, mas logo ao falar de si trouxe uma trajetória consciente de seus processos. Com 47 anos, mulher, mãe de dois filhos, companheira e impulsionadora dos sonhos. Teve suas experiências com o campo de maneira não linear, entre campo e cidade, sempre em contato com assentamentos e acampamentos, através dos familiares e seus pais que estiveram acampados. Entre campo e cidade, hoje ela é (de ser) no campo e acredita que é possível a convivência das diferentes vidas desde que se exerça o cuidado.

Agricultora Rizoma: Mulher, mãe sóla de 3 filhos. Uma força e fé surpreendente. Agricultora desde criança, viveu a experiência do acampamento e com a habilidade de recalculiar o percurso mediante os

acontecimentos. No sentimento de gratidão das conexões realizadas nos momentos difíceis, estabelece e constrói redes de relacionamento horizontais e incalculáveis. Convicta no poder da natureza, aposta na saúde através de alimentos agroecológicos, saúde para si, para os seus e todos que ela entrega o que produz.

Agricultora Potência: Com 37 anos, mulher, mãe de dois filhos, companheira, uma alavanca de energia. Os pais passaram pelo acampamento, quando chegou já havia o assentamento. Acredita muito na força da mulher como potência para realizar seus próprios sonhos e independência através do trabalho. Muito orgulho em ser mulher. A agroecologia é tudo o que ela faz e o melhor retorno, além de saber que oferece um bom produto, é saber que o consumidor fica satisfeito.

Agricultora Multiplicidades: Com 50 anos e duas filhas, avó. Mulher e companheira. Não se reduz a uma única opinião, traz em seu relato a presença das dificuldades em seguir o caminho da plantação sem veneno, mas ainda assim, entende que não pode ser outra prática acertada para a natureza e para a saúde de todos. É um cotidiano de multiplicidades nas vivências do ardor do trabalho diário de cuidado, mas a alegria de fazer o que acredita através da agroecologia.

Todas as assentadas passaram pela vivência de acessar o lote e iniciar do começo o processo de plantio, desde a preparação do solo. São histórias de muito trabalho e de desafios subexistenciais. Simultaneamente, de expressão da força do próprio existir.

Cada encontro, oportunizado no processo de pesquisa, foi uma possibilidade através das histórias divididas, de contatar as questões de gênero que permeiam meu corpo e, assim, poderá ser com as leitoras que acessarem essa construção.

Chamo de construção, pois acredito que embora elaborada e organizada por mim, com o auxílio e cumplicidade da orientadora, se trata de muitas conexões com acontecimentos, processos, desejos e pessoas. Peço licença para chamar os capítulos de momentos.

No primeiro momento, propõe-se uma reflexão do pensamento decolonial enquanto possibilidade de contraponto à perspectiva eurocentrada, reconhecendo nesse processo o lugar de subjugação imposto à América Latina na relação global, bem como, as implicações sobre as atividades agrícolas e de gênero.

No segundo momento, intenta-se explorar as multiplicidades do ser mulher, bem como seus meios de existência, com a colaboração de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Gregório Barenblitt, através da Esquizoanálise, intenta-se refletir sobre os elementos que se conectam com a construção da subjetividade e subjetivação, dessa forma como tal elemento implica nos processos sociais de resistência.

No terceiro momento, o foco está na potencialidade da agroecologia e da feira, pois além da comercialização em circuito curto, há possibilidade de uma revolução molecular que movimenta questões vinculadas ao cotidiano. Nesse ínterim, aponta-se a agroecologia como via de realização de resistência contra a opressão de gênero nas atividades rurais.

Por fim, sem a intenção de trazer verdades ou análises finais, encerramos a construção com indicativos referentes ao contexto contatado sobre os sentidos produzidos pelas mulheres que participam da Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande, considerando as possibilidades e limites impostos à prática agroecológica, de forma especial na realidade arroio-grandense.

1. O INÍCIO DE UM PENSAMENTO NO CONTRAPONTO

Ninguém: os filhos de ninguém, os donos de nada Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos,
morrendo a vida, fodidos e mal pagos
Que não são embora sejam Que não falam idiomas, falam dialetos
Que não praticam religião, praticam superstições Que não fazem arte, fazem artesanato
Que não são seres humanos, são recursos humanos
Que não tem cultura, têm folclore Que não têm cara, têm braços Que não têm nome, têm
número
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata
Eduardo Galeano- Os ninguéns

O pensamento decolonial se configura como um modo de resistência epistêmico que se opõe à colonialidade. Mesmo assim, como parte da resistência, é preciso fazer o contraponto.

Iniciar um capítulo à luz do poema de Galeano intenciona introduzir o pensamento de que há um projeto em curso, projeto de apagamento das existências latino-americanas e, por isso, nas linhas a seguir proponho uma reflexão capaz de indicar sinais sobre esta afirmação.

1.1. LENTES DECOLONIAS E ELEMENTOS TEÓRICOS

Na direção e na expectativa de considerar saberes e vivências outrora invisibilizados das mulheres que atuam na agroecologia no município de Arroio Grande, é preciso aproximar-se dos processos coletivos e individuais, que compõem a história de ser mulher, rural e agroecológica nessa cidade localizada no sul do Rio Grande do Sul. São muitos caminhos de resistência que permeiam o corpo dessas mulheres que há pelo menos 13 anos atuam na Feira de Agricultura Familiar a nível municipal.

O Município de Arroio Grande se caracteriza por ser uma região com uma expressiva atuação no agronegócio, município com densidade demográfica de 7,35 hab/km², população total de 18.470. Porém, vale afirmar que são dados fornecidos pelo IBGE do Censo de 2010.

O mesmo menciona que em 2019 se estima uma população de cerca de 18. 293 habitantes. Apresenta como PIB Per capita R\$32.643,03, 78,8% das receitas são de fontes externas. O Índice de desenvolvimento humano é 0,657, o salário médio do trabalho formal é de 2,1 salários mínimos, 35,8% da população vive com ½ salário-mínimo, 72,2 % dos domicílios apresentam saneamento básico. Sobre a extensão territorial, apresenta 2.514,763 km (IBGE, 2020).

A maior parte da população concentra-se na área urbana, cerca de 80%. A receita bruta municipal é constituída de 82% do setor agropecuário (cultura de arroz, pecuária bovina, cultivo de soja, cultura do trigo, a ovinocultura e produção florestal); 8,0 % da indústria; e o comércio somado ao setor de serviços representam juntos 10 % do receituário bruto. Vale mencionar que as atividades econômicas de Arroio Grande dependem significativamente do Polo Regional de Pelotas e voltam-se para as áreas do maquinário, insumos, armazenagem e beneficiamento de grãos e carnes, além dos setores de serviços públicos, como saúde e educação (CAETANO, 2019).

Arroio Grande é uma cidade com atividade laboral rural significativa, mais acentuada na perspectiva da monocultura e agronegócio, fato que se contrapõe às lentes de vida das participantes dessa construção. O cotidiano das mulheres rurais que atuam nas feiras de agricultura familiar e o fazem por meio da prática agroecológica são atravessadas por pulsos de vida e, ao mesmo tempo, por processos modificadores. São cenários tecidos¹ pelo anseio de um mundo melhor, menos desigual e mais sustentável. Ao mesmo tempo, essas mulheres vivem o desafio de posicionar sua existência contra o projeto societário que segmenta e hierarquiza as formas de viver e existir.

Dentro do paradoxo em se posicionar contra as injustiças estabelecidas pelo sistema societário, ao longo do trabalho iremos problematizar e refletir, em prol da manifestação da vida. Considero importante chamar atenção ao que faz essa movimentação existir. É fato que

¹ Tecer é compreendido aqui como os movimentos de diferentes ordens e dimensões que adentram e constroem as vidas que se articulam.

a dinâmica social age sobre todas e todos, favorecendo poucos e massacrando muitos, porém as reações desses processos não são iguais, sendo necessário considerar essa diferença que muitas vezes aparece e existe dentro do que chamamos de diversidade. Ao realizar o movimento de aproximação da vida das mulheres que atuam com agroecologia, nos deparamos com a diferença que muitas vezes é minimizada pelos processos políticos de poder, seja ele no âmbito da política pública ou no cotidiano, mas vamos nos ater a essa diferença e a face potente que ela exerce.

O interesse desta construção está em apresentar uma reflexão, oriunda de um processo de pesquisa sobre os movimentos trazidos pela agroecologia na vida das mulheres rurais. Para tanto, utilizarei as lentes teóricas oferecidas pelo pensamento decolonial, considerando que nos permite evidenciar questões inerentes ao local onde este estudo está sendo realizado. Ou seja, a respeito de Arroio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil/ América Latina, sendo que todos esses territórios trazem em sua história aspectos vinculados a perspectivas coloniais² e de colonialidade³.

As expressões, não só as sociais, mas também culturais, econômicas, étnicas, raciais, de gênero e sexualidade se revelam nas micro e macrorrelações, atuando com viés estrutural e sistêmico. O existir da população latino-americana, enquanto espaço que viveu a colonização sofre o apagamento em detrimento da imposição de um processo civilizatório que produz violência, morte física e social.

Nesses termos, quando proponho o objetivo geral desta construção conhecer os sentidos produzidos pelas mulheres que atuam na feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande-RS sobre agroecologia, implica conhecer e entender os elementos que compõe o espaço da agroecologia sob o olhar específico das mulheres, a partir dos desafios que constituem a vida delas. As experiências vividas a partir do cenário proposto abordam e

² Perspectivas coloniais: modo de pensar, agir e existir baseado na colonização enquanto modo de poder.

³ Colonialidade: Walter D. Mignolo (2017) reflete a colonialidade como o lado mais obscuro da modernidade, sendo a colonialidade parte da modernidade que, assim como a América Latina, foi inventada e não descoberta, fundando uma ordem global, interconectando territórios sob a via econômica e geopolítica, e a expurgação de existências ao criar uma humanidade universal.

trazem as peculiaridades das vivências das mulheres que atuam em uma feira de agricultura familiar, localizada no sul do Estado do Rio Grande do Sul. Com isso, quero lembrar que se tratam de contextos atravessados não somente pelo aspecto geográfico, mas também pelas experiências políticas, econômicas e culturais. Assim como, pelos processos históricos vindos de cada família e comunidade, que em muito, resistem e persistem em considerar a sua existência a partir dos seus desejos, mesmo que a lógica sistêmica e capitalística tente a sua minimização.

Foi necessário ir além da aproximação dessas especificidades das mulheres agricultoras, entender os movimentos estruturais que constituem a vida delas. Dentro da referida proposta teórica implica problematizarmos a lógica global imperial que se coloca nos territórios. Esta ponderação é importante, pois é exemplo de uma lógica do existir imposta de fora para dentro sem considerar qualquer essência ou forma de vida preexistente.

Os processos envolvidos na expansão da economia mundial capitalista a "periferização" de economias, a criação de estruturas estatais frágeis que participam no sistema interestatal e são estrangidas por ele - implicaram uma certa quantidade de pressões no plano cultural: proletarização cristã, imposição das línguas européias, educação em tecnologias e Costumes específicos, alterações de códigos legais. Muitas dessas mudanças foram feitas à força. Outras foram levadas adiante pela persuasão de "educadores" cuja autoridade, em última análise, também se apoiava na força militar (WALLERSTEIN, 2001, p. 71).

O agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento econômico, é baseado em relações transnacionais. Ele articula aspectos relacionados à produção agrícola, de mercado, finanças e indústria internacional.

Por ser fundamentado na monocultura, produção em larga escala, não considera o estado de exploração da natureza e das pessoas. O agronegócio avança para atender as demandas globais movimentadas pelo sistema financeiro que deixa mais acirrada a concentração de renda e de terra. Este fato recai sobre as realidades locais, territoriais, comunitárias, à exemplo de Arroio Grande.

Alguns desafios vivenciados pelas mulheres/agricultoras/agroecológicas estão vinculados à expansão do

agronegócio⁴ no município (e região) de Arroio Grande. Por conta disso, há um esforço para responder às demandas do mercado, atuando sem priorizar as dimensões que compõem o território.

Podemos citar como uma consequência dessa dinâmica produtiva a deriva - dispersão de produtos agroquímicos por via área -, que implica na contaminação de produções realizadas sem o uso de agrotóxicos, culminando na barreira para a obtenção do Selo agroecológico. Entre os desafios citados pelas agricultoras, foi apontado a obtenção do selo agroecológico, considerando que seus lotes são cercados de extensas plantações de soja que utilizam a partir do modelo de produção convencional, com agrotóxicos e insumos químicos prejudicando a dinâmica das plantações pela contaminação aérea, do solo, e prejudicando a irrigação.

A obtenção do selo agroecológico está imbricada em passar por etapas de verificação e avaliação de requisitos no processo de produção junto ao Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) e credenciamento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que garante o cumprimento das etapas atinentes a plantação agroecológica. A partir da certificação se ampliam as possibilidades de comercialização na concisão de produto agroecológico.

O grupo vem se organizando e cumprindo as exigências para que consiga proteger sua produção da contaminação. Pois há uma movimentação que gera gastos além de tempo e energia para solucionar um problema criado pelo modelo de agricultura puramente comercial ou por vezes entendida como moderna.

Aparentemente a deriva pode parecer uma questão local que aflige especificamente o entorno da atividade rural de Arroio Grande, porém vale mencionar que não se trata de exclusividade local, tão pouco uma expressão microssocial. A dinâmica do agronegócio se instaura historicamente para responder às demandas externas destinadas a estabelecer um lugar para o

⁴ Agronegócio aqui é compreendido pela prática de agricultura entendida como convencional para o sistema predominante (mas não única ou mais antiga) que tem sua logística de produção baseada no mercado industrial e financeiro, que culmina em impactos ambientais, sociais, culturais, de saúde e econômicos

Brasil nas relações econômica e geopolítica global.

Voltando à questão da deriva que impacta a produção orgânica livre de venenos, se torna relevante apontar a reflexão enquanto consequência, mediante a prática e utilização de agrotóxicos no modelo produtivo que intenta o monocultivo. Assim, optam pela pulverização como método para aplicar o agrotóxico, considerando a alta possibilidade de contaminação pelo ar, solo ou água.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) aponta de forma incisiva a nocividade à saúde coletiva ocasionada pelo processo de pulverização de agrotóxicos, conforme descreve Wanderson Batista da Silva (2017):

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) propõe como ação concreta para o enfrentamento da questão do agrotóxico como um problema de saúde pública, a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos, tendo em vista a grande e acelerada expansão dessa forma de aplicação de venenos, especialmente em áreas de monocultivos, expondo territórios e populações a doses cada vez maiores de contaminantes com produtos tóxicos, o que gera agravos à saúde humana e aos ecossistemas (SILVA, 2017, p. 6).

Os prejuízos não são somente à saúde humana na dimensão biológica, mas impõe condições de existência. Uma vez que age sobre o ecossistema e se alastram sobre água e solo. Mesmo que a escolha da família seja resistir e existir por meio da agricultura familiar e/ou agroecológica.

Silva (2017) alerta sobre os meios de contaminação. Ele menciona que a partir do uso irrestrito do agrotóxico ocorre a perda da camada fértil do solo, sendo posteriormente corrigido com produtos químicos, que sem a proteção de florestas e matas ciliares, através da chuva há o escoamento para os rios, contaminando a água. De tal modo, o solo perde a possibilidade de oferta de nutrientes e absorve grande quantidade de contaminantes.

Outro fator importante citado pelo referido autor é a contaminação de insetos úteis - os polinizadores. De modo que, associado ao aumento do número de pragas resistentes, colaboram para o equilíbrio do ecossistema.

A agricultura convencional se estabelece ao responder a grande

estrutura de produção que tem em seu horizonte a via de maior lucratividade, sem respeito ou intenção a processos horizontais. Estamos falando de questões e condições que sustentam o sistema capitalista ao qual o Brasil faz parte, assim como a comunidade rural e a global através de relações transnacionais.

Immanuel Wallerstein percebe um processo estruturado e sistematizado. O autor aborda uma organização geopolítica global a partir da subdivisão do mundo em três dimensões: periferia, semiperiferia e centro. Tal teoria colabora ao compreendermos as desigualdades firmadas na perspectiva transnacional que influencia, por meio de instituições internacionais, no modo de viver e existir nas nações subalternizadas, ditando parâmetros nas relações sociais reveladas pela via da racialização, patriarcalismo e capitalismo.

Por esse complexo de processos às vezes chamamos "ocidentalização" ou, mais arrogantemente, "modernização": legitimada pela desejável vantagem de partilhar tanto OS frutos do universalismo quanto a fé na ideologia que o acompanha (WALLERSTEIN, 2001, p. 71).

O esgotamento do feudalismo como um projeto civilizatório apresentava limites para o acúmulo de riquezas. Associado à revolução camponesa, nasce o capitalismo e, nesse processo, o sistema mundo. Com vistas à ampliação da superacumulação, sem considerar as fronteiras e em busca da unificação econômica, cultural, social e societária é criada uma referência humana coletivamente imposta, sobre isso Wallerstein (2001, p. 71) descreve:

Houve dois motivos principais por trás dessas mudanças culturais impostas. Um foi a eficiência econômica. Para que se possa esperar que certo número de pessoas se comporte de certa maneira no âmbito da economia, é preciso ensinar as normas culturais requeridas e erradicar as normas culturais competidoras. O segundo motivo foi a segurança política. Acreditava-se que se as assim chamadas elites das zonas periféricas se "ocidentalizassem", se separariam de suas "massas" e estariam menos propensas [...] (Um terceiro motivo terá sido a insolência e arrogância dos conquistadores. Eu não desprezo este fator, mas não é necessário evocá-lo entre as pressões culturais, que teriam sido semelhantes mesmo na sua ausência).

O capitalismo, para além de um sistema econômico, exige e exerce a

função de um projeto societário. Segundo Wallerstein, ele soma dimensões imprescindíveis a serem consideradas, como a expansão geográfica do mundo, o controle do trabalho e, nos países centrais, na perspectiva do sistema mundo, a constituição de Estados fortes (MARTINS, 2015). Outro ponto importante a ser citado nesse contexto é o racismo, que no contexto da universalização, cumpre o papel da naturalização da exploração dos povos, conforme descreve Wallerstein (2001, p. 68):

O racismo foi o modo como vários segmentos da força de trabalho foram obrigados a se relacionar uns com os outros no interior de uma mesma estrutura econômica. O racismo é a justificativa ideológica da hierarquização da força de trabalho e da distribuição, altamente desigual, da recompensa

Dessa forma, o referido autor defende a teoria de que o capitalismo ocidental se estrutura hierarquicamente, impondo lugares aos países que se colocam na relação internacional. Esses lugares são do centro; - países com produção de alto valor econômico, aspectos políticos e cultural que transcendem as fronteiras nacionais se estabelecendo como referência, da semiperiferia; - países com produção de baixo valor, nos que se referem aos aspectos políticos e culturais, com um controle mediano das suas perspectivas internas sem influência das políticas externas- e da periferia; - países de produção apenas primárias, com absorção de mão de obra não especializada, e não possuem controle de sua política interna (MARTINS, 2015).

Sendo assim, o universalismo que se coloca por meio da globalização da economia, normatização, ética, cultura, regulamenta e hierarquiza a partir de referências, de acordo com a citação abaixo:

O universalismo é uma epistemologia. É um conjunto de crenças sobre o que pode ser conhecido e como pode ser conhecido. A essência desse ponto de vista é a seguinte: há afirmações gerais significativas sobre o mundo o mundo físico, o mundo social- que são universais e permanentemente verdadeiras; o objeto da ciência seria buscar essas afirmações gerais, de modo a eliminar de sua formulação todos os assim chamados elementos subjetivos, isto é, historicamente limitados (WALLERSTEIN, 2001, p.70).

Wallerstein considera o universalismo um dos fundamentos do

capitalismo histórico no qual se estabelece a “verdade”, compreendendo que se trata de uma verdade inventada a título de interesses econômicos sistemáticos. Nesse cenário, explicitado no pensamento *wallersteiniano* sobre o sistema mundo, possibilita-nos refletir as relações em patamar transnacional, em que os aspectos econômicos, culturais e políticos, articulados, exercem processos de dominação, exploração e opressão das regiões centrais para com as região semiperiféricas e periféricas. Nesse sentido, os países sul globais, aqueles que se encontram no chamado processo de desenvolvimento, no cenário das relações internacionais, a exemplo Ásia, África e América Latina, alocam-se em um lugar específico do contexto internacional de subalternização. Ao encontro dessa perspectiva, entendemos, neste estudo, como um processo estrutural para manutenção do sistema capitalista colonial, como é possível observar na citação a seguir:

Nessa divisão, formada a partir dos primórdios do capitalismo ocidental, os países ocupam uma função na ordem produtiva capitalista, sendo que os países centrais ocupam-se da produção de alto valor agregado, os periféricos fabricam bens de baixo valor e fornecem commodities e matérias-primas para a produção de alto valor dos países centrais e, por um, os países da semiperiferia, ora comportam-se como centro para a periferia, ora como periferia para os Estados centrais, tendo um papel intermediário (MARTINS, 2015, p.95).

A perspectiva do agronegócio na direção da exportação e do mercado transnacional atua de forma hegemônica, com reforço de estrangeiros que passam a comprar mais propriedades no Brasil. O que se coloca em disputa não é somente a reforma agrária operacionalizada pelo acesso à terra, mas da luta por um projeto de sociedade que implica a forma da produção agrícola e o respeito à existência dos povos e territórios.

Outro fator importante a ser mencionado é a evolução tecnológica produzida e utilizada pelos países do centro, facilitando e possibilitando o transporte, a comunicação e o armazenamento, abreviando limites no comércio mediante as fronteiras territoriais, concentrando em tais nações o trabalho especializado e a venda de produtos com alto valor agregado. A

presente relação desigual fundada no eurocentrismo⁵ desencadeia estruturalmente uma conexão de dependência que obriga os países sul globais a voltar o olhar das suas possibilidades de existência para o centro, que imperialmente são colocados como referência.

Quando refletimos a atuação das instituições internacionais que atuam na perspectiva universalizante e realizam intervenções a fim de mediar os processos transnacionais em diferentes frentes, como a ONU ou as instituições financeiras, percebemos que, para além de realizar mediações, existem aspectos que precisamos considerar. Dentro da perspectiva do sistema mundo, articulações para atravessar fronteiras econômicas, políticas e culturais, entram em vigor por meio de processos de colonialidade do poder, saber e ser. Nesse ínterim, adentraremos nesses conceitos, os quais somam na perspectiva teórica desta construção.

Diante do exposto existem algumas colocações que preciso ponderar referente a reflexão oferecida e o campo da pesquisa, sendo elas: a universalização; globalização das relações; verdade inventada; eurocentrismo. O risco oferecido pela universalização está em estabelecer um processo de padronização que se revela até mesmo quando reconhecemos a diversidade e categorizamos ou segmentamos, negando a singularidade. Tal comportamento também é revelado nos *modos operandi* de algumas políticas públicas.

Durante a aproximação dos processos que entornam o cotidiano das mulheres desta pesquisa, é possível perceber que a referida contradição se faz presente, considerando que estamos falando de mulheres que rompem alguns dos ciclos do patriarcado. Pois elas estão presentes nos diferentes momentos da distribuição dos alimentos. Desde a produção até a comercialização, em contraponto ao que é possível perceber no agronegócio, no qual se configuram espaços predominantemente masculinizados, sobretudo de decisão.

⁵ Eurocentrismo, para Enrique Dussel (2005), caracteriza-se como uma das facetas do processo colonial advinda junto a modernidade que coloca a Europa como referência (marco central) do projeto civilizatório, Na perspectiva falaciosa do desenvolvimentismo. Sendo assim, um pilar importante para a colonização e colonialidade, visando manter a Europa como centro e o restante na condição de Outro.

Mas voltando à questão da singularidade dentro da diversidade. A dinâmica estabelecida pelo processo universalizante impõe uma lógica de validação de um padrão que é funcional.

A partir da colocação acima, refletir sobre a colonialidade se faz imprescindível, o termo coloca-se como um meio estruturante do colonialismo, que se manifesta por meio das vias do poder, ser e saber.

Começaremos refletindo sobre a colonialidade do poder, que se define como as formas coloniais que permanecem atuando nas linhas econômicas e políticas. Tal conceito, fundamentado por Aníbal Quijano, coloca-se como um meio de problematização dos processos de violência estrutural, naturalizados pela modernidade, que articula os processos de subalternização e racialização na divisão do trabalho e na perspectiva das relações coloniais.

A palavra “Colonial” ou “Colonialismo”, bem como suas derivações podem comumente nos remeter aos momentos de descobrimento/invasão do Brasil e outros países da América Latina. Contudo, a partir da compreensão estabelecida sobre a colonialidade, percebemos que o colonialismo é uma estratégia que anda em consonância com a manutenção do capitalismo.

Walter D. Mignolo (2010) complexifica a compreensão sobre a colonialidade de poder, mencionando que esta ocorre em diferentes aspectos articulados, como no controle da economia, da autoridade, da natureza, de gênero e de sexualidade; controle da subjetividade do conhecimento. Conforme Mignolo (2010),

La colonialidad del poder está atravesada por actividades y controles específicos tales la colonialidad del saber, la colonialidad del ser, la colonialidad del ver, la colonialidad del hacer y del pensar, la colonialidad del oír, etc. Muchas de estas actividades pueden agruparse bajo la colonialidad del sentir, de los sentidos, es decir, de la síntesis (MIGNOLO, 2010, p. 12).

A importante contribuição de Mignolo corrobora as problematizações trazidas na realidade das mulheres que atuam com agroecologia. A via da colonialidade estabelece diferentes formas de controle que invadem a

materialidade e a subjetividade, através de normativas que estabelecem fronteiras no existir e no relacionar com as pessoas e o ambiente, sendo que ambas as relações são campo de lucratividade.

A feira recebe apoio da Prefeitura Municipal e da Emater no tocante ao deslocamento e articulação para espaços de comercialização dentro e fora do município. É importante salientar que são espaços de importantes efeitos: sociais, de diversidade cultural, econômica, popular, ambiental e alimentar. Assim, é imprescindível a implementação de políticas públicas, considerando que os desafios impostos pela organização societária capitalista são da perspectiva do agronegócio e industrial.

O contato com as mulheres atuantes na feira teve seu início em 2019. No período, vale mencionar que foi um ano antes do início da pandemia. As feiras ocorriam na praça, conhecida popularmente como praça dos camelôs, aos sábados, contando com a atuação de 5 famílias.

Com o estado de emergência⁶ instaurado pela pandemia da Covid-19, a dinâmica do grupo que compõe a feira de agricultura familiar também foi modificada. O processo de comercialização começa a ser administrado pelas redes sociais, redimensionando a organização coletiva enquanto feira. Em um grupo de comunicação online, os produtos eram anunciados. E, após recebidos, os pedidos eram entregues.

Durante a pandemia, a configuração do grupo foi tendo alterações, em 2022 são 5 famílias, todas são assentadas, e 3 são da formatação original. O grupo está inserido em mais frentes de comercialização, como a Feira da Agricultura ecológica, familiar e sociocultural de Arroio Grande, bem como na Feira de Agricultura Familiar de Jaguarão.

Outra mudança importante a ser referida é a mudança de local de realização. Antes era próxima ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na Praça dos Camelôs, e, atualmente, é na Praça Central.

A Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande, evidentemente, traz

⁶ Instaurado pela portaria nº 188 de 3 de fevereiro de 2020.

retorno econômico para as famílias que nela atuam. Porém, contribui com efeitos para além do financeiro, uma vez que oferece uma proposta de alimento e relação/ conexão, considerando que está envolta do produto ali comercializado.

Isso reflete uma forma de fazer agricultura que, no mínimo, questiona a convencional. Além de propiciar a troca de conhecimento, a prática de uma ética com outras possibilidades de existência e propõe, sobretudo, o acesso ao alimento mais saudável. Ou seja, aumenta as possibilidades de saúde e transformação, pois a feira também fomenta a produção livre de veneno, trazendo benefícios também para o ecossistema arroio-grandense.

A feira de agricultura familiar assume uma importância para além da questão da comercialização. Conforme podemos observar no relato de uma cliente, como são chamadas consumidoras da Feira, quando questionada sobre a motivação de ir a Feira:

O que me motiva é a maneira como as pessoas cultivam os produtos, como trabalham pra levar os alimentos frescos para ser vendido na feira. É bom ir na feira, e ao ar livre, encontramos as pessoas comprando, sem pressa, e isso faz muito bem. Bem os produtos são orgânicos, realmente são de ótima qualidade e os preços são acessíveis a todos (CONSUMIDORA, 2022).

Atuando sobre a perspectiva de relações horizontais e sustentáveis, a redistribuição de terras torna-se um elemento relevante ao refletir sobre a agroecologia. Já que ela defende e considera a produção orgânica baseada na sabedoria tradicional, denunciando o modelo de cultivo convencional, o qual tem uso exacerbado de agrotóxicos, plantio com vistas à monocultura e à industrialização da agricultura.

Esses fatos corroboram para a concentração de terra e bens, degradação da natureza e relações. De modo que expulsa o pequeno agricultor, tendo como desculpa a modernização dos processos agrícolas que existem, voltando-os para atender ao agronegócio.

Nesse contexto, entende-se que política pública de reforma agrária deve operar com o intuito de superar medidas reducionistas, como a desapropriação seguida da repartição de lotes. Ou seja, atuar na perspectiva

do acesso à terra, oferecendo possibilidades das agricultoras e agricultores estabelecerem-se a partir do seu modo de viver e existir.

O sentido do agronegócio é em direção da exportação e mercado transnacional, ele atua de forma hegemônica, com reforço de estrangeiros que passam a comprar mais propriedades no Brasil. O que se coloca em disputa não é somente a reforma agrária operacionalizada pelo acesso à terra; trata-se da luta por um projeto de sociedade que implica a forma da produção agrícola e o respeito à existência dos povos e territórios.

E o que seriam mesmo esses territórios? Poderia trazer aqui questões relacionadas à delimitação geográfica, que diz onde termina um lugar e começa outro. Mas muito além disso, na verdade a lógica que guia esse estudo antagoniza as fronteiras e limites, considerando que se busca pensar em sentidos produzidos. Ao longo do trabalho aprofundaremos este tema.

Aqui quero deixar nítido que a compreensão de território está atrelada à vida produzida que é tão singular e segue dinâmica própria, mesmo as fronteiras estando estabelecidas. Apesar do agronegócio figurar e os desafios se apresentem cotidianamente, a vida que pulsa nos processos que se estabelecem na vida das mulheres, que atuam na feira de Arroio Grande, revelada nos movimentos de resistência e organização na proposta que é mais ampla do que o processo de comercialização, mas uma forma de ver e viver.

Não há a intenção de banir a inserção do país na economia global, mas questionar e denunciar a economia de morte que segue a lógica colonialista, aniquilando a existência local em prol de uma dinâmica externa. Conforme é descrito a seguir:

Agroecologia exige uma inversão na ótica que orienta a agricultura de base agroquímica, a aplicação de tecnologias exógenas em relação aos ecossistemas agrícolas e, portanto, dependendo para sua efetivação de um conhecimento que o agricultor não domina. Resgatar a agricultura como uma cultura do Agro e retomar o agricultor como agente do processo de geração de conhecimento significa dar um sentido radical a Agroecologia como superação de um modelo de desenvolvimento (BALEM *et al.*, 2022).

A agroecologia, nesses termos, percebe a/o agricultora como um

agente ativo, junto da natureza, assumindo um novo paradigma agrário. Ao colocar enquanto prioridade a cultura local, considerando o sujeito como protagonista do seu tempo e processo.

É uma outra forma de ver e viver, falo de uma forma de viver que, em muitos momentos, não é reconhecida. E aqui adentro o conhecimento ancestral, que no colonialismo é silenciado. Sendo assim, nessa dimensão, a colonialidade do saber apresenta a mesma originalidade da colonialidade do poder. Porém se revela em outro viés, que constrói estruturalmente as perspectivas eurocentristas da construção epistêmica. De modo que expressa a imperialidade do conhecimento a ser considerado, apontando os demais a serem desconsiderados.

A resistência em reconhecer esse processo está em considerar a multiplicidade epistêmica e o fato de que o conhecimento está em todos os territórios, em todas as vidas e não apenas em um lugar. Assim, colabora com a reflexão Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005):

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, assinalados pela teoria da dependência e outras, um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3)

Santiago Castro-Gómez (2005), ao refletir sobre a criação do outro, contribui mencionando a modernidade como “máquina geradora de alteridade”, que resulta na negação da “hibridez, multiplicidade, ambiguidade” em prol de uma racionalidade eurocentrada, a qual se coloca como certa, atribuindo ao outro o errado.

A predominância de um saber coloca-se como um fator constituinte para a construção da modernidade, como bem afirma Castro-Gómez (2005). As ciências sociais estão para além de uma via do saber do Estado-nação, mas fundamental para o processo de implementação de políticas governamentais.

Trata-se, portanto, de instrumento de controle da vida, ao definir compreensões, metas coletivas, valores de cada nação, formas de

reestruturação econômica, legitimidade política. Todos esses materializados em sistemas disciplinares por meio de instituições, como escolas, prisões, hospitais, ou de leis que atribuem ao cidadão códigos de conduta pela via da identidade cultural cidadã (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

E, nesse contexto, observa-se que o saber também pode ser hegemônico. Ao se posicionar de maneira a manter as estruturas sociais, através de epistemologias que criam o outro, autodeclarando-se como verdade absoluta; negando a diversidade da vida presente em diferentes manifestações em distintos espaços.

A prática agroecológica parte do reconhecimento e incentivo da agricultura tradicional local, racionalidade local, que é transgeracional. Com isso, não se nega a ciência, ao contrário, pois a agroecologia também é ciência, mas foram elaboradas de acordo com as necessidades e com as técnicas de cultivo, características e manejo do solo, condições climáticas, entre outras.

apropriação do saber pelos agricultores, ou seja, os detentores das formas de se relacionar com a natureza passa dos técnicos para os agricultores, de forma que estes compreendam os processos que estão inseridos e criem novas situações, tornando-se agentes de transformação [...] O objetivo final é a qualidade de vida do agricultor e não a acumulação de capital, sendo que este se dá sem agressões ao meio, ou seja, o fazer agricultura se dá em interação com os ecossistemas e não em sua substituição (BALEM *et al.*, 2022)

Com o sistema colonial, todo o processo geracional construído é questionado e invalidado. Despoja-se o agricultor do seu fazer e imperialmente é imposto a agricultura moderna/industrial. Ao saber tradicional, é dado o lugar de “Outro”, entendido muitas vezes como não tecnificado, não moderno ou atrasado, quando se trata de uma racionalidade não respeitada e “apagada”.

Enquanto esse padrão de poder culmina sua trajetória de desenvolvimento e no próprio momento da exacerbação de suas piores tendências, com a planetarização de seu domínio, a América Latina não só continua prisioneira da colonialidade do poder e de sua dependência, mas sim, precisamente devido a isso, inclusive arrisca não chegar ao novo mundo que se vai configurando na crise atual, a mais profunda e global de todo o período da colonial/modernidade (QUIJANO, 2005, p. 30).

Enquanto a colonialidade do poder refere-se à perspectiva econômica e política, a colonialidade do saber refere-se à epistemologia construída por meio dos processos coloniais. A colonialidade do ser está relacionada aos paradigmas que constituem o ser nas suas subjetividades.

Nessa direção, Maldonado Torres reflete sobre as mudanças no campo do trabalho e da construção do saber que atravessaram as populações que sofreram a colonização, interferindo assim na construção da subjetividade. As disputas de poder que se inserem no contexto colonialista constroem, muitas vezes, violentando a subjetividade dos sujeitos que constituem o cenário moderno de forma diferente das referências eurocêntricas, sendo classificados e subjugados com a finalidade de perpetuar a dominação, exploração e opressão. Por conta dessas questões, Maldonado Torres (2008) afirma:

A colonialidade do Ser sugere que o Ser, de certa maneira, contraria a nossa própria existência. Lévinas, um indivíduo racializado e perseguido, teve a percepção desta realidade. O Ser não era algo que lhe abrisse o reino da significação, mas algo que parecia torná-lo alvo da aniquilação (TORRES, 2008, p. 94).

Nesse sentido, pensar a subjetividade enquanto uma construção social requer apontar a colonialidade do ser e a demarcação da inferiorização do(s) outro(s) que está(ão) para além da racionalidade europeia. Como, por exemplo, negros, indígenas e mulheres, que são subjugados em todos os aspectos de suas existências.

Nessa dinâmica dicotômica são validadas e invalidadas vidas em suas diferentes configurações, trazendo para nosso campo de análise, a população rural, em seus hábitos, cultura, e forma de ocupar a cidade divergem da população urbana, são áreas com extensões territoriais maiores, com avizinhamo distante. Essas condições estabelecem uma outra forma de se relacionar entre a comunidade e as políticas públicas que tendem a uma maior morosidade no atendimento.

Além disso, há uma distinta relação com o ambiente que, em alguns casos, também é o espaço laboral. Lugar onde se aplicam as compreensões de divisão de trabalho, saberes e técnicas utilizadas junto ao manejo da terra.

Nesse íterim, a dicotomização em muito atribui a população rural sinônimo de não desenvolvido ou não moderno em sua racionalidade.

A classificação social apontada por Aníbal Quijano, organizada a partir da racionalização não é suficiente para entender as problemáticas instauradas pela organização societária capitalista, colonial/moderna. Por isso, trago a reflexão sobre o patriarcado enquanto estrutura sistêmica utilizada para manter o projeto societário em vigência. A análise desse estudo trouxe em seu foco o olhar sobre a vida de mulheres rurais que atuam com agroecologia. De tal modo, pensar a constituição do feminino se faz relevante.

Trata-se de processos articulados e engendrados nas relações sociais, em que a mulher se encontra em desigualdade, sem usufruir das mesmas possibilidades que os homens. Essa realidade vai exercer o controle do corpo feminino, condicionando o seu processo reprodutivo e negando o produtivo.

Não são poucas as expressões que demonstram a desigualdade de gênero na sociedade capitalista, não sendo, portanto, causada pelo acaso, mas parte estrutural do sistema. Assim, para que o sistema em sua forma funcional permaneça a fluir, é necessária a normatização dos papéis sociais do ser homem e ser mulher, em torno do gênero. Refletir sobre o assunto dentro do aspecto político permite que pensemos sobre as amarras sociais e como a forma e os modos de opressão operam orientando e naturalizando condutas e valores.

Dentro da perspectiva de certo ou errado, são criadas condutas que são compreendidas como aceitas para o comportamento da mulher. Nesse aspecto, subjetividades são criadas e reproduzidas, por mais que o acesso à informação esteja presente, a desconstrução ainda é um desafio.

Conforme as frases da artista Pitty na música “Desconstruindo Amélia” “O ensejo a fez tão prendada, e ela foi educada *pra* cuidar e servir, de costume esquecia-se dela sempre a última a sair” (PITTY, 2009). As nuances em torno do cuidado constituem a formação do que é ser mulher, mesmo

que seja um lugar injusto; o subjetivo é alinhado nessa direção, e romper com a referida projeção é um processo profundo e necessário.

O patriarcado coloca-se enquanto parte importante e estratégica ao propósito da modernidade e, conseqüentemente, para o capitalismo. Não se trata de equalizar as dores ocasionadas pelo civismo imposto ao Brasil. Contudo, pontuamos as formas de exploração, dominação e opressão que formam a estrutura funcional do sistema societário, orquestradas à luz do eurocentrismo. Com o processo colonial, o lugar de poder é atrelado ao homem, definindo a mulher como um ser inferior com relações sociais impostas e limitadas às funções referentes à reprodução e ao cuidado da vida.

Nesse sentido, a mulher passa a ter um lugar e função normatizado por códigos de conduta impostos pelo moralismo (religioso e civil), e o corpo objetificado enquanto sinônimo de prazer alheio, sem condições sociais iguais. Tal cenário ainda se encontra presente.

Apesar da acirrada luta que vem ocupando os movimentos sociais feministas, as mulheres ainda estão condicionadas a existir à sombra de determinismos fundamentados pela estrutura social. Sendo assim, pode-se afirmar que a estrutura social brasileira traz como pilares da questão social as dimensões do racismo, do patriarcalismo e do classismo, elementos que se retroalimentam a fim de manter o capitalismo em vigor. Vale referir que não se trata de elementos que atuam de forma atomizada, mas interseccionada, fazendo com que as expressões sociais se manifestem distintamente.

Ainda parafraseando a cantora Pitty conforme a estrofe “A despeito de tanto mestrado ganha menos que o namorado e não entende, porque, tem talento de equilibrista ela é muita se você quer saber” (PITTY, 2009). É interessante para a atual estrutura social manter, assim como na racialização, sujeitos sociais capazes de ter o talento de equilibrista, servindo no cuidado à vida e também ao mercado de trabalho.

Oriunda de dimensões estruturais, em especial com a invenção da

modernidade, a justiça social só é possível ser alcançada com a equidade de oportunidades. Nesse sentido, a igualdade de gênero (assim como a de raça e de classe) é constante pauta que emerge intervenção. Os dados que desenham a realidade brasileira, fundamentada no patriarcado, são alarmantes e é preciso denunciar.

Segundo a Oxfam (2017), em uma média global, o salário da mulher é 23% menor que do homem. A taxa de trabalho informal chega a 75% nos países em desenvolvimento. Ainda há 170 países com ao menos uma lei que priva as mulheres de exercer direitos econômicos (OXFAM, 2017). No Brasil, a realidade não é menos desigual, apesar da igualdade legal garantida pela Constituição Federal de 1988.

A hierarquização e a subalternização do feminino não é algo natural ou biológico, mas socialmente construído e revelado nos dados a seguir. Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas concluiu que a Política de Licença Maternidade afasta de maneira significativa as mulheres do mercado de trabalho. Os dados apontam que no primeiro mês após o término da licença 5% perdem o emprego, no 2º mês, 15%, e em 12 meses o índice chega a 48%. A pesquisadora e professora Cecília Machado menciona que os motivos do rompimento de vínculo ocorrem na maioria dos casos por iniciativa do empregador e sem justa causa. Porém, não é possível afirmar se o rompimento é por decisão exclusiva do empregador, pois existem outros fatores que incidem sobre essa realidade, como, por exemplo, não ter quem cuide dos filhos no período de trabalho. Outro ponto importante revelado na pesquisa é que a perda do vínculo é maior entre as mulheres com menor escolaridade, em 16%. (MACHADO, 2016). Fato que nos leva a refletir sobre a necessidade de investimento em políticas que objetivem a manutenção do vínculo da mulher no mercado de trabalho, já que não é sabido tal impacto na realidade paternal.

A diferença salarial é outro impacto na realidade do trabalho da mulher. Conforme matéria publicada na agência IBGE, as mulheres trabalham cerca de 3 horas por semana a mais que os homens, e, mesmo com o nível educacional mais elevado, ganham em média 76,5% do salário

do homem. Outro dado é sobre o cuidado dispensado pelas mulheres aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, que chega a 73% a mais que pelos homens, em horas quantifica-se 10,5 horas semanais a mais (IBGE, 2018).

O fato de as mulheres ocuparem-se significativamente com os afazeres domésticos e com o cuidado de pessoas tenciona o estabelecimento de vínculos de trabalho a partir da flexibilidade, o que resulta em mais trabalho e menor remuneração. A partir desse contexto, o trabalho e a remuneração feminina desenharam uma realidade de ajuda ou incremento à renda familiar, já que o trabalho doméstico não costuma ser contabilizado como remunerado, sendo assim, é tratado como complemento. Contudo, quando dimensionamos a análise sobre o rendimento médio por hora, o resultado também é desigual, conforme a publicação abaixo:

Considerando-se o rendimento médio por hora trabalhada, ainda assim, as mulheres recebem menos do que os homens (86,7%), o que pode estar relacionado com a segregação ocupacional a que as mulheres podem estar submetidas no mercado de trabalho. O diferencial de rendimentos é maior na categoria ensino superior completo ou mais, na qual o rendimento das mulheres equivale a 63,4% do que os homens recebiam, em 2016 (IBGE, 2018)

Ainda sobre o aspecto do trabalho, a presença das mulheres existe em minoria nos cargos gerenciais. Outra dimensão em que a desigualdade de gênero se materializa é na vida política do país. De acordo com o IBGE (2018), em cada 10 deputados federais, 1 é mulher. Ainda assim existiam 3 unidades federadas sem representatividade feminina. No senado a representação é de 16%.

Os processos coloniais sistematizados em nível global geram e engendram relações hegemônicas transnacionais, que atuam na perspectiva de estabelecer um processo de desenvolvimento que aloca os países ditos desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nesse cenário, é importante alguns elementos serem teorizados e destacados.

Enrique Dussel (2005) colabora para a compreensão desse cenário ao refletir sobre a modernidade enquanto mito, ou seja, apresenta a

modernidade como uma invenção do mundo capitalista colonial que atravessa a vida cotidiana nos processos sócio-históricos da cultura, religião e ciência. A modernidade emerge como um horizonte a ser alcançado para a vivência de um sucesso civilizatório. Contudo, quem estabelece esse processo impõe a autorreferência de modernidade, criando a imagem “Do Outro”. Nesse contexto, traçamos na vida da mulher o lugar do outro que tem sua vida definida por um padrão a serviço do que é estabelecido como referência, no caso, homem, branco, heterossexual.

Nesse contexto, a América Latina insere-se como “O Outro” dominado, explorado, encoberto pela compreensão de imoderno, não planetário, considerando que a sociedade moderna se descreve como desenvolvida e superior, que tenciona o desenvolvimento daqueles que não se encontram dentro desse padrão. Isso pode ser visto na maneira em que é exprimido o projeto civilizatório eurocêntrico, que se coloca como ideal moral a ser alcançado, conforme descreve Dussel (2005):

o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera). Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à Modernidade apresentar-se não apenas como inocente, mas como emancipadora (DUSSEL, 2005, p. 30)

Diante do exposto, entende-se que a pobreza e as periferias são produções oriundas do sistema mundo que se funda através da hierarquização de povos e do civismo universalizado. No prisma da América Latina, o lugar de fala deste estudo e conseqüentemente de seu problema de análise, é entender que a questão social é imprescindível. A América Latina vive processos de subalternização histórica vinda da colonização, que aniquilou formas de existir até então exercidas neste espaço em prol de uma projeção civilizatória inventada.

Nesse momento, vou direcionar a reflexão para as conseqüências do sistema mundo e a dinâmica colonial sobre a questão da terra, expressão que afeta de forma direta a população brasileira, sobretudo a mulher rural.

1.2. MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA E O CONSUMO DA VIDA ENQUANTO PRODUTO

A comida no estômago é como o combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei a andar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida

Carolina Maria de Jesus – Quarto de Despejo

Conforme descrito por Carolina Maria de Jesus, são nefastas as consequências do modelo societário em que vivemos, pois impera à população a vivência no viés de sobrevivência. O projeto de nação imposto pela colonização traz agudas contradições que seguem depois das violências. Uma delas a ser aprofundada aqui é a desigualdade no acesso à terra e suas consequências na realidade rural.

A terra enquanto mercadoria vira propriedade, e segundo a OXFAM Brasil (2019), menos de 1% das propriedades rurais concentram quase 50% da área rural brasileira. Em contrapartida, 50% da área rural possui propriedades com 10 hectares ou menos e ocupam 2,3 %.

Desse desenho que esboça a dinâmica estrutural que decorrem efeitos negativos, não só para a realidade rural, mas para a sociedade, considerando que não falamos em espaços atomizados, mas sim de localidades que se relacionam em tempo integral e coexistem em virtude dessa relação. Portanto, conforme consta no informe da OXFAM Brasil sobre terrenos da desigualdade Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural,

A concentração da terra está ligada ao êxodo rural, à captura de recursos naturais e bens comuns, à degradação do meio ambiente e à formação de uma poderosa elite associada a um modelo agrícola baseado no latifúndio de monocultivo, voltado à produção de commodities para exportação e não para a produção de alimentos. É preciso reconhecer que a desigualdade é um grave e urgente problema no Brasil e que sua solução passa por transformações em suas causas estruturais (OXFAM, 2019, p. 1).

As relações sociais difundidas no espaço rural perpassam engendramentos de diferentes ordens. Elas culminam na construção de um imaginário social que coloca a população camponesa em lugar de não desenvolvida, atrasada e sem saber constituído. Um povo que tem seu modo de viver silenciado, não considerado e massacrado pelo poder hegemônico.

As relações de trabalho no espaço rural, quando voltadas para a agricultura, têm por característica a intervenção na natureza. Tal fato atravessa as compreensões cosmológicas de cada indivíduo, seja rompendo ou reforçando o modo de existir, repassado por cada ancestralidade. Assim, as perspectivas industriais que se baseiam na concentração de terra, monocultura e uso pouco restrito de agrotóxicos interferem de maneira direta na forma como a população rural vive, seja no seu trabalho ou em casa, mediante as possibilidades do acesso à terra, ao solo e à água.

Os desafios de viver no espaço rural se configuram em virtude desses processos de desigualdade no acesso à terra e demandam uma articulação eficiente no que tange às políticas públicas. O período pandêmico se caracterizou por tornar mais aguda as problemáticas sociais, considerando que a massa populacional tem em sua posse à força do trabalho que foi ameaçado pela necessidade de isolamento social enquanto medida e protocolo para o enfrentamento da Covid-19. Tal fato trouxe prejuízos para os trabalhadores rurais (não proprietários) e, especialmente, aqueles vinculados à agricultura familiar.

Com o fechamento das escolas, o Programa de Aquisição de Alimentos⁷ sofreu o redimensionamento. A entrega que ocorria junto às entidades públicas deixa de ocorrer e movimenta as formas de se reorganizar. Sobre o PAA, a agricultora Intensidades menciona:

é que o PA Estadual é para as instituições... é para casa de passagem

7 O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pelo decreto criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, apresenta a finalidade de fomentar a produção pela via da agricultura familiar, bem como promover a segurança alimentar para a população em situação de vulnerabilidade social ou usuárias de serviços públicos. Nesse sentido articula a compra da produção dos agricultores sem licitação e destina a instituições que realizam atendimentos voltados ao ensino, insegurança alimentar, bem como a rede socioassistencial

que tem né... Para esses Restaurantes Populares, então foi entregue menos, mas foi entregue para essas instituições, mas para as escolas não (INTENSIDADES, 2022).

Em 2022, o programa sofre nova alteração deixando de ser executado. Vale comentar que o PAA se configura como um avanço apresentando ainda desafios a serem superados, conforme a agricultora Intensidades comenta:

mais é na questão política mesmo, mas eu assim... a maioria do pessoal não se programa, eu não me programo, eu finjo que o PAA não existe. Se eu ficar esperando o PAA municipal e o PAA estadual eu vou passar fome, entendeu. Então não posso direcionar meus produtos só para isso. Então preciso me virar de outro jeito, entregar nos mercado, nas mercearias, fazer feiras. Então, não posso ficar pensando no PAA e se não tem PAA, vou viver de que jeito? Eu particularmente não me direciono só ao PA. meu foco é outra coisa. è que eu digo lá em casa. O PAA é uma renda extra que entra e eu finjo que não existe, pois não posso me preocupar com ele, não posso plantar em função do PAA, Entendeu?! (INTENSIDADES, 2022).

O fluxo de entrega ao programa sofre alteração no quantitativo que dentre outras expressões interferem na vida das agricultoras na pandemia. Com relação aos movimentos realizados durante o período pandêmico, existem dois pontos que chamam atenção e que indicam o modo de organização proposto pela agricultura familiar.

Com a alteração das feiras que começam a ser realizadas de maneira mais espaçada, são elaborados grupos de consumo via redes sociais. A partir de então, inicia-se um processo de entrega domiciliar dos produtos mediante encomenda nas redes sociais.

Uma das consequências do período pandêmico foi o aumento do desemprego⁸ e, conseqüentemente, se alastram as situações de vulnerabilidade social. Dentro da noção solidária daqueles que foram atravessados pela pandemia em sua existência, no que se refere à subsistência material, foram realizadas sopas semanais por um grupo de voluntários vinculados a Emater e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Os alimentos utilizados eram doados pela agricultura familiar.

8 Oito em cada dez famílias mencionam sofrer com a insegurança alimentar, não acessando alimento se não estiverem recebendo algum tipo de doação ao longo da pandemia. O referido estudo demonstra que a média de refeições por dia é de 1,9 (GOMES, 2021).

No início da pandemia, depois que as plataformas de comercialização dos produtos estavam funcionando, nós pensamos o que nós vamos fazer? A Paula me mandou a mensagem e disse: tem um grupo se organizando para fazer sopa para as pessoas querem através da plataforma, quando íamos entregar os produtos e parte deles eram doados para a finalidade da sopa. Teve bom tempo de solta e foi abastecido pela Agricultura Familiar, eu lembro da beringela, né, que nós não temos o costume de consumir berinjela e tinha um que produzia muita beringela aqui daí nós colocávamos na sopa e a receita se espalhou vocês lembram entendeu (João- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio Grande).

Muitas são as iniciativas populares de atuação nos efeitos da organização societária capitalista, ações que demonstram a população se solidarizando com a população. Tratam-se de ações valorosas e necessárias, pois não são poucas as vezes que atuam sobre as demandas imediatas relacionadas à sobrevivência, contudo não podemos deixar de mencionar que esses coletivos também realizam o tensionamento para que o Estado responda através de políticas públicas.

Em campanhas de solidariedade, o MST⁹ distribuiu mais de 6 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia junto a pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar nos espaços urbanos e rurais. Tal organização é histórica dentro dos processos do movimento e questiona através da sua luta a viabilidade dessa economia agrícola a dominação pelo agronegócio e, paralelamente, apresenta a realidade de insegurança alimentar vivida por mais de 20 milhões de cidadãos (FURTADO, 2022).

A realidade apresenta não se trata somente de ineficiência em políticas públicas, mas de um projeto societário que não reconhece ou prioriza o agricultor familiar ou a distribuição de terra representada pela Reforma Agrária. Basta analisarmos o avanço da bancada ruralista no Congresso Nacional, seria um grupo composto por diferentes partidos que se articulam para defender os interesses do agronegócio e o sistema

9 A Sigla e a Nomenclatura está de acordo com informado no site oficial da organização e está disponível nas referências bibliográficas, sendo que o nome do movimento é Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

patronal rural.

Institucionalmente a bancada ruralista é chamada de Frente Parlamentar Mista da Agropecuária que, no mandato 2019-2022, é composta por 280 parlamentares (39 senadores/as e 241 deputados/as), de acordo com o site oficial da FPA:

O objetivo da FPA é estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Dentre as prioridades atuais estão a modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor (FPA, S/D)

A problematização que fica a partir de tal objetivo é o lugar que o pequeno agricultor ocupa nessa proposta, frente a essa expressiva organização política. Vale mencionar que no governo presidencial de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, o primeiro conselho a ser extinto no primeiro dia de mandato através da medida provisória nº 870, foi o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), o que agrava o nível organizacional das políticas de combate à fome e distribuição de alimentos.

Percebe-se o favorecimento do agronegócio enquanto política pública, em algumas perspectivas de governo ocorre de forma mais acentuada. Conforme podemos perceber, a distribuição e o acesso à terra (reivindicação necessária para o enfrentamento à desigualdade rural), é uma frente a ser combatida pelo conservadorismo.

Tal contexto coloca-se de forma particular na realidade da mulher rural, uma vez que a desigualdade de gênero também está presente no espaço rural e se coloca de maneira única nesse cenário. O patriarcado delega à mulher a função social de cuidado da vida e exerce sob seu corpo o controle da reprodução, trazendo a essa característica biológica um peso utilitarista. As mulheres, também no espaço rural, encontram-se em menor expressividade nos espaços de decisão e ainda têm seu processo de trabalho atrelado ao ambiente doméstico, sendo este entendido como ajuda.

Não quero com esta construção fazer a defesa de que a mulher ocupe

os espaços de decisão, mas que ela esteja onde queira¹⁰, com plenas condições de refletir e decidir sobre sua vida e seus processos. Para tanto, é necessário que as mulheres rurais tenham suas demandas reconhecidas, considerando a diversidade de sujeitos, comunidades e culturas.

Com relação aos dados fundiários aponto aqui uma realidade que também desafia as políticas públicas. A mulher é proprietária 12,7% e tem posse da área rural de 5,5%. Enquanto 83,7% são proprietários e 94,5% têm posse da área (OXFAM, 2019). Tal realidade reafirma o sistema patriarcal que não coloca a mulher em lugares de decisão. O homem, mesmo que seja de forma institucional, permanece respondendo pelas posses da família. Compreensão sobre os aspectos inerentes ao acesso à terra, que tem em seu processo histórico a marca do latifúndio, colocando de imediato no horizonte das lutas sociais a Reforma Agrária pelo abismo social que gera. Pontuamos, de forma geral, que Reforma Agrária refere-se ao processo de distribuição de terras em forma de propriedade a fim de atender a justiça social, alcançando o que legalmente é chamado de função social da propriedade, conforme dispõe o artigo nº 186 da Constituição Federal de 1988.

O município de Arroio Grande tem atuação na reforma agrária, conta com quatro assentamentos: Chasqueiro, Santana, Potreiro da Torre e Potreiro da Estiva. O primeiro assentamento foi reconhecido em 1997, e desde então, vem participando das possibilidades e desafios que esta política pública apresenta.

A reforma agrária não é uma discussão nova, sendo objeto em muitos espaços que apresentam conflitos em torno do acesso à terra, e sob a égide do capitalismo, atende a função estrutural da concentração oligárquica. No Brasil, a reforma agrária é um tema que ganha espaço desde o período colonial até a contemporaneidade, considerando a estrutura fundiária que

10 Cabe aqui fazer menção sobre o lugar e o não lugar a ser ocupado pela mulher. Esta noção parte de um processo de luta encampado pelos movimentos feministas ao perceber o lugar social destinado à mulher, reduzindo sua existência à maternidade. Queremos com isso trazer a reflexão sobre o lugar a ser ocupado pela mulher sendo este atrelado ao seu desejo, sendo estes os lugares políticos, culturais, sociais, de decisão sobre a maternagem, sem que tenha prejuízo caso opte por ela.

apresenta características desde a sua gênese enquanto nação colonizada que sofreu a invasão, a ocupação e a privatização de territórios. Tais fatos que, somados à exploração do trabalho, culminam nas disparidades sociais, raciais e de gênero que perduram nas relações brasileiras ainda na contemporaneidade. Dito isso, é imprescindível fazer algumas pontuações históricas, a começar pela chegada da monarquia portuguesa no Brasil, marcada oficialmente em 1500, que demarca no período colonial relações de violência, exploração e dominação contra a terra invadida.

João Pedro Stédile (2011) menciona que com a supremacia econômica, política e militar, impulsionadas pelo capitalismo nascente, a coroa portuguesa buscava extrair e mercantilizar os bens naturais encontrados. Dessa forma, institui-se as primeiras atividades agrárias, fundadas na colonização, baseadas na monocultura, extração e apropriação de toda forma de vida encontrada no território.

Nessa etapa da colonização, observa-se que a propriedade legalmente reconhecida ocorre apenas sobre os corpos negros e indígenas. A terra em si ainda não apresenta o demarcador de propriedade, apesar de sofrer com a invasão e apropriação da natureza, caracterizando-se como colônia.

Na sequência, a atividade produtiva no Brasil Colônia baseia-se na perspectiva agrária e tem sua mão de obra sob o regime escravagista, fundamentando um vasto processo de acumulação, exploração e implementação do modo de produção chamado de *plantation*¹¹, voltado para atender as necessidades comerciais da Europa. Para além do modo de produção, também foram impostos todos os processos relacionados ao civismo europeu, como as leis, a cultura e a religião, conforme descreve Stedile (2011, p. 19):

11 Se refere a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, com a prática monocultura, ou seja, com a plantação de um único produto, destinado à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão etc. com o emprego de mão de obra escrava. Como a produção era voltada apenas para o mercado externo, sua localização deveria ser próxima dos portos, para diminuir custos com transporte (STEDILE, 2011)

Os colonizadores, então, organizaram o nosso território para produzir produtos agrícolas tropicais, de que sua sociedade europeia precisava. Trouxeram e nos impuseram a exploração comercial da cana-de-açúcar, do algodão, do gado bovino, do café, da pimenta-do-reino. E aproveitaram algumas plantas nativas, como o tabaco e o cacau, e as transformaram, com produção em escala, em mercadorias destinadas ao mercado europeu.

A independência dos países da América Latina não ocorre na direção da liberdade para que fossem estabelecidos sistemas de autorregulação ou autogestão, mas acontece para responder à dinâmica global mercadológica que se funda a partir da Europa. Sendo assim, vislumbra-se que a organização societária brasileira se origina em suas diferentes dimensões (econômica, cívica, cultural) a partir das necessidades externas, instauradas de acordo com uma elite nacional que passa a determinar os movimentos internos do país. Dessa forma, Nakatani, Faleiros e Vargas (2012, p. 219) colaboram ao descrever que “A lei de 1850 representou a introdução do sistema de propriedade privada das terras, estabelecendo, desde então, um mercado de terras”.

Em 1850, é promulgada a lei nº 601, o primeiro movimento legalista na direção da regulação da terra. Nesse momento, é estabelecido o marco de propriedade da terra. Ele ocorreu no intuito de impedir que a população recém liberta, pelo fim da escravidão, se apropriasse das terras não ocupadas, passando a pertencer ao Estado brasileiro. Nesse sentido, o Estado atuou em conveniência com fraude e corrupção no processo documental, de titulação e alteração topográficas, não alterando, assim, a correlação de forças anteriormente estabelecida, reforçando o monopólio do acesso à terra (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

A transição do regime de trabalho que passa do escravagista para assalariado resulta em outro fator importante a ser considerado, pois, somado à monopolização da terra enquanto propriedade, aponta efeitos diretos nas relações sociais, raciais e de gênero. Nesse cenário, funda-se o modelo fundiário brasileiro, considerando a impossibilidade de pequenos agricultores e escravizados recém libertos acessarem a terra, pois exigia o pagamento à coroa portuguesa. Tal processo dá início ao mercado de

terras e institucionaliza o latifúndio. A referida dinâmica centra o poder na figura do proprietário (europeu) de grandes extensões territoriais, atravessa marcos históricos e chega à contemporaneidade ainda sem realizar grandes alterações no modo de operar mediante a propriedade, permanecendo sob a lógica da acumulação de uma minoria (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

No momento em que o Brasil atua em uma perspectiva não mais pré-capitalista, mas a partir de relações mais complexificadas de mercado, emerge a necessidade de intensificação da mão de obra capaz de atuar em grandes produções, sendo assim Nakatani, Faleiros e Vargas (2012, p. 220) descrevem:

O que estava em questão era o abastecimento de mão de obra para as grandes unidades produtoras de café e a viabilização do avanço e da ocupação da fronteira agrícola. Nestes termos, grande parte do fluxo de imigrantes advindos em finais do século XIX, ao chegar ao Brasil, foi direcionada às fazendas e se submeteu a relações de trabalho que, se por um lado podem ser qualificadas juridicamente pela liberdade (um contrato entre duas partes livres e iguais), por outro impôs a essa população relações de trabalho absolutamente deletéria.

Mediante a situação inicia-se o processo de imigração sem uma política específica. O colonato ocorria com a empregabilidade do imigrante em fazendas, a este era cedida uma pequena extensão de terra para o plantio referente a sua subsistência. A sua atividade principal seria nas terras do proprietário da fazenda em troca da quitação da dívida de seu traslado e da terra cedida (NAKATANI et al., 2012).

Outro marco importante a ser citado foi o processo de industrialização iniciado na Era Vargas, em 1930, que demandou mão de obra nos centros industriais. Esse fato incidiu em uma série de desdobramentos no fluxo migratório no sentido rural-urbano, bem como das demais cidades do país para Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa vez as atividades econômicas estão mais voltadas para os movimentos internos, considerando os períodos de guerra e as dificuldades com importações.

A oligarquia rural ainda mantinha o poder e o controle da economia. Porém, a crise de 1929 causa uma queda drástica do preço do café, que era a principal cultura que movia a economia do país, e assim o

café passa a entrar em decadência juntamente com a oligarquia rural. Dessa maneira, no Brasil, a partir da década de 1930, muda o eixo de acumulação da economia, passando da monocultura do café para indústria, e assim o Brasil vai aos poucos deixando de ser um país agrário exportador e passa a se configurar como um país urbano indústria (MIRALHA, 2006, p. 174)

A atividade econômica deixou de ser exclusivamente agrícola para a indústria, sendo que na perspectiva da propriedade da terra ainda permaneceu a lógica latifundiária. O cenário de concentração não se altera, apenas tenciona-se um cenário de alta mobilidade de trabalhadores e suas famílias, complexificação da estrutura urbanística (MIRALHA, 2006). É possível observar que nesse período acentua-se a demarcação entre classes sociais de interesses antagônicos. É isso que define a década de 60 pelos movimentos populares, eles se manifestam em torno de questões relacionadas à terra, no que se refere ao seu acesso e distribuição. De acordo com Stédile (2011), o estatuto da terra é promulgado no primeiro ano do governo militar de 1964, expressando um conjunto de normativas que definiam no plano legal os significados da terra.

A positivação do Estatuto da terra trouxe para a reforma agrária a perspectiva de um campo de conflito tencionado pelo embate de intenções antagônicas no que se refere à terra enquanto propriedade. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), foi criado em 1970, com a tarefa de materializar as ações para reforma agrária, viabilizando a organização da perspectiva fundiária a partir da abordagem do Estatuto da Terra. Com a redemocratização em 1984, a Reforma Agrária volta a figurar através de um novo Plano Nacional que intenta o alcance de metas expressivas até 1989 (CAETANO, 2019).

Houveram avanços consideráveis oriundos dos movimentos e tensionamentos em direção da compreensão e aplicabilidade da reforma agrária. A nível constitucional, no processo de redemocratização em 1988, foi conquistado o artigo nº 184, que respalda e assegura o cumprimento da função social da terra. Nessa perspectiva, a reforma agrária, até o momento operacionalizada pelo INCRA, institui-se enquanto política pública. Trata-se de um setor com movimentos de avanços e retrocessos (inclusive chegando

à extinção do INCRA em 1987 e recriado 1989), conforme a compreensão e prioridade de cada governo (PENNA; ROSA, 2015).

Por se tratar de um campo em constante disputa, não se revela como uma política pública estanque, apresenta variações e movimentos desde a implantação do Estatuto da Terra. O INCRA define-se como uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Atua em todos os Estados do Brasil, com atividade mais assídua nas regiões de maior conflito agrário ou maiores extensões territoriais.

Conforme descrito pelo Governo Federal (2020), “a Política de Reforma Agrária é o conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais” (GOV.INCRA, 2020). Nessa direção, a instituição objetiva alcançar a desconcentração de terra, produção de alimentos básicos, geração de ocupação e renda, combate à fome e à miséria, interiorização dos serviços públicos básicos, redução da migração campo-cidade, promoção da cidadania e da justiça social, diversificação do comércio e dos serviços no meio rural e, por fim, democratização de poder (GOV.INCRA, 2020).

Do lugar em que falo, enquanto assistente social, trago a defesa da ampliação e efetivação de ações governamentais que deem vazão e resposta às inúmeras frentes e expressões sociais oriundas do sistema. Contudo, é importante me comprometer com a análise até aqui realizada. A formação de poder concentrado no Estado contribui para a solidificação do civismo eurocentrado, sendo que este estabelece suas prioridades a serviço do interesse burguês e oligárquico, favorável a permanência da concentração de riquezas. Portanto, produz bolsões de miséria, estratificado em diferentes linhas de opressão e morte. Morte essa, não só no sentido físico, mas também subjetivo.

Entende-se que a política pública, sobretudo a social, configura-se como um terreno de constante disputa. Em especial quando seu objeto de intervenção se coloca veemente contra os processos de acumulação e segregação, como no caso da reforma agrária. Nesse sentido, traz à baila de maneira explícita o conflito presente e a contradição da atuação estatal,

que ora precisa operacionalizar um direito, e para tanto, interfere nos processos de acumulação, ora opta pela perspectiva neoliberal de modo a não realizar a referida intervenção.

Diante desse cenário, quando olhamos para a massa que vive as consequências da concentração de renda e desigualdade, nos deparamos com uma classe que aponta características quanto à raça e ao gênero. As estatísticas demonstram que no recorte dos 10 % dos menores rendimentos, 75,2% são pretos e pardos, 23,7% são brancos. Em contrapartida, 10% dos maiores rendimentos são usufruídos por 70,6% brancos e 27,7% pretos ou pardos¹² (IBGE,2018). Tal realidade indica a perspectiva de que a pobreza tem raça, fato que é explicado pelos processos sócio-históricos do Brasil da escravidão e por seus desdobramentos, ou seja, trata-se de uma questão histórica e estrutural. Sobre os dados referente a raça da população rural podemos afirmar que, conforme dados compilados pelo DIEESE (2011), 55,8% são pardos, 5,3 % são pretas, e 38,4% brancas.

A política pública da Reforma Agrária conta com a inserção dos governos Federal, Estadual e Municipal no que se refere ao atendimento dos assentamentos rurais, que passam a contar com assistência técnica, crédito, infraestrutura, bem como outras políticas de apoio a famílias assentadas. Vale mencionar que as terras não costumam ser cedidas pelas operacionalizações espontâneas da política pública de Reforma Agrária, mas na sequência de tensionamentos por meio dos acampamentos em terras que não executam a função social e são pagas pelas famílias que as recebem, bem como os créditos acessados. De acordo com Caetano (2019), em cada área assentada é realizada uma avaliação na qual é delimitada a capacidade estimada de famílias.

A partir desses dados, são realizados projetos de assentamentos e

12 Sobre a classificação quanto a cor aqui mencionada refere-se a adotada pelo IBGE considerando que, os dados citados são atinentes a esta fonte que considera a divisão de cor/raça em cinco grupo: pretos, pardos, amarelos, indígenas e brancos. Contudo, é preciso referir a discussão presente quanto os marcadores raciais. Munanga (2004) menciona que “Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. [...]. É uma qualificação política que se aproxima da definição norteamericana.” Munanga (2004) relata que nos Estados Unidos não há pardo, mulato ou mestiço, considerando que todo descendente de negro pode se reconhecer como negro.

publicados por meio de portaria. Na sequência, são realizados os trâmites para a implementação do assentamento. Nesse processo, é imprescindível apontar para a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), destacando a resistência coletiva do trabalhador rural contra as formas de opressão e exclusão de um modelo econômico baseado na concentração de terras que produz e reproduz violências e desigualdades.

A história do MST faz referência ao seu surgimento desde quando os primeiros indígenas se levantaram contra a colonização, na resistência coletiva dos quilombos, nas ligas camponesas, ou do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conforme descrito no site oficial do MST: “A semente para o surgimento do MST talvez já existia quando os primeiros indígenas se levantaram contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza” (MST,s/p, 2020).

Portanto, trata-se de movimentos e momentos diferentes de resistência. Contudo, nos traz a reflexão que a opressão oriunda da estrutura tencionou a resistência e a ocupação de terras. Com o movimento de resistência, com a concentração de terra e com a ditadura militar no final da década de 1970, consolidada no decorrer da década de 1980, surge o MST, eram eles os trabalhadores rurais sem terra e sem o direito de produzir alimentos (RIBEIRO, 2001).

No primeiro Congresso Nacional do MST, ocorrido no Paraná em 1985, foram delimitadas diretrizes e orientações para o processo de ocupação de terras em direção à conquista da Reforma Agrária e às mudanças estruturais (CALDART, 2001). Após a ditadura militar, na redemocratização, a Reforma Agrária teve uma baixa expressividade no que se refere à sua implementação, fato que é somado ao enrijecimento. Especificamente no governo Collor ocorre o aumento da repressão contra os Movimentos Rurais. Contudo, na atuação do Itamar Franco (devido ao impeachment de Collor), é criada a lei Agrária, que reafirma as conquistas constitucionais na reclassificação das propriedades. Porém, só em 1993 a lei é regulamentada e inicia-se o processo de sua operacionalização (MST,

2020).

Barros (2008) descreve que os Congressos Nacionais do movimento abordaram distintos temas em tempos diferentes, mas com questões antigas. O 2º Congresso, intitulado “Ocupar, Resistir e Produzir”, refletiu e denunciou o obstáculo que a União Democrática Ruralista representava à materialização do Plano Nacional de Reforma Agrária. O 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, o Movimento aborda os efeitos da Reforma Agrária, não só para a população rural, mas para o urbano, por meio do desinchaço populacional ao oferecer condições da população existir no espaço rural. Em 2004, o 4º Congresso Nacional do MST reuniu mais de 11 mil pessoas, e “Um Brasil Sem Latifúndio” foi o tema discutido. Nesse período, o regime agroexportador recebe a crítica de ser um modelo que não fortalece o latifúndio, a monocultura, e não é operacionalizado em prol do povo brasileiro, tão pouco do pequeno agricultor, gerando poucas condições de subsistência.

Conforme Ribeiro (2001), o processo de resistência construído pelo MST apresenta caráter popular e se articula de maneira a formar lideranças e instrumentos de enfrentamento a toda forma de opressão. Em seu cotidiano, atua numa visão de direitos coletivos, posicionando-se e adotando estratégias que ultrapasse o tabu, principalmente por parte das elites, questionando a propriedade. Pode-se afirmar que a existência deste movimento fornece muitos elementos para pensar a presente organização societária.

1.3. COLONIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS LINHAS DE RESISTÊNCIA E EXISTÊNCIA

“No princípio o verbo se fez fogo Nem atlas tinha o globo Mas tinha nome e o lugar
Era Terra, Terra Terra, Terra E fez o criador a natureza Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar Fez por fim, então, a rebeldia Que nos dá a garantia Que nos leva a
lutar Pela Terra, Terra Terra, Terra”
Pedro Munhoz- Canção da Terra

Dentro de discussões tão duras que insistem na mortificação de existência e dominação de corpos, ainda lateja o desejo de resistir. E ele deve ser reconhecido e exaltado. Não significa com isso negar os processos históricos estruturais que tanto massacraram e tentam nos exterminar, mas, acredito com existência e sentido (de sentir) que é momento de perceber o que nos leva a lutar, a reforma agrária ocupa um espaço importante nessa reflexão.

O tema da reforma agrária incide diretamente em uma das perspectivas vitais do capitalismo: a propriedade. Nesse sentido, será sempre um tema de ampla e acirrada disputa que pauta violência, extermínio e negação de existências. A herança colonial sucumbiu vidas a partir da hierarquização, classificando aquelas a serem protegidas, a burguesa, branca, masculina e heterossexual. Perante a face perversa e histórica de negação por parte do trabalhador no acesso à terra, a Reforma Agrária Popular intenta transcender a proposta institucionalizada que inserida na dinâmica agroindustrial corresponde ao processo de concentração fundiária, não rompendo com as perspectivas estruturais que produzem morte.

Além do latifúndio que demarca a divisão de classes, cabe refletir sobre outras dimensões que se constituem nas estruturas sociais e atravessam as relações no campo que, para além do modo de produção agrícola, revelam vida e existências. Na instituição do modo colonial agrícola latifundiário, ainda vinculado à coroa portuguesa e, posteriormente, em uma perspectiva agroexportadora, instaura-se um processo de aniquilamento de vidas em prol de um projeto civilizador eurocentrado.

Nesse processo, para além de uma questão de classe, emergem outros aspectos que igualmente alocam-se na estrutura para atender a finalidade da civilização dita moderna. Os africanos extirpados de seu

território original e os indígenas, população tradicional brasileira, foram basilares para o êxito da missão que violentou e eximiu aqueles que procuravam existir a partir de si e não do capital.

A mão de obra escravizada foi o primeiro meio de exploração e consequentemente vítima de diversas formas de violência. Todos os processos históricos que circundam e atravessam a questão da terra afetam a população afro-brasileira e indígena, basta pensarmos como foi o processo de transição da escravatura para o assalariamento, conforme citado acima, consequentemente a migração para o nordeste do Brasil. Bem como a ocupação das margens da cidade, formando as primeiras periferias brasileiras (MIRALHA, 2006).

A violência praticada no colonialismo continua existindo na colonialidade por meio de opressões e mecanismos de controle no viés do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2017). Nesse sentido, as relações sociais da América Latina ainda são marcadas sob a determinação do colonialismo, tendo as suas características originais violadas, subestimadas, dominadas e tensionadas à resistência, impondo e condicionando o lugar do trabalhador na sociedade, em especial do negro e da mulher.

A postura eurocentrista implica o olhar da população colonizada voltado para o colonizador como o espaço que dita as referências a serem seguidas nos âmbitos do poder, na construção epistêmica e da subjetividade que ocupa parte importante no existir da população. Assim, Mignolo (2017) afirma

O eurocentrismo (como conhecimento imperial cujo ponto de origem foi a Europa) poderia ser encontrado e reproduzido nas colônias e ex-colônias, assim como em locais que não foram diretamente colonizados (rotas de dispersão) (MIGNOLO, 2017,p.12).

As referidas perspectivas que teceram as relações sociais no período da colonização perduram e ainda são exercidas em outras roupagens. Na contemporaneidade os padrões eurocêntricos ainda ditam o que há de mais adequado a ser refletido, vivido e exercido em diferentes territórios, não só na população recém “liberta”, a partir da Lei Áurea. Walter Mignolo colabora

ao refletir que:

A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada (MIGNOLO, 2017, p.2).

Grada Kilomba, intelectual negra, escritora, com formação interdisciplinar nas áreas da psicologia, filosofia e das artes plásticas, em sua obra “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano”, traz riquíssimas contribuições no sentido de pensar as dimensões incorporadas pelo colonialismo numa perspectiva atemporal. Kilomba nos presenteia com a reflexão sobre *plantation*. Trata-se de um termo em inglês que é usado para referenciar o sistema colonial implementado pelas colônias europeias, fundamentadas em quatro pilares: Latifúndio, monocultura, escravização e exportação.

Kilomba aborda o *plantation* não apenas como um processo decorrente da organização econômica que se instaura em torno da terra no período colonial, mas como a forma que esse processo ocorreu tendo, em uma das suas colunas, a escravização de pessoas negras. O início de uma nação que estabelece o que a autora nomeia como a outridade¹³ (Kilomba, 2019).

O racismo serve para afirmar, reafirmar e manter estruturas violentas de segregação racial, por vias objetivas, como o poder sob o corpo, mas também se revela pelo poder de adentrar e colonizar a subjetividade, naturalizando as violências e a exploração. A ideia de kilomba é exemplificada através de um instrumento, chamado de máscara de silenciamento, utilizada na boca de pessoas escravizadas com o intuito de que estes não consumissem a cana de açúcar ou cacau durante o trabalho nas plantações. A autora aborda questões relacionadas a boca enquanto órgão de fala, expressão que quando negada culmina na dominação ou tortura, criando meios de outridade. O sujeito branco cria o negro e todas as

¹³ Outridade para Grada Kilomba está na criação do “outro” como o antagonista do “eu”, como um sujeito intrusivo a ser controlado (KILOMBA, 2019).

subjugações, estabelecendo relações objetificadoras (Kilomba, 2019).

Grada Kilomba apresenta a máscara enquanto instrumento que levanta múltiplas questões. Entre elas a problematização do silêncio causado pela boca que não fala, e o ouvido que não quer ouvir, conforme a citação a seguir:

Esse é o processo pelo qual as idéias- e verdades- desagradáveis se tornam inconscientes, vão para fora da consciência devido à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam. Contudo, enquanto enterradas no inconsciente, enquanto segredos, permanecem latentes e capazes de ser reveladas a qualquer momento. A máscara vedando a boca do sujeito negro impede-o de revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer se desviar, manter distância nas margens, invisíveis e quietas (KILOMBA, 2019, p. 41-42).

Quando analisamos quem hoje é a população atingida pela desigualdade social, não é à toa que nos deparamos com a desigualdade racial como parte da estrutura societária que persiste desde o período colonial. O Brasil se forma com base em uma estrutura social que classifica a partir da racialização, demarcando o seu (não) lugar, bem como seu (não) existir. Outro âmbito percebido nessa estrutura é a questão de gênero e a binariedade do viver a partir do sexo.

Grada Kilomba dialoga com Frantz Fanon em sua construção, ao refletir sobre as experiências subjetivas da população negra, indo ao encontro do período colonial e as práticas colonialistas. Fanon na obra “Os Condenados da Terra” contribui ao mencionar que a descolonização deve ser realizada e conquistada pelo próprio colonizado, não através do consentimento do colonizador.

Contudo, é possível afirmar que apesar de não sermos mais colônia de Portugal há mais de 500 anos, ainda somos colônia. Levando em consideração a influência de países imperialistas através de perspectivas econômicas estruturais, materiais e imateriais (subjetivo), as quais nos fazem viver à luz de uma outra existência.

Por fim, é relevante trazer aqui a noção trabalhada por Fanon sobre a necessidade de que o processo de resistência à exploração colonial seja

protagonizado pelo colonizado e não pelo proletariado europeu. Tal abordagem traz um novo lugar para as análises estruturantes, o qual indica a peculiaridade nas frentes de luta. Para além disso, indica ser importante a construção de uma identidade nacionalista, dinâmica, econômica, que priorize o seu povo, se distinguindo da imposta pelo modelo eurocentrado, o qual baseia a produção de bens para exportação sem que seu povo tenha direito de usufruí-la plenamente (FANON, 1968).

Dito isso, uma das consequências do colonialismo foi a apropriação das terras e de bens provenientes dela, com vasta exploração da população local, bem como a instituição de uma estética de vida criada e elaborada por estrangeiros.

Quando nos deparamos com a leitura dos problemas sociais através da colonialidade, percebemos que a construção do conhecimento, assim como as relações sociais, estão pautadas no eurocentrismo. Tal fato fortalece a tendência de perceber os problemas sociais a partir da modernidade enquanto acontecimento e não uma invenção em favor do capitalismo. Nesse sentido, esta construção apresenta relevância ao realizar um processo de enfrentamento à construção epistêmica eurocentrada, ao refletir sobre os desdobramentos que atravessam a questão de gênero no Brasil, a partir da compreensão da terra invadida e não descoberta, bem como, das existências suprimidas em prol de referências de humanidades importadas, conforme refletimos a seguir:

É dentro desse projeto de sociedade que o colonialismo criou identidades, assim legitimando umas e deslegitimando outras, construindo de modo desigual o poder de articulação, e até mesmo poder de existência, pois privilegiou certos grupos em detrimento de outros (MARTINS; MOITA, 2018, p. 4).

Desse modo, aponto para a importância do movimento pela descolonização das construções epistêmicas, a fim de superar as perspectivas reflexivas pautadas em um sistema excludente, branco e patriarcal, que coloniza também pela via do saber. Portanto, produzir a partir de referências que considerem o processo de colonização como fundamental

na reflexão da realidade brasileira significa abrir-se à construção do conhecimento a partir dos elementos que compõem e atravessam o processo histórico constituído na existência brasileira. Na direção da descolonização epistemológica, o referido estudo assenta sua análise sobre a perspectiva decolonial, por considerar importante propor novas lentes para a análise das questões de gênero.

Outro ponto importante que justifica o presente estudo é a necessária insistência nas reflexões sobre gênero, por ainda vigorar cenário de desigualdade. Sendo assim, a presente reflexão pretende somar-se aos processos de luta contra o patriarcado.

Quando incidimos as análises estruturais sobre a realidade da mulher rural que atua na agroecologia, percebemos que nesse cenário existem elementos que emergem e demonstram urgência em abordarmos e tecermos uma reflexão. Iniciamos apontando a relevância da luta pela reforma agrária no contexto do enfrentamento ao patriarcalismo. Ele se coloca como fundamental para o processo de superacumulação de bens e concentração de terra. Apesar do indicativo de assentamentos, avolumam-se quantitativamente no território brasileiro ações na direção da Reforma Agrária, mas que ainda são incipientes para garantir o acesso à terra. Conforme estudo realizado pela OXFAM Brasil, apenas 1% da propriedade agrícola detém 45% de área rural (OXFAM, 2019).

O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de países com maior desigualdade da América Latina. Observemos abaixo a realidade apontada pelos estudos da Fundação Getúlio Vargas.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que a desigualdade está crescendo no Brasil e registrou aumento persistente no segundo semestre de 2019, superando o pico histórico observado em 1989. Publicado pelo Centro de Políticas Sociais da fundação, o estudo avaliou as mudanças nos índices de desigualdade nos últimos sete anos e suas relações com o crescimento, as consequências sobre o bem estar social e a pobreza. Segundo o documento, enquanto a renda da metade mais pobre da população caiu cerca de 18%, somente o 1% mais rico teve quase 10% de aumento no poder de compra (FIOCRUZ, 2019).

O referido desenho aponta para a densidade de uma sociedade estratificada pela divisão de classe que aglutina pobreza à maior parte da população. O presente índice revela uma realidade que parece geral, mas ela é concretamente vivida no cotidiano da grande massa e se revela de maneira descritiva nas realidades municipais.

Conforme o relatório da OXFAM (2019), a concentração de renda afeta diretamente o índice de desenvolvimento social. Ou seja, quanto maior a desigualdade, menor o desenvolvimento social.

O estudo analisou os municípios brasileiros de acordo com sua relevância agropecuária, agrupando-os em três categorias: os 1% com maior concentração de terras, os 19% seguintes e os 80% restantes, usando o último Censo Agropecuário do IBGE, de 2006, e o IBGE Cidades, de 2010. Quando essas cidades foram comparadas em termos de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de concentração de renda, de pobreza e outros, verificou-se que os melhores indicadores sociais estavam em municípios com menor concentração de terra (OXFAM,2019)

No que se refere à Reforma Agrária enquanto política pública, ainda é possível identificar no site oficial do MST as publicações sobre os cortes orçamentários. Esses aparecem com frequência, são pelo menos 20 notícias de atos ou artigos que abordam o enxugamento estatal na reforma agrária, 8 delas relacionadas ao orçamento de 2015, 1 sobre o de 2016, 7 no orçamento de 2017 e 4, no de 2018. As matérias referenciam a realidade nacional e também de alguns Estados.

Em 2019, outra publicação aborda o silenciamento da Reforma Agrária, que no ano de 2018, apresentou o índice de 65% a mais de despejos do que 2017, conforme os índices apresentados à Comissão Pastoral da Terra. A mesma reportagem aponta, ainda, que em 81% dos casos de conflitos o interesse privado esteve envolvido na disputa por água e/ou por terra, favorecendo o agro-hidronegócio e o latifúndio. Conforme a denúncia da matéria, vale trazer o seguinte trecho.

Só em 2017, foram expedidos 26.523 Títulos de Domínio e 97.030 Contratos de Concessão de uso, o que supera a soma dos últimos dez anos. O objetivo foi beneficiar o mercado de terras, pois muitas famílias fragilizadas podem ceder à pressão do agronegócio e do latifúndio e venderem seus lotes. Em outras palavras: os assentamentos da Reforma Agrária, fruto exclusivamente de décadas

luta de milhares de famílias sem-terra, estão agora disponíveis à reconcentração fundiária uma vez titularizados (MST, 2019).

Nesse sentido, chama a atenção e se torna relevante mencionar a iniciativa do governo em expedir títulos de propriedade, porque isso fragiliza em diferentes vias o processo de luta pela Reforma Agrária Popular. Uma vez que o proprietário (não mais assentado) não acessa os incentivos para manter-se enquanto pequeno agricultor assentado pela Reforma Agrária. Ou seja, o Estado é eximido de cumprir com o suporte que auxilia nos processos de produção a partir da agricultura familiar e da Reforma Agrária.

Com os processos de produção e subsistência fragilizados, os pequenos produtores ficam suscetíveis à venda de seus lotes aos latifundiários, indo, assim, de encontro ao propósito da reforma agrária popular. Tais fatos culminam no agravamento das mazelas sociais e no fortalecimento do agronegócio altamente segregador e insustentável nas dimensões sociais, raciais, de gênero, econômicas e ambientais.

De acordo com o IBGE (2017), aumentou em 20,4% o número de estabelecimentos que utilizam agrotóxico, sendo que em 2019 foram liberados pelo Governo Federal. As variáveis desse tipo de insumo prejudicam diretamente as possibilidades de produção, não somente o solo em que está sendo realizado o plantio, mas também os terrenos vizinhos e a água do entorno.

Além do MST outros veículos de comunicação também abordam o corte de recursos para a Reforma Agrária. O corte de 87% do recurso para a Reforma Agrária para 2018, fato que foi pauta de mobilização do MST (PAIXÃO, 2017).

A ONG Brasil Repórter, em matéria veiculada em 2017, notificou a prática de titulometria realizada pelo INCRA. Trata-se de um meio de aferição de quantos títulos eram expedidos pelas superintendências regionais, premiando com notebooks aquelas que ocupassem a 1^o, 2^o e 3^a colocação em um ranking criado na instituição (MAGALHÃES, 2017).

A comissão de Direitos Humanos e legislação participativa do Senado reuniu-se em 2017 para debater o corte previsto na lei orçamentária para os

programas de apoio para a reforma agrária e agricultura familiar. Na oportunidade, indicaram a fragilização do INCRA, que apresentava no período 45% dos funcionários em processo de aposentadoria. Tal movimento de fragilização afetaria de forma direta a realidade brasileira, já que 70% dos alimentos consumidos internamente são oriundos da agricultura familiar, realizada por famílias assentadas. A desarticulação de políticas para esse setor impactaria a referida cadeia, produção, distribuição, comercialização/aquisição e consumo.

Outra característica fundamental a ser citada e que, podemos pontuar no campo das desigualdades, é a questão de gênero. Oriunda de dimensões estruturais, em especial com a invenção da modernidade, a justiça social só é possível ser alcançada com a equidade de oportunidades.

Apesar de ser significativo o avanço no campo legal, cabe salientar que os mesmos foram conquistados em movimentos de resistência às opressões, tendo em vista que essas violências se consolidam na vida das mulheres brasileiras. Conforme demonstram os dados do IPEA (2019), a violência que atinge as mulheres chega a 1,3 milhão de mulheres, sendo 43,1% dos atos realizados no ambiente doméstico e 36,7 nas vias públicas e 32,2 % são praticados por pessoas conhecidas, 25,9 % pelo cônjuge e 29,1% desconhecidos.

O estudo demonstra ainda que 52,2% das mulheres que sofrem violência são economicamente ativas (embora isso não signifique sinônimo de economicamente independente), sendo que 24,9% não compõem o mercado de trabalho (IPEA, 2019). Sobre a taxa de feminicídio, o Brasil atinge a infeliz marca do 5º lugar no ranking mundial, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Evidenciamos a desigualdade racial também nesse aspecto, pois 66% das mulheres mortas em 2017 são negras, conforme mostra o Atlas da Violência de 2019. (IPEA, 2019). Nesse sentido, sinalizamos a incipiência estatal no atendimento a esta faceta de violência de gênero: apenas 7,9% dos municípios brasileiros têm delegacia especializada de atendimento à mulher (IPEA, 2019).

A luta pela igualdade de gênero está longe de ser homogênea, devido às diferentes maneiras de existir da mulher brasileira e aos processos sócio-históricos vivenciados pelas mesmas. Contudo, conflui quando a pauta é a resistência contra a opressão de gênero, que também é localizada no espaço rural. O trabalho realizado pela mulher rural também é invisibilizado e dogmatizado, visto ser dividido pelo fator sexual (atividades de homem e atividades de mulher) e viver o processo de desigualdade em relação ao homem. Conforme reflete Mariane Rodrigues da Silva (2019),

refletindo a respeito da condição da mulher trabalhadora rural, tem-se que o meio rural se faz lócus “privilegiado” da reprodução social das desigualdades de gênero e, por conseguinte, da divisão sexual do trabalho. No bojo destas contradições, cabe ao homem, o título de provedor e chefe de família, aquele que participa da vida política e dos espaços públicos. Quanto à mulher, o cuidado, o zelo dentro do lar. São realidades vivenciadas e latentes no cotidiano rural (SILVA, 2019, p.2100)

De acordo com a publicação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), pelo agrônomo Alan Bojanic, representante da instituição no Brasil, as mulheres são responsáveis pela maior parte na produção de alimentos a nível mundial, trazendo efeitos positivos para a biodiversidade e a soberania alimentar.

Em contrapartida, apenas 30% são formalmente proprietárias de suas terras, 10% conseguem ter acesso a créditos e 5% assistência técnica (FAO Brasil, 2017). No âmbito global, a mulher rural representa $\frac{1}{4}$ da população mundial e somam 43% da força de trabalho agrícola, contudo ficam atrás dos homens no que se refere ao acesso à terra, créditos e insumos agrícolas, assim como na realidade brasileira (ONU, 2017). Tal referência evidencia a perspectiva global também baseada nos paradigmas patriarcais, produtores e reprodutores de relações, comportamentos e representações a partir dos fatores biológicos, contribuindo veementemente para o estabelecimento de relações desiguais.

As referidas estatísticas revelam que as demandas da mulher não são superficiais, tão pouco relativas a um país ou outro, mas constituem a estrutura de um projeto societário que tem em sua prerrogativa a desigualdade. Ao observarmos as políticas públicas, percebemos que elas

não consideram esse cenário. Ou seja, não se dedicam em intervir na desigualdade de gênero, assim como de raça, somente atentam para o social. Assim, tornam-se insuficientes diante da problemática que é interseccionada, como é o caso do Brasil.

Apesar do cenário repleto de desafios estipulados estruturalmente, é preciso evidenciar os movimentos de resistência das mulheres rurais que se revelam por meio de organizações sociais, mas também nas microrrelações. Nesse contexto, a agroecologia coloca-se como um dispositivo de resistência importante, pois estabelece diferentes perspectivas de interação com a humanidade e a natureza. A estratégia emerge como possibilidade no seio dos movimentos sociais que relembram o modelo societário capitalista e suas consequências para as relações sociais e intervenção na natureza. É nesta direção que discorreremos nos próximos capítulos.

2 PARA FAZER SENTIDO É PRECISO SENTIR: VIVÊNCIAS E EXISTÊNCIAS DE MULHERES AGROECOLÓGICAS

Vagos desejos insinuam
esperanças. Eu-mulher
em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz violento os tímpanos do mundo.
Antevejo. Antecipo. Antes-vivo
Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz. Eu força-motriz.
Eu-mulher abrigo da semente moto-contínuo mundo.
Eu-Mulher,
Conceição Evaristo

Quando falamos em vida no espaço rural, é necessário considerar que há um fluxo externo que tenciona a vida em suas diferentes dimensões. A monocultura estabelecida pela via do agronegócio traz prejuízos ao meio ambiente, pois utiliza/explora os recursos naturais sem considerar sua finitude, com isso, dificulta o viver a partir do ecossistema.

Os prejuízos também se revelam na saúde do trabalhador rural e das populações que residem próximas aos locais de cultivo, pois tem sua água e solo contaminados por defensivos agrícolas (agrotóxicos - químicos) e as plantações que optam por uma outra forma diferente da convencional. Outra dimensão prejudicada é a subjugação dos saberes e culturas tradicionais e locais, em favor de um saber imperial que fortalece a estrutura sistêmica.

Como muito encanta Conceição Evaristo através de suas palavras, as mulheres inauguram a vida e através das forças que exigem o ser mulher vivem a tensão que poderia sufocar, trazem novas formas que ainda assim manifestam desejos.

2.1. A VIDA QUE VIBRA NO FEMININO RURAL

A agroecologia desafia a lógica sistêmica, existindo através de práticas e saberes tradicionais divididos entre todas e todos que desejarem fazer, sem a centralização técnica em um sujeito, conforme a agricultora menciona,

Agroecologia, não temos muita instrução um perito na área, a gente usa o que a gente aprendeu com a família, guardar semente, escolher a melhor fruta, vê a semente, o milho a mesma coisa seleciona a melhor espiga, cebola que produz a flor e guardo e de feijão também. Não usamos químico, o adubo é o que a terra nos dá, eu junto as folha e coloco na horta junto com esterco (AFECTO, 2022).

Partindo da ideia e contribuição do pensamento decolonial, bem como os elementos ofertados por esse instrumento de análise, refletimos até aqui sobre os efeitos que a ocidentalidade causa sobre os povos latinos que passaram pela colonização e ainda vivem a colonialidade, trazendo amarras em diferentes dimensões, sendo elas de ordem estrutural material ou subjetivas. Reafirmando que o objetivo desta construção está em aproximar-se dos sentidos produzidos pelas mulheres que atuam na agroecologia, chamo atenção para a singularidade das significações; em torno das crenças, dos valores, das prioridades, dos códigos e dos contratos. Aspectos que se demonstram singulares e complexos, pois interseccionam opressões que se revelam em formas distintas, em dores e/ou superações.

Através do relato da agricultora Afecto sobre não ter um instrutor, perito na área da agroecologia, é possível perceber que se trata de um saber horizontal, no qual todos têm acesso aos processos, passando de geração para geração. Ao conversar com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio Grande, este também chama atenção sobre as mulheres feirantes fazerem as tratativas sobre o processo de produção, bem como, os filhos da família que acompanham a produção e as feiras.

Nas visitas às feiras é possível perceber a presença de jovens nos processos de comercialização. Inclusive no caso da agricultora Intensidades,

a filha de 15 anos auxilia também na plantação, adquirindo conhecimento sobre esse processo, inclusive financeiro, pois parte da plantação de temperinho verde é administrada por ela.

Falar por meio de pesquisa sobre sentidos implica reconhecer um modo de investigação que alcance processos, transformações, sensibilidades, movimentos de ação e reação, enfim, de vida. Cartografar é atender-se para o processo das pesquisas, é pensar a produção da subjetividade para além de descrição. Isso significa reconhecer que há implicação no ato de pesquisar, além de entender que o inconsciente, como atuante no espaço social e nos seus territórios, manifesta uma “usina de intensidades¹⁴”. Ou seja, compreender a vivência das mulheres que atuam na Feira de Agricultura Familiar em Arroio Grande e os movimentos gerados pela agroecologia movimenta, no cenário da questão de gênero no espaço rural, aspectos inesperados, não alcançados pela descrição.

Quando conversamos sobre o sentido da agroecologia para as feirantes observemos o envolvimento delas com o assunto:

É o diferencial né, é a qualidade de vida né, qualidade de vida... agroecologia é isso. A preservação da natureza é saber que tu tá produzindo um produto bom para ti, para pessoa que vai consumir. É a consciência também, sabe, é consciência também que eu sei que não é só eu. Eu estou produzindo uma coisa boa para mim, pelos meus filhos, pela minha família e para as pessoas, para as outras famílias também. Fora que o mundo velho(véio) já tá, né. Tudo que acontece de ruim é culpa da gente né. Então acho que a gente fazer um pouquinho para cada coisa para ajudar né (INTENSIDADES,2022).

Enquanto método, optamos pela cartografia, que nesse contexto entende-se como potência no sentido de conceder a possibilidade de perceber e considerar o trajeto até o término da pesquisa, sem oferecer no resultado final uma verdade estabelecida. Assim, é possível abordar os códigos sociais, culturais, as objetividades e subjetividades que perpassam a vida das mulheres vinculadas à Feira de Agricultura Familiar, desafiando

14 Deleuze através da proposta da esquizoanálise percebe o inconsciente como uma usina de produção, ou seja, a forma de produção dos movimentos desejantes presentes no subjetivo, tal produção está ligada à vida, ao desejo a intensidades.

os conceitos estabelecidos genericamente pela máxima do que é “padrão”. Conceitos que não avançam na direção da realidade apresentada, podendo perder informações importantes que não são estáticas, mas exercem movimento.

Na escolha pela pesquisa cartográfica reconhecemos que o caminho traz constantes inspirações, encontros, olhares e perspectivas; algumas esperadas, mas muitas não. Nessa característica que apostei a potencialidade desta construção, enquanto pesquisadora, a possibilidade de um novo encontro a cada contato é capaz de estabelecer e perceber os rizomas¹⁵ e não raízes que cristalizam e engessam a produção da vida no cotidiano das mulheres em questão.

É interessante pensar a relação rizomática na vida das mulheres em questão, a exemplo da feira que uma agricultora se preocupa em vender os produtos da outra quando aquela que foi contatada pelo/a cliente não tem o produto solicitado, bem como o início no processo de plantação de produção em lote sem produção, conforme segue abaixo:

Todo início é difícil, nós não tínhamos nada só ferramenta braçal, tivemos muito apoio dos vizinhos familiares daí conseguimos plantar alguma coisa. Naquele ano muita gente fala que a terra tava parada com bastante nutriente e coisa, aí a gente produziu muito muito muito na primeira plantação que a gente fez, daí tem o programa da prefeitura que eles fazem o serviço de abrir terra, que eles chamam a patrulha agrícola, daí nós conseguimos, foram lá daí gradearam a terra, prepararam a terra pra nós, daí a gente plantou, mandioca, batata doce, milho, feijão, melancia, pipoca, melão, a gente fez uma lavora que produziu muito naquele ano, eu vendi pro mercado avenida e foi pra motivá a nos fica ali, os Vizinho trazia uma galinha, outra trouxeram um porco o meu pai me deu um novinho (AFECTO, 2022)

São relações que apresentam além da horizontalidade. a ideia da ajuda mútua, solidariedade e negação da competitividade. A vivência da agroecologia é singular a cada comunidade, a cada família e a cada pessoa, mais especificamente a cada mulher, trazendo possibilidades, desafios e efeitos não ditos em pesquisas cartesianas/pragmáticas. Por ser esse um

¹⁵ O sistema arbóreo é utilizado por Deleuze e Guattari para referir-se aos sistemas de organização e pensamento em sua multiplicidade, sendo a raiz um fundamento (início e verdade) que se torna base quando intenta-se multiplicar, mas existe de forma rígida e hierárquica, estabelece uma matriz. O rizoma sugere uma outra forma, refere o movimento, o encontro e novos movimentos não ordenados, sem centralidade ou hierarquia

conceito importante para essa construção iremos adentrar em seu significado, conforme Deleuze e Guattari (1995)

Um tal sistema poderia ser chamado de rizoma. Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas. Plantas com raiz ou radícula podem ser rizomórficas num outro sentido inteiramente diferente: é uma questão de saber se a botânica, em sua especificidade, não seria inteiramente rizomórfica. Até animais o são, sob sua forma matilha; ratos são rizomas. As tocas o são, com todas suas funções de hábitat, de provisão, de deslocamento, de evasão e de ruptura. O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. Há rizoma quando os ratos deslizam uns sobre os outros. Há o melhor e o pior no rizoma; a batata e a grama, a erva daninha. Animal e planta, a grama é o capimpé-de-galinha. (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.4)

Deleuze e Guattari enumeram alguns princípios do rizoma, sendo eles: Conexão e Heterogeneidade, que se refere a característica do rizoma em poder se conectar a qualquer ponto sem uma direção pré-estabelecida, estando dentro da imprevisibilidade e diferença apenas na lógica da conexão que implica o conjunto de signos diferentes (econômico, político, biológico) e o estatuto de estado das coisas, bem como “os agenciamentos coletivos de enunciação funcionam, com efeito, diretamente nos agenciamentos¹⁶ maquínicos¹⁷, e não se pode estabelecer um corte radical entre os regimes de signos e seus objetos” (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.4).

A Multiplicidade, outra apresentada pela lógica rizomática, se contrapõe ao uno enquanto sujeito, considerando que existe a partir de múltiplas conexões. Sem ordem estabelecida ou ponto de início, se assemelha a linha e não ponto. “As multiplicidades planas as dimensões são a-significantes e a-subjetivas. Elas são designadas por artigos indefinidos, ou antes partitivos (c'est du chiendent, du rhizome...) [é grama, é rizoma...]” (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.6)

As experiências em movimentos sociais, vida no campo e na cidade, apresentam significações diferentes a serem experienciadas por cada um de

16 O conceito de agenciamentos em Deleuze e Guattari tem a ver com a perspectiva de multiplicidade, acontecimento e desejo. Ao passo que falasse em agenciamento maquínico também falasse em agenciamento coletivo de enunciação

17 Na perspectiva Deleuzeana o Maquínico refere-se ao inconsciente que é fonte de produção desejanste, tal produção está ligada ao funcionamento maquínico

acordo com suas vivências; suas construções enquanto sujeitos, não havendo linearidade. Podemos citar como exemplo dessa afirmação, o fato de que tivemos o privilégio em contatar com a realidade da agricultora Afecto.

Ela nasceu no espaço rural, com os pais já agricultores. Eles aderiram ao acampamento em Júlio de Castilho e, como a mesma era bebê, ficou aos cuidados da avó. Quando com maior idade foi morar em um assentamento em Eldorado, com uma tia que era professora. Quando saiu o assentamento em Piratini, foi morar com seus pais. Segue o enunciado:

Eu consegui ir na cidade para morar na cidade, por que era longe não tinha como ir toda hora pra cidade e nem tinha aluno pra ir pra cidade estudar, eu trabalhava durante o dia em uma casa e a noite fiz o ensino fundamental e aí depois fiz o ensino médio e daí um outro tio meu me convidou a ir morar em Ijuí, ele veio visitar a minha mãe e me chamou pra ir morar lá porque lá eu poderia fazer um curso técnico ou até mesmo faculdade e lá conheci o meu marido e a gente se casou e aí ficamos 15 anos em Ijuí na cidade meu esposo sempre foi motorista desde piá gostou dessa área (AFECTO,2022)

A vida da participante da pesquisa demonstra encontro e reencontros, tanto com o espaço rural quanto com o movimento, sem uma linearidade. E talvez não fique no espaço rural para sempre e, mesmo assim, o rizoma também vive. E rompe quando desejar e for preciso.

A ruptura a-significante também é importante ser referida, considerando que o rizoma pode ser rompido ou interrompido a qualquer tempo e reconectando a partir do mesmo movimento de interrupção. Por não ficar presa ao processo de continuidade, não é possível sucumbir a experiência rizomática ao olhar dicotômico. Conforme Deleuze e Guattari (2015) mencionam:

É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito - tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções fascistas (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.6)

Quanto aos princípios de cartografia e de decalcomania, referem-se à incompatibilidade do rizoma em ajustar-se a qualquer sistema estrutural, perfil, previsibilidade ou modelo representativo. Sendo assim, trata-se de um

mapa e não decalque, pois “O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.).

No desejo de localizar a luz para as potencialidades vividas no campo de análise, é imprescindível que o modo de pesquisa se realize esse processo de desterritorialização e se atente, primeiramente, aos detalhes do caminhar. Nem tanto do destino, porque lidamos aqui com o desafio de despir-se de modelos ou moldes em forma de perfil pré-estabelecido.

Cada vida adentrada por meio da pesquisa apresenta uma história única e incapaz de caber em categorizações. Por isso, quando reconhecemos a agroecologia como um dispositivo possível de superar as relações de opressão no cenário da pesquisa, tendo em vista o que significa as relações a partir da saúde do ecossistema. Busca-se ir além de uma alternativa de produção agrícola, configurando uma estratégia possível de estar e ser no mundo, a partir de relações mais horizontais, em direção ao respeito a toda forma de vida. No intuito de entrelaçar em seu fazer conhecimentos tradicionais, modo de existir e viver validados, bem como o respeito à sustentabilidade dos meios.

Sobre o cotidiano, enfatizamos ser primordial na trajetória deste estudo, por apresentar em seus momentos os contatos com seus processos de existência, resistência, resiliência; o devir como forma de produzir o espaço, não exprimindo uma realidade padronizada ou modelada, mas como seus próprios movimentos. Não há anseio de levar ou descobrir verdades prontas, catalogadas, porque neste estudo beneficia-se da dúvida e incerteza.

Preciso referenciar aqui, mesmo que brevemente, as diferenças que recaem sobre o significado do devir trabalhado em distintas formas por filósofos anteriores a Deleuze e Guattari. O filósofo Heráclito de Éfeso falava do devir como o movimento realizado da passagem de um contrário a outro. Ou seja, o processo de mutação, sendo ele pré-socrático, percebia a existência de tudo como resultado de um oposto que significa e, pela característica do constante movimento e interação, nada volta a ser como

antes.

Já Platão trabalha com a concepção do devir como um movimento ilusório, estando ligado ao distanciamento da razão, sendo ela a única capaz de realizar mudanças. Aristóteles explica o devir pela materialidade da existência em si, que desloca da potência ao ato. Para Hegel o devir seria o movimento da história que se define a partir de sínteses desenvolvidas pelo encontro da tese e antítese (NEPPO, 2018).

O devir em Nietzsche se explica pelo impulso de vontade que se desenvolve de maneira não organizada a partir do desejo, o qual se choca e traz crescimentos por meio da destruição e reconstrução. Chegando a Deleuze, que busca sua percepção sobre o devir em Nietzsche, construindo e ampliando a reflexão. Ele define como o desejo de desterritorialização e alcança outros corpos que propõe, além do encontro com o outro, uma criação individual. Ou seja, os movimentos realizados pela força do desejo, desejo do encontro da co-presença com toda a realidade a nossa volta (NEPPO, 2018).

No caminho de desterritorialização, o devir é o acontecimento¹⁸ com os outros seres (no sentido de multiplicidade) e abre para criação de novos territórios, sem pretensão à universalidade, pois o devir movimenta a diferença através da ruptura e do (re) povoamento.

Sendo assim, a minoria é um fator importante, considerando que é ela que foge da maioria e aponta para a diferenciação. A imitação, o padrão e os modelos são contrários ao devir que não constrange a diferença.

Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, núpcias entre dois reinos. As núpcias são sempre contra natureza. [...] Já não há máquinas binárias: questão-resposta, masculino-feminino, homem-animal etc. (DELEUZE E PARNET, 1998.p.3)

¹⁸ Acontecimento aqui aplica-se a partir da compreensão de Deleuze na obra *A lógica do Sentido*. O autor francês refere-o como incorporais, ou seja, “são efeitos, não são corpos, mas propriamente falando, ‘incorporais’. Não são qualidades e propriedades físicas, mas atributos lógicos e dialéticos. Não são coisas ou estados de coisas, mas acontecimentos. Não se pode dizer que existam, mas antes que subsistem ou insistem tendo este mínimo de ser que convém ao que não é uma coisa, entidade não existente, não são agentes, nem pacientes, mas resultados” (DELEUZE, 2015, p. 5).

Dentro dessa perspectiva da diferença, noção que vem do devir, pensar o devir-mulher se torna uma possibilidade de encontro dessa construção. O ser mulher a partir do devir se configura como um desafio de grande expressividade no mundo ocidental.

Maria de Lourdes Lugones nos evidencia tal perspectiva (colonial), afirmando sobre a heteronormatividade e o sistema patriarcal que imputam um lugar social aos sujeitos por concepções construídas a partir da racionalidade e interesse hegemônico. No que se refere às questões de gênero, é importante mencionar que existe um processo sócio-histórico organizado por momentos caracterizados pelas lutas e demandas das mulheres, cada qual localizada em seu lugar social, cultural, territorial e racial. Portanto, trata-se de um tema que implica reconhecer a multiplicidade do feminismo e, conseqüentemente, o processo de resistência realizado pelo movimento das mulheres em diferentes partes do planeta.

Nesses termos é importante abordar o patriarcado como forma política de opressão. Nesse ínterim, o feminismo, como processo de resistência, soma-se ao movimento que responde com a construção da perspectiva de pensamento que busca evidenciar a produção e reprodução sistêmica da dominância masculina. Junto à militância, são novas formas de significar o gênero e suas questões, conforme afirma Luis Felipe Miguel (2014)

Como corrente intelectual, o feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. Pertence, portanto, à mesma linhagem do pensamento socialista, em que o ímpeto para mudar o mundo está sempre colado à necessidade de interpretá-lo (MIGUEL, p.12,2014).

Os fatores problematizados sobre o que é ser mulher na perspectiva de uma sociedade ocidentalizada implicam estabelecer fronteiras delimitadoras que tentam inibir e controlar os processos desejanter, nos quais se movimentam em busca da expansão do significado do que é ser mulher, processo que revela pleito e lutas coletivas. Por isso, acompanhemos o enunciado:

Hoje em dia, sabe que o homem é um bicho meio preconceituoso e machista né?! então assim ó a gente tem essa coisa dos assentamentos, do movimento dá sempre prioridade para mulher tanto por uma questão de gênero né... é somos, iguais somos seres humanos

iguais a única diferença que nós temos é o sexo, né. Não é por que somos femininas que nós não podemos fazer coisa que os homens podem, né?! então o movimento sempre valorizou muito a imagem da mulher. Essa semana aconteceu lá em casa, a terra, o título da terra vem nome da mulher, a carta de anuência já vem no nome da mulher e isso faz muitos anos que vem o nome da mulher. Então essa semana o pai estava se doendo que ela (mãe) tem que ir lá, porque ela esteve hospitalizada e daí saiu essa questão a mãe disse que "eu tenho que ir assinar", mas o pai disse "por que não posso assinar", mas a mãe disse que "tu não pode assinar " mas por que eu não posso assinar? " por que não sai mais no nome do homem, simplesmente não tem mais como receber a assinatura deles, quem assina é a mulher, no caso da mãe.. não sei como está o caso de outros. ainda tem títulos nos nomes dos homens lá. Então o pai com essas coisas " por que eu não posso assinar" por que não pode. Tanto se a mãe quiser vender uma coisa na Cotriba, qualquer coisa que tenha no bloco o pai não pode porque a mãe é titular entendeu. Então por isso que eu te digo a mulher hoje em dia já tá tomando conta da propriedade e muito espaço muito muito mesmo (AGRICULTORA INTENSIDADES,2022)

Existe o questionamento do que é coisa de mulher e o que é coisa de homem, mesmo que não venha em forma de protesto coletivo, vem no cotidiano que se relaciona com o coletivo, reverberações que mutuamente se relacionam, conectam e proporcionam movimento e mudança.

Nós trabalhamos todo mundo junto, eu não admito um técnico ir lá em casa e não falar comigo ou com a minha filha, nós todos trabalhamos na terra e sabemos do que passa nela (AGRICULTORA INTENSIDADES, 2022)

Considerando a negação da binaridade, bem como a existência de um padrão, modelo, analogia ou imitação, buscar a igualdade, conforme projetado pela sociedade iluminista, não parece interessante. Uma vez que corremos o risco de reduzir a limitação de identidades a multiplicidade capaz de encontrar cada existência. Sobre o devir-mulher Inês Bueno Krahe e Sônia Regina da Luz Matos mencionam:

Por isso o devir-mulher é a possibilidade de não fazer parte dos jogos essencialistas de identidades formadas pelas políticas determinantes do multiculturalismo e das políticas de gênero e sexualidade. Pois o devir-mulher traz a possibilidade de fluir nos signos assignificados, isto é, produzir novas subjetividades ainda não capturadas pela forma de existir do capitalismo consumista, da moral cristã e do pensamento globalizador de massa. (Krahe e Matos, 2010. p.5)

Reconhecer a binariedade enquanto elemento limitantes do devir pode ser um dos caminhos para se estabelecerem linhas de fuga para o movimento do devir, no sentido do acontecimento e da vida.

2.2. LINHA DE FUGA PARA A INTENSIDADE DO SER MULHER

A linha de fuga estabelece a possibilidade do devir mediante o desejo que movimenta, ao afastar-se da homogeneidade, da binariedade ou do padrão. Logo, revela a sua significação e a potência dos acontecimentos, não se tratando da fuga do desejo, mas do desejo em si.

É imprescindível contextualizarmos a luta das mulheres em uma perspectiva temporal que demonstra alguns movimentos realizados na direção de ressignificar o papel da mulher na sociedade, fato que não muda somente a vida das mulheres, mas a de todos que desejam uma sociedade descolonizada. Nesse sentido, podemos citar as três ondas do movimento feminista, as quais se referem a um recorte do processo de articulação e movimento das mulheres contra a opressão oriunda do sistema patriarcal. Trata-se de um recorte que apresenta configurações de espaço e tempo reveladas em uma configuração sócio-histórica, em que cada momento da história apresenta as suas particularidades em torno das relações configuradas pela estrutura.

Sendo assim, as reivindicações das mulheres não se limitam à referência das três ondas, mesmo que seja importante o seu reconhecimento por retratar momentos históricos de tensões que resultaram em avanços na situação da desigualdade entre homens e mulheres. É uma história que ainda não acabou, pois ainda vivemos as questões inerentes à desigualdade de gênero e que continuam a revelar-se de forma não homogênea.

Cada onda do feminismo apresenta um momento sócio-histórico que aborda demandas específicas denunciadas pelas mulheres. Apesar de apresentar e considerar as ondas feministas enquanto fato importante a ser mencionado, não significa que as mulheres já não denunciavam pela via de diversas estratégias e militâncias, em outro tempo e espaço, as opressões por elas vividas. Vale mencionar que a passagem de uma onda para a outra não significa a resolução dos problemas, mas sim caracteriza o marco histórico das demandas reivindicadas. A transição de um período histórico para o outro é acompanhada por mudanças no âmbito social, cultural,

econômico e político.

As mulheres sempre colocaram em voga as suas reivindicações, mas é sobretudo no século XIX, a partir da noção de igualdade, que enfrentam a ideia de nobreza enquanto um lugar naturalmente superior, que elas se enxergam enquanto sujeitos de direitos. Nas perspectivas ideológicas da Revolução Francesa de igualdade, liberdade e fraternidade, é que emerge a primeira onda feminista (MARQUES; XAVIER, 2018). Nesse sentido, o voto é a principal reivindicação da primeira onda.

Em termos históricos, é importante situar que nesse mesmo período a sociedade moderna passa a ser questionada pelos operários em suas perspectivas liberais, gerando conflitos pela desigualdade. Emergem nesse contexto as pautas de reivindicação as quais não incluíam as mulheres. Nesse sentido, as mesmas organizam-se para reivindicar a sua inclusão na vida política e pública, saindo do lugar social determinado às mulheres de passividade e submissão. Seguimos com a contribuição de Pinto (2010, p. 15):

A chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX , quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. [...] O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918..

O movimento sufragista, como foi denominado o grupo de mulheres que protagonizam um movimento iniciado no Reino Unido, problematizou o direito da mulher votar e de ser votada. Nesse contexto, lutavam por iguais oportunidades no âmbito dos estudos, trabalho e vida política, representadas por discursos liberais fundamentados pelo universalismo. Contudo, no mesmo período emergem militantes que aderem à luta feminista, sob análise classista, considerando a partir de então as mulheres operárias, conforme evidenciam Marques e Xavier (2018, p. 2):

[...] devido ao processo de industrialização, desenvolvem-se as classes e as mulheres passaram a serem incluídas nos trabalhos operários, então, as mulheres operárias passam a organizar reivindicações que alcançaram as mulheres da classe trabalhadora, conseguindo chamar

uma atenção que proporcionou certa visibilidade (não significa que foi uma visibilidade positiva na sociedade) ao movimento.

As mulheres unem-se aos homens na luta de classe, participando de greves junto à causa do operariado. Contudo, o resultado alcançado não vislumbra a mulher, que continua em uma condição de superexploração, trabalhando mais horas e recebendo menos (MARQUES; XAVIER, 2018). Sendo assim, na primeira onda, há correntes distintas do feminismo.

Uma delas é a do feminismo liberal, que se atém à igualdade de acesso aos espaços públicos em relação aos homens. A outra é o feminismo marxista, que reconhece na primeira corrente a ausência das demandas das trabalhadoras mulheres. Alguns nomes e acontecimentos são importantes nesse contexto.

Mesmo lado a lado com os homens na Revolução Francesa, as mulheres não são reconhecidas. Nesse período, por exemplo, foi inaugurada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em resposta a esta realização que não incluía a mulher, Olympe de Gouges publicou de maneira crítica a versão feminina do documento, conforme descreve Marques e Xavier (2018, p. 3):

Olympe De Gouges, Francesa que [...] em 1789 fez críticas a Declaração dos Direitos do homem e do Cidadão, publicando uma versão do mesmo documento para o feminino a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” no mesmo sentido o ocorrido também reflete na Inglaterra em que “Mary Wollstonecraft (1759- 1797) publicou a obra “uma vindicação dos direitos da mulher” em 1792 trazendo reflexões sobre a emancipação das mulheres.

Ambas as mulheres, militantes e pensadoras, são consideradas importantes influências para a construção do feminismo movimentado pelas sufragistas. Outro fato importante a ser citado é que nos Estados Unidos a luta feminista também avançava, articulando-se em convenções, sendo a primeira delas marcada pelo bravo discurso de Sojourner Truth, em 1852. A sua fala marcou um posicionamento que viria a somar na luta contra o racismo e o sexismo, trazendo o alerta de que o ser mulher implica múltiplos desafios, não estando todas as mulheres contempladas nas reivindicações universalistas. Em seu discurso, menciona que a mulher tem um lugar social dado que se entende como uma pessoa a ser protegida e cuidada, mas tendo

em vista que a mulher negra nunca usufruiu desses cuidados, tampouco de proteção, não seria ela uma mulher? (KYRILLOS, 2019).

Observa-se que na primeira onda a pauta das mulheres negras não é contemplada e reconhecida, fato que não significa a sua inexistência. A luta das mulheres negras estava alocada em um outro lugar. Para além da igualdade, lutavam pelo fim da escravização de pessoas negras. Nesse sentido, a primeira onda centra-se na igualdade, na perspectiva universalista. Até o momento em que a francesa Simone de Beauvoir aborda a questão de gênero como uma construção edificada de acordo com perspectivas estruturais, definindo o que é inerente ao feminino e ao masculino (PINTO, 2010).

Simone de Beauvoir traz significativas contribuições e marca a segunda onda iniciada na década de 60, indo até a década de 90, e avança também na perspectiva teórica. São desenvolvidos estudos baseados no contexto da mulher, focando na exploração pela condição de ser mulher, referindo-se ao sexo — sistema reprodutivo. A segunda onda fomentou uma série de reflexões e discussões acerca da sexualidade enquanto instrumento de opressão e manutenção do *status quo* e, nesse sentido, o direito reprodutivo é centralizado nas discussões. Nesse período, inicia-se a distinção entre sexo, enquanto característica biológica, e gênero, como construção social (MARQUES; XAVIER, 2018).

Vale mencionar que a segunda onda teve a marca de reivindicações contra a objetificação da mulher por meio da aparência, nesse momento, intensificou-se o processo de coletividade, tendo no horizonte a consciência de todas as mulheres a partir da ideia do que o doméstico/privado/particular expressava através de perspectivas estruturais. Nesse sentido, Ana Paula Antunes Martins (2015, p. 234) reflete:

Esse foi um dos emblemas mais importantes do feminismo na segunda metade do século XX, segundo o qual a sexualidade perde seu domínio eminentemente privado e passa a ser compreendida como uma relação de poder entre os sexos. A sexualidade teria, a partir de então, essência política, sendo constitutiva da ordem patriarcal. Logo, se há, a partir de então, um lugar de onde emana a condição unificada das mulheres, esse lugar é o universo da sexualidade e da intimidade, o espaço da vida privada.

A ideia que representou esse momento foi a retórica sobre as razões da desigualdade entre homens e mulheres estarem atreladas à condição do sexo, ao controle e à exploração da vida reprodutiva, sendo este o fator transversal a todas que nascem mulher, mesmo que essa característica configure diferentes formas de opressão.

Apesar da reivindicação de que os processos reflexivos sobre o feminismo fossem desenvolvidos e protagonizados pelas mulheres, percebe-se que se destacavam as mulheres brancas e acadêmicas, ou seja, aquelas com melhores condições econômicas. Nesses termos, a discussão sobre gênero na terceira onda ainda carece de problematizações acerca de outras variantes, como a sexualidade, a raça e a classe.

A terceira onda emerge junto a mudanças ocidentais, como o avanço do neoliberalismo associado à evolução tecnológica na área da comunicação (para além da industrialização); a queda do muro de Berlim; o fim de regimes ditatoriais na América Latina; e o fim da União Soviética. Fatos que sinalizam um período que apostou na mercantilização de bens e serviços, na diminuição do Estado e no incentivo ao hiperconsumismo. Tais acontecimentos interferem de maneira direta na vida das mulheres, ou seja, seguem as reflexões realizadas pela segunda onda. Também aquelas variantes ausentes e silenciadas, como classe, sexualidade e raça, são necessárias para tratar o feminismo no plural, sobrepondo-se à perspectiva universalista da compreensão dos processos de resistência ao patriarcado. Assim,

De acordo com Marques e Xavier (2018), Inicia-se um processo de desconstrução “universal” da mulher, ou seja, o próprio movimento feminista tratava a vida da mulher de forma coletiva como se todas as mulheres, de todas as classes e raça, vivessem os mesmos problemas, estivessem expostas à mesma forma de opressão. As feministas da terceira onda abordam sobre a exclusão das demais mulheres que não pertenciam à classe média (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 6).

Nesse sentido, considerando as diferentes formas de ser mulher no final da década de 80, o conceito de interseccionalidade é publicado por Kimberlé Crenshaw e usado como dispositivo para refletir a situação das mulheres que vivem a sobreposição de opressões. Outro fator importante a

ser citado é que a liberdade individual (liberdade de escolha) passa a ser valorizada e fomentada indo de encontro a perspectivas coletivizadas e outrora experimentadas pelas mulheres que compunham movimentos feministas a partir da compreensão universalistas sobre o ser mulher (MARTINS, 2015).

Nesse mesmo período, Judith Butler lança a teoria *Queer* (que em tradução livre significa transviado), que inaugura a categoria gênero como performática, ou seja, fruto de tecnologias: técnicas previstas para o ser mulher/homem, dicotomizando os processos em torno da sexualidade (FIGUEIREDO, 2018).

A terceira onda avança de forma significativa para pensar a questão de gênero de forma transversal. Considerando o sistema capitalista, que coloca o patriarcado como um dos pilares das suas estruturas, entende-se que as demandas são multifacetadas e atravessam diferentes segmentos sociais, emergindo a necessidade da ampla reflexão sobre o tema para poder cogitar a resignificação do que é e como é, a fim de construir o tema. Sendo assim, a sua discussão, reflexão e intervenção por meio de políticas públicas pode ser exercida de maneira transversal, reconhecendo a multiplicidade de existências do feminino, seja pelas mulheres negras, operárias, lésbicas, trans, burguesas, brancas, operárias, ou outro recorte a ser reconhecido, não contemplado por um “ser mulher” globalizado (MARTINS, 2015).

Nesse contexto, surgem diferentes vertentes do feminismo a serem implicadas neste estudo, uma vez que o feminismo não se revela por uma única perspectiva, mostrando-se múltiplo e não cristalizado. Configura-se como um aporte que possibilita reconhecer a categoria gênero como uma perspectiva central tensionada por variantes que por vezes sobrepõe, conforme mencionam Miguel e Biroli (2014, p. 6):

Vale observar que o feminismo não se debruça sobre uma questão “localizada”. As relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres. O gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social. Onde há desigualdades que atendem a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e de homens – ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa

vinculação significativa com classe, raça e sexualidade.

Diante das variantes de expressões sociais calcadas na questão de gênero e na multiplicidade de resistências dentro do feminismo, são muitas as vertentes que realizam o enfrentamento do patriarcado. Observamos as ondas feministas, sinalizando algumas delas, como o feminismo liberal, que aposta na igualdade pela luta ao acesso ao voto e na ocupação dos espaços públicos (SILVA, 2018). Entretanto, deixa de se preocupar com as questões estruturais, representando, assim, somente parcela das demandas das mulheres.

Na sequência, observa-se o feminismo socialista/marxista, o qual realiza a crítica ao feminismo liberal, ao afirmar que a mulher operária não é representada na pauta liberal. Essa é uma representação somente da mulher burguesa, considerando que a luta por igualdade não atua na estrutura e não abarca as demandas das trabalhadoras que continuavam sendo exploradas pelo lugar social que ocupavam (CISNE, 2018).

O feminismo radical, apesar do nome sugerir ser associado ao radicalismo, refere-se à raiz da desigualdade social vivenciada pela mulher ser fundada no patriarcado, o qual se fundamenta na heteronormatividade e na diferenciação sexual em que homem e mulher são essencialmente diferentes. O feminismo radical opõe-se a esta compreensão, investindo no esforço para explicar a diferença entre os sexos, bem como a subordinação da mulher na sociedade patriarcal, como bem afirma Silva (2018, p. 4-5):

a defesa da legalização do divórcio e da aceitação dos chamados filhos “ilegítimos”; reivindicações de creches para os filhos das mulheres trabalhadoras; a defesa de que as mulheres tivessem controle sobre seu próprio corpo – que no momento era a questão da reprodução e descriminalização do aborto; a defesa da criminalização da violência contra as mulheres.

A vertente feminista radical em muito cresceu na luta contra o patriarcado ao potencializar o processo de autoconhecimento, possibilitando o processo de singularização do que é ser mulher. Outra vertente importante a ser mencionada seria a do feminismo interseccional, que se refere à luta contra o patriarcado, reconhecendo que pode haver uma sobreposição de opressões sobre as múltiplas formas de ser mulher, variantes que cruzam e

interseccionam questões de raça, classe e gênero. É uma vertente que aborda outros grupos não representados pela leitura universal do que é ser mulher, como, por exemplo, a luta transfeminista, o feminismo lésbico e o feminismo negro.

Sojourner Truth, em seu discurso, alerta para o fato de que a mulher negra enfrenta outros desafios não colocados pelo feminismo liberal. Posteriormente, Kimberlé Crenshaw teoriza e fundamenta o termo interseccionalidade. Este assume a perspectiva de metodologia de análise que, aplicada ao feminismo, nos ajuda a compreender a existência de feminismos no plural. Outra vertente que assume o espaço importante na história de luta contra o patriarcado é a luta das mulheres negras, que fazem a reflexão sobre a insuficiência das outras vertentes, ao abordar a opressão sofrida pela mulher negra. Elas consideram que, para além do machismo, sofrem o racismo, ou seja, estão sujeitas às questões de gênero e à questão racial¹⁹, opondo-se a um feminismo universal.

bell hooks, estaduniense e feminista negra, chama a atenção para os silenciamentos e a subordinação dos lugares ocupados pelas demandas das feministas negras na agenda das feministas brancas, negando suas especificidades e intersecções, decidindo quais pautas seriam legítimas. (HOOKS, 2015).

Patricia Hill Collins, intelectual afro-americana, fortalece a reflexão sobre o feminismo negro ao reforçar a análise através da interseccionalidade, referindo-se às mulheres negras como *outsiders* internas no contexto acadêmico onde:

as realidades das mulheres negras são negadas por todos os pressupostos nos quais se baseia o pertencimento pleno a um grupo: a branquitude como condição para integrar o pensamento feminista, a masculinidade como condição para integrar o pensamento social e político negro, e a combinação de ambas para fazer parte do setor dominante da academia. Impedidas de ocupar uma posição plenamente interna em qualquer uma dessas áreas de pesquisa (COLLINS, 2019, p. 14).

19 Nesse sentido vale mencionar que a raça enquanto conceito coloca-se como um sistema social e político que atua na perspectiva da opressão e dominação baseada na diferenciação de características físicas como cor da pele (MUNANGA, 2004).

Collins (2019) traz a importante defesa de que o saber sobre o feminismo negro não se constitui somente na academia, mas mediante a soma dos movimentos de resistência aos processos de hegemonização com a afirmação de que nem todas as intelectuais foram escolarizadas.

Sueli Carneiro, feminista negra e intelectual brasileira, aborda o lugar animalizado dado à mulher negra, denúncia que ecoa no pronunciamento de Sojourner Truth, na convenção feminista nos Estados Unidos, em 1851, sobre o questionamento de se as mulheres negras seriam mulheres ou não. Considerando que são estas que mais sofrem com a desigualdade social, violência e diferentes opressões. Nesse ínterim, Carneiro (2003) colabora:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Nessa perspectiva, considera-se que o racismo também não se revela de maneira uniforme na vida da mulher negra, sendo necessário não homogenizar o feminismo negro. Vale mencionar a contribuição de Lélia Gonzalez (1983), feminista, intelectual Negra e brasileira, com a enfática reflexão e crítica ao feminismo hegemônico, sob a perspectiva de que as mulheres negras ainda vivem sob o aspecto da coisificação. Ou seja, ocupam o lugar social de objetos não humanos, *status* proveniente da desigualdade racial. Tal reflexão retorna ao discurso de Sojourner Truth e fomenta a urgência do feminismo negro.

Nesse sentido, passamos a descrever o feminismo decolonial, que surge no meio acadêmico a partir da reflexão lançada por Maria Lugones, em 2008, no texto “Colonialidade e Gênero”. Em tal construção, a autora chama a atenção ao iniciar o pensamento sobre o sistema moderno colonial de gênero, que se refere ao aprofundamento da teoria da colonialidade do poder desenvolvida por Aníbal Quijano. Contudo, traz o gênero com uma

nova lente para pensar a estrutura colonial moderna, que se estabelece a partir de relações de poder que ordenam a subjugação do outros pelo eurocentrismo, racismo e, de acordo com Lugones, pelo gênero em que a diferença entre o sexo constitui-se pela construção social. Na perspectiva da colonialidade, de forma especial na América Latina, espaço que sofreu com a colonização e ainda sofre com as relações de colonialidade, impõem-se hierarquias no modo de vida, subjugando aqueles que divergem da Europa.

O feminismo, enquanto movimento de resistência iniciado na Europa e Estados Unidos, aponta para a opressão contra as mulheres. Na mesma lógica, o movimento feminista negro implica pensarmos em um feminismo plural. O feminismo decolonial interpela ao questionar a universalidade do ser mulher, sobretudo a forma que as opressões atingem a vida de cada uma.

Vale refletir que as mulheres latino-americanas não brancas e não heteronormativas tiveram, em seu processo sócio-histórico, a existência execrada pelas perspectivas coloniais, que as violentaram e as escravizaram. Somente a existência eurocentrada é reconhecida como legítima pela civilização moderna. Sendo assim, são de suma relevância as considerações que o feminismo decolonial traz ao evidenciar a importância da luta das mulheres indígenas e negras, que tiveram sua constituição enquanto sujeitos atravessada pela violência, subjugação e coisificação em diferentes dimensões, como poder, saber e ser. A colonialidade ainda traz a essas mulheres o desafio de viver para além deste lugar de violência, subjugação e coisificação. Nesse sentido, as mulheres latino-americanas trazem consigo demandas outras, as quais não são estabelecidas na discussão puramente de gênero, como no feminismo liberal. Nessa esteira, María Lugones (2008, p. 936) afirma:

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres.

Nessa perspectiva dicotômica e categorial se travam as marcas das civilizações e civilizados, conferindo a estes a dimensão de humanidade, como o homem, branco, burguês e cristão, sendo a mulher branca, burguesa e cristã os constituídos dessa humanidade, desde que servis à reprodução da vida e do capital.

Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. (LUGONES, 2008, p. 936).

Em nome de um projeto civilizatório baseado em relações coloniais ocorreu o processo de morte subjetiva e objetiva de um espaço: América Latina. Antes da invasão europeia constitui-se pelas suas vivências reveladas por seu saber, sua cultura, seus acordos e organizações. A partir desse marco, o patriarcado, o racismo e o capitalismo estabelecem-se enquanto pilares de uma estrutura sistêmica que regula as vidas e existências, sobretudo das mulheres não brancas.

Outra vertente feminista importante para este trabalho que emerge à nossa reflexão e ao nosso cuidado é o ecofeminismo. Este se revela como uma postura teórica e prática que luta contra todas as formas de exploração travadas pela sociedade moderna, seja ela humana ou não humana, conectando-se à luta contra a opressão de gênero e à exploração da natureza em prol das perspectivas mercadológicas, isto é, a pura exploração. O ecofeminismo, ao relacionar essas duas dimensões do capitalismo: exploração da vida pelo viés do sexo feminino e da natureza, defende que as mulheres sofrem mais que os homens com a devastação do meio ambiente.

O movimento visa a reivindicação de uma convivência colaborativa não dominadora entre a natureza e o ser humano. Sustentabilidade é um conceito importante para o ecofeminismo, contudo é necessário ponderar que se trata de um conceito em disputa, podendo ser usado por grupos que

pensam a sustentabilidade da vida por meio da natureza ou pelos que pensam a vida humana nas suas mais diversas expressões — em um sentido de preservação, cuidado e respeito, não só com vistas à continuidade da exploração, mas da coexistência. Existem grupos que se utilizam desse discurso para seguir explorando e, muitas vezes, prejudicando a cadeia existencial.

Os esforços de empresas, governos, grupos sociais em atuar na direção da sustentabilidade ambiental é proveniente de lutas e reivindicações de movimentos sociais que denunciavam a depredação da natureza em prol da capitalização e acúmulo de riquezas da era industrial. Sendo assim, os conceitos de sustentabilidade entram em disputa para atingir um patamar moral diante da sociedade, porém a concepção de sustentabilidade não é equânime.

O ecofeminismo pensa suas relações a partir da coexistência entre as diferentes formas de vida. Isso significa sustentabilidade, de acordo com a obra “Três ecologias” de Félix Guattari, a qual aborda a relação entre a natureza e o sujeito, incluindo na análise as diferentes dimensões que compõem o contexto dos indivíduos. Considera aspectos que se integram em um só cenário, o ambiente e a cultura, ou seja, o que há de material e imaterial que atravessam a relação humana, condicionando as questões ambientais (seus desafios e possibilidades) ao modo de existência e às relações humanas, no âmbito particular ou coletivo (GUATTARI,1995).

Nesses termos, pensar a sustentabilidade do planeta Terra perpassa pela problematização de posturas éticas de coexistência, capazes de superar a lógica mercadológica das relações, do ambiente, como se fossem inesgotáveis. Ao entender o ser humano como parte integrada ao ambiente e objetificado pelo capitalismo, a existência humana fica desafiada a reinventar as relações em uma perspectiva material e subjetiva.

Em meio a movimentos que emergem na década de 1970 que refletiam sobre o paradigma antropocêntrico e suas consequências, propondo relações globais e integracionistas a toda forma de vida, surgem iniciativas como as ecovilas e o ecofeminismo, ao qual iremos nos ater.

Iniciado por movimentos feministas em defesa do meio ambiente, conforme Flores e Trevizan (2015, p. 12):

A relação entre ciência, mulher e natureza estaria entre as primeiras preocupações do movimento ecofeminista. Destaca-se no movimento que ecologia é um assunto feminista, mas que as semelhanças entre feminismo e ecologia têm sido esquecidas pela ciência ecológica, e essa vertente do movimento feminista, unindo o movimento das mulheres com o movimento ecológico, traz uma nova visão de mundo, desvinculada da concepção socioeconômica e de dominação.

O ecofemismo contrapõe-se à perspectiva de que o sistema moderno industrial exprime relações de opressão e dominação da vida, tanto da natureza quanto da humana, através da fertilidade da mulher. Dessa forma, relaciona o paradigma que atua nas relações sistêmicas do humano e não humano por meio do patriarcado, tendo em vista a elevação dos lucros e a concentração de bens, aniquilando os ecossistemas.

O ecofeminismo apresenta pelo menos três pressupostos que são importantes de serem mencionados. O primeiro é o pressuposto econômico, em que a dinâmica capitalista age sob a exploração da natureza e da mulher, objetificando a existência como se fosse recurso infinito. O segundo pressuposto é a relação entre os lugares ocupados pela mulher e a natureza, e entre o homem e a cultura, sendo que esta última estrutura o lugar em que o patriarcado se estabelece enquanto força hegemônica. O terceiro pressuposto, por sua vez, relaciona-se aos dois anteriores e aborda o modelo desenvolvimentista moderno como um projeto sistêmico, que aponta um lugar específico para a mulher em desigualmente (FLORES, 2015).

Nesse sentido, é importante referir que o ecofeminismo expressa-se em três tendências. A clássica percebe o homem naturalmente competitivo, predisposto à luta pelo poder, indo de encontro à ética feminina do cuidado e preservação da vida. A outra tendência é a espiritualista, baseada em princípios religiosos de Ghandi e na teoria da libertação na América latina. Esta opõe-se ao modelo desenvolvimentista da sociedade moderna, denunciando o patriarcalismo que atua em perspectivas homogêneas, centralistas, antropocêntricas e ocidentais contra a natureza e a mulher, bem como outras formas de opressão, como sexismo, racismo, classismo. A tendência construtivista, assim como as anteriores, coloca-se contra o

imperialismo, o antropocentrismo e o racismo, negando a preservação e o cuidado da natureza como características inerentes à mulher. Logo, denuncia essa postura como uma das perspectivas patriarcais que imputam ao feminino a responsabilidade do cuidado e, com isso, uma maior interação com a natureza. Ambas as tendências apontam para uma aproximação da relação Natureza feminilidade-mulher, divergindo sobre os motivos dessa relação (SOUZA, 2008).

Vandana Shiva, física, filósofa, indiana e ecofeminista, atua na defesa da soberania alimentar, realiza importantes inserções na luta ambiental e feminista. A partir da cosmovisão de integração entre o homem e a natureza, não o entende como superior, habilitado a exercer dominação e a coisificar a vida. Nesse sentido, Vandana Shiva denuncia o sistema moderno de desenvolvimento, globalizado pela colonização, como um processo de mortificação, de violência, capaz de apontar soluções científicas para produção de alimento em larga escala, mas incapaz de garantir distribuição equânime e saudável de alimentos. Bem como incapaz de promover o equilíbrio do ecossistema, trazendo danos irreparáveis aos solos e às águas, provocando mudanças climáticas, que culminam na extinção de diversas espécies animais e vegetais da Terra.

Shiva avança ao apontar que é necessário reinventar um modo de viver que supere a economia patriarcal capitalista, que entende o trabalho da mulher como o não trabalho, o meio ambiente como um recurso infinito de lucratividade e o ser homem como macho. A monocultura é outra importante denúncia realizada pela autora e ativista. Trata-se de uma prática que existe em detrimento da biodiversidade, trazendo prejuízos ao solo e a todos que dependem dele, seja de forma direta (agricultor) ou indireta, quando atinge aqueles que consomem os produtos proveniente deste trabalho, especialmente as comunidades que vivem ao redor desse tipo de plantação realizada em favor da economia industrial.

Entretanto, a monocultura referida nesse contexto não se aplica somente à atividade rural, mas à monocultura da vida em que a ocidentalidade recai, enquanto padrão de existência e desenvolvimento,

produzindo processos de morte à diversidade. Nessa perspectiva, Vandana Shiva, na Obra “Monocultura da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia”, adentra à reflexão e colabora com o debate ao mencionar que a erosão na diversidade também é muito grave nos ecossistemas agrícolas. Assim,

A variedade das safras desapareceu e o cultivo durante a fase da “Revolução Verde” passou de centenas a milhares de plantas diferentes para trigo e arroz derivados de uma base genética muito restrita. (SHIVA, 2002, p. 87)

O sistema social globalizado, que imperializa modos de vida e de reprodução social em diferentes âmbitos, como econômico, cultural, social, dentro dos aspectos objetivos e subjetivos cria classificações entre países desenvolvidos (sendo estes que atendem ao modelo de desenvolvimento com referências ocidentais) e países subdesenvolvidos. Tal classificação determina o lugar dos países subjugados na escala de exploração, por não serem detentores das tecnologias e dos saberes reconhecidos e instalados desde o processo colonial. Tratam-se daqueles que vivem a vulnerabilidade social e ecológica das monoculturas, conforme Shiva (2002, p. 85):

As comunidades em todos os lugares do mundo criaram formas de saber e descobriram maneiras de tirar seu sustento das dádivas da diversidade da natureza [...] as comunidades caçadoras e coletoras utilizavam milhares de plantas e animais para ter comida, remédios e teto. As comunidades pastorais camponesas e pescadoras também criaram saber e desenvolveram um modo de vida sustentável com base na diversidade da terra e dos rios, dos lagos e dos mares.

Tal processo deságua na apropriação de materiais genéticos e conhecimentos tradicionais, bem como no apagamento e no silenciamento do modo de ser e viver originários, extraíndo a natureza que retorna aos países de terceiro mundo em forma de produtos a preços não democráticos. Nesse ínterim, Vandana Shiva (2002) realiza crítica à atenção prestada a nível internacional às patentes que se colocam como instrumento de apropriação dos recursos nativos.

Os conhecimentos ecológicos sofisticados da biodiversidade originam regras culturais de preservação que se refletem em noções de sacralidade e tabus. Contudo, hoje em dia a diversidade dos ecossistemas dos seres vivos e dos modos de vida das diferentes comunidades está sob ameaça de extinção. Os habitats foram cercados ou destruídos, a diversidade tem sofrido erosões e o sustento derivado da biodiversidade está ameaçado. (SHIVA, 2002, p. 86).

A questão ambiental originada pela ordem societária sistêmica tenciona processos de deslocamento de forma especial às pessoas que sofrem com a desigualdade social. Em uma análise mais específica, sob as lentes do sistema patriarcal, trata-se de uma questão que atravessa a vida das mulheres.

O projeto desenvolvimentista capitalista, o qual se baseia no acúmulo de riquezas, utiliza-se da exploração e coisificação da vida (humana ou não-humana). Ademais, integra interesses hegemônicos globais, incidindo na questão de gênero e interferindo de maneira direta na questão territorial.

Diante disso, o ecofeminismo aborda a correlação da opressão exercida pelo sistema capitalista sobre a mulher e a natureza, mas também ressalta a conectividade e as características que as aproximam, pois são constituídas pela possibilidade de reprodução. Nesse sentido, questiona a imposição da restrição da mulher ao ambiente doméstico e defende que ela tenha possibilidades, quando este for o seu desejo, de maternar, sem prejuízos ou inferiorização ao seu lugar social, podendo, quando quiser, acessar o ambiente público.

Apesar desse vasto arcabouço teórico/prático que evidencia os movimentos de luta no campo da desigualdade de gênero, para além da estrutura que age de maneira sistêmica e que se organiza e reorganiza de forma a cumprir o seu papel de explorar, é possível evidenciar que existem barreiras concernentes à construção dos processos psíquicos. De imediato, os classificamos como imateriais, mas atravessam de maneira direta e intensa nossa compreensão de mundo e nossas ações.

Por mais que os processos desejantes nos conduzam a vivências e ao acesso à informação sobre as amarras patriarcais, o nosso subjetivo é constituído com limites instituídos a partir de uma lógica binária, a qual, através de processos, nos movimentamos para fora dela se assim desejarmos. Todavia, não é possível criar blindagens que sejam capazes de romper totalmente com a reprodução do machismo/racismo/sexismo. Sendo assim, é imprescindível avançarmos na compreensão sobre esses mecanismos que atravessam a nossa existência, mas não é possível ver a

olho nú.

O inconsciente apresenta grande influência sobre a linha de fuga e de forma significativa é o ambiente de produção. Para Deleuze e Guattari, o inconsciente é uma máquina, é como articulações que se acoplam e fazem a energia circular através do movimento:

Porque o inconsciente da esquizoanálise não conhece pessoas, conjuntos ou leis; imagens, estruturas ou símbolos. f: órfão, anarquista e ateu. É órfão, não porque o nome do pai designasse uma ausência, mas porque se produz a si próprio onde quer que os nomes da história designem intensidades presentes (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 324).

Falar sobre o inconsciente é analisar como as máquinas desejanter realizam suas expressões. O Inconsciente, enquanto uma usina de produção que resulta na subjetividade, é construída no decorrer do processo e não imposta de um momento para o outro. Isso nos leva a refletir sobre a importância do caos, bem como, a ausência de órgãos em um corpo. Inspirada na colocação da agricultora, Afecto, que me leva a refletir sobre um feminismo sem órgãos, quero fazer menção ao risco de a reivindicação contra a desigualdade de gênero estabelecer fronteiras e não reconhecer ou legitimar as lutas e processos cotidianos. Observemos o enunciado a seguir:

Eu até me sinto sobrecarregada quanto a isso, tu adquire a tua independência e o meu esposo graças a Deus ele nunca me impediu de nada, eu sei dirigir e ele até me suga porque daí ele sabe que eu posso ir aí ele me sobrecarrega ele se escora na função dele que está sempre fora, mas quando ele está em casa e tem a oportunidade de me ajudar ele se acomoda que eu faço tudo (AGRICULTORA AFFECTO, 2022).

Nesse cenário, é pertinente chamarmos Antonin Artaud. Ele lança a reflexão do corpo sem órgãos enquanto conceito. Porém percebo que se trata de um modo de olhar, não estático, mas processual. Artaud se refere ao corpo com uma potência capaz de produzir a si mesmo, e quando sofre efeitos de idealizações enfraquece sua potência (SOARES, 2018). A posição da agricultora Afecto demonstra uma percepção sobre a linha tênue entre a autonomia e a sobrecarga na qual a mulher passa a ocupar outros espaços a ela negados outrora, mas se mantém à frente dos anteriores. A consciência

a qual ela realiza a exposição se revela como uma faceta de luta no cotidiano, reivindicação que aponta contra o patriarcado.

Pensar em um feminismo rígido que exige uma nomenclatura, um conceito para ser reconhecido, percebo como mecanismo que reduz e válida ou inválida formas de luta, o que significa cair na armadilha da forma de operar eurocentrada. O feminismo popular pode nos auxiliar nessa compreensão, considerando que se trata mais de uma prática do que propriamente um conceito. Isso faz refletir sobre todas as ações de mulheres que estão organizadas em diferentes espaços populares²⁰, em diferentes formas de luta contra o patriarcado, estando articuladas enquanto mulher e posterior a isso podendo vir a se tornar um coletivo feminista (SILVA, 2016).

Nesses termos, Deleuze e Guattari investem nessa reflexão se referindo ao corpo o local onde o desejo se movimenta, sendo o órgão parte de um organismo, ou seja, seu objetivo está vinculado a um propósito além dele próprio. Dito isso, na compreensão de que o corpo sem órgãos não é uma representação, analogia ou um conceito, mas uma prática de intensidades, acontecimentos e desejos que fluem sem o cartesianismo ou a naturalizações externas, considerando que a imagem de um corpo não diz sobre ele, dos seus movimentos e afectos.

2.3. A DIFERENÇA NÃO CABE NA REPETIÇÃO

“A vida pode parecer despreziosa, Alguém poderá dizer: deixe isso para lá. Porém a vida é mais além, há vida entre o mal e o bem, respira fundo, pois o dia só vai começar.

Os olhos buscam a luz da rua, a simplicidade, desconstruir ideias é se libertar. Ser a semente que vinga, A vida é uma boa briga, respira fundo, pois o dia só vai começar. Amanheceu, Tempo faz, amanheceu, nenhum passo atrás. ” (Amanheceu, Pedro Munhoz)

20 Nesse campo “popular” assume a dimensão das mulheres da classe trabalhadora que vivem e se relacionam com perspectivas do cenário periférico.

Ao considerar que estamos tratando sobre a produção de sentidos, a subjetividade é um conceito importante a ser citado dentro da perspectiva cartográfica, pois reconhecemos que se trata de um termo que implica dimensões materiais e imateriais que constituem o sujeito. Nesses termos, a subjetividade é constituída por múltiplas linhas e planos de forças que atuam ao mesmo tempo:

linhas duras, que detêm a divisão binária de sexo, profissão, camada social, e que sempre classificam, sobrecodificam os sujeitos; e linhas flexíveis, que possibilitam o afetamento da subjetividade e criam zonas de indeterminação, permitindo-lhe agenciar. Esse afetamento da subjetividade pelo que não é ela, pelas relações efetuadas, pela subjetividade (ROMAGNOLI, 2009, p. 170).

A esquizoanálise é um campo de conhecimento importante a ser referido aqui, considerando ser um espaço transdisciplinar que produz nova ferramenta de análise que possibilita a aproximação de processos, subjetividades, afectos, significantes insubordinados a modelos preestabelecidos. Por conseguinte:

A Esquizoanálise é um campo de saberes e práticas transdisciplinares criado pelo filósofo Gilles Deleuze e pelo analista institucional Félix Guattari após o mítico maio de 68 na França. Articula uma diversidade de conhecimentos, como a Filosofia, Psicanálise, Arte, Política, Antropologia, Biologia e opera uma série de deslocamentos metodológicos. Desta imensa trama produz novos enunciados que analisam os processos psíquicos, a subjetividade, os afectos, as relações de forças e poder, a interação com o ambiente, a sociedade, a tecnologia, entre outros. Também é conhecida como Filosofia da diferença, ou mesmo, Filosofia das multiplicidades. (HUR, 2021, p. 276).

Diante do exposto, o psiquiatra, psicoterapeuta, professor, pesquisador, analista e interventor institucional, esquizoanálise, esquizodramatista, Gregório Baremlitt, buscou, em sua trajetória, expandir a sua atuação até as fronteiras da medicina, com a Política, a Sociologia, a Filosofia, a Arte e com os saberes populares. Quero trazer algumas importantes contribuições de Baremlitt sobre a esquizoanálise. O autor reúne algumas informações importantes a serem mencionadas, para que assim possamos compreender a sua influência sobre a cartografia enquanto

um modo de pesquisa que se faz tão relevante a este estudo. Um dos apontamentos a ser referido aqui é a realidade que consiste no ser e o existir. Inclui-se tanto as essências quanto as aparências, a matéria, a energia, o espírito, o pensamento e a subjetividade, ou seja, a realidade está em constante ação.

Outro ponto importante citado pelo autor é o conceito de diferença e repetição, que a partir de Deleuze e Guattari é questionada quanto a sua compreensão estar ligada à ideia de monotonia, havendo uma diferença entre a repetição. Logo, não é possível que a repetição exprima as mesmas experiências. Se o movimento é constante, como construir um pensamento mediante a constante metamorfose? Na obra de Baremlitt "A introdução à esquizoanálise" menciona-se que a filosofia da diferença se refere à importância estabelecida sobre a diferença enquanto campo de análise. Observemos o enunciado a seguir:

A verdade é que acham que assentado, acampado, é um bando baderneiro, então é complicado para gente mostrar diferente. Tu acha que pra nós a gente veio aqui e conseguiu fazer feira no primeiro dia e mostrar que nós era pessoas civilizadas que nem todo mundo? Não! Para eles somos que nem bicho e ainda existe isso, e o pior de tudo é que ainda existe isso, sabe. Anos de conquista e... a televisão, a mídia ou sei lá quem mais vai lá (não quero ser muito exagerada falando eles mostram outra coisa da gente, né). E daí não é fácil. Eu já fui expulsa de lugar porque estava usando a camiseta do movimento, sabe. Ter que carregar todas as minhas coisas e sair. Ou já pediram para tirar a camiseta e eu não admito isso, sabe? A mãe diz tu é muito estressada, mas eu não sou estressada, mas eu não estressada não, sabe; É que eu não admito que uma pessoa me peça para tirar uma coisa que não conhece minha história, não sabe de nada, não sabe do que a gente passou, sabe. Passar fome, passar frio, passar trabalho. A minha mãe tem marca no corpo. A mãe é uma pessoa magra, sofrida, sabe as pessoas não sabem escutar o que que é isso e vem falar da gente. Então as pessoas não conhecem a história da gente e daí a televisão vai lá e fala uma coisa e a pessoa acredita, sabe, mas conhecer a história da gente não (AGRICULTORA INTENSIDADES, 2022).

A história de um coletivo ou de uma pessoa não cabe em um enquadramento comportamental. A repetição não é bem aplicada e, sem sucesso, tenta massacrar a diferença que resiste, pois faz parte de um processo desejante.

A diferença é relegada à medida que os processos civilizatórios estabelecem sua organicidade através de uma ordem que se contrapõe à

natureza caótica do natural. Todos os processos estruturais e sistêmicos vivenciados se colocam como um enfrentamento ao pensamento caótico através do compartimento, categorização, conceituação, linguísticas estruturadas, rotas e caminhos estabelecidos, os quais são formas de lidar, dominar, enquadrar e controlar a incerteza a instabilidade através da pseudo previsibilidade e promessa de tranquilidade pela via da imobilidade. Conforme Baremblytt (2003)

É a partir do Caos ou do semi-caos, onde os elementos estão animados de um movimento turbulento e de velocidades incalculáveis, que acabam se produzindo as formas, substâncias e forças que geram entidades inéditas. Muitas neo-disciplinas (setoriais de outras convencionais ou inteiramente originais) têm emergido desta inspiração, tais como a teoria das Catástrofes, as teorias dos Jogos, a teoria dos Objetos Fractais, as teorias do Caos, etc. Em outras palavras, tem-se aprendido a revalorizar, dentro da oposição Cosmos-Caos, a importância geradora do Caos, tanto quanto as funções seletivas e repressoras do Cosmos e a importância dos estados intermediários entre uma e outra destas realidades (BAREMBLYTT, 2003, p. 110).

Cosmos, nesse sentido, assume a perspectiva cosmológica referindo-se ao infinito, à condição nômade, que não é necessariamente um atributo de quem se movimenta. Etimologicamente, nômade se aproxima do entendimento daquele que é sem destino. Em Deleuze e Guattari, refere-se aquele que se distribui em um espaço sem destino estabelecido, pois obedece ao devir, às conexões. Consequentemente, obedece às relações rizomáticas, fugindo do que comumente se chama de bom senso.

[...] o nômade não é forçosamente alguém que se movimenta: existem viagens num mesmo lugar, viagens em intensidade, e mesmo historicamente os nômades não são aqueles que se mudam à maneira dos migrantes; ao contrário, são aqueles que não mudam, e põem-se a nomadizar para permanecerem no mesmo lugar, escapando dos códigos. Sabe-se bem que o problema revolucionário, hoje, é o de encontrar uma unidade das lutas pontuais sem recair na organização despótica e burocrática do partido ou do aparelho de Estado: uma máquina de guerra que não reproduzisse um aparelho de Estado, uma unidade nomádica em relação com o Fora, que não reproduzisse a unidade despótica interna. Eis talvez o que é mais profundo em Nietzsche, a medida de sua ruptura com a filosofia, tal como ela aparece no aforismo: ter feito do pensamento uma máquina de guerra, ter feito do pensamento uma potência [...] nômade. E mesmo se a viagem for imóvel, mesmo se for feita num mesmo lugar, imperceptível, inesperada, subterrânea, devemos perguntar quais são nossos nômades de hoje (DELEUZE, 2002, p. 322-321).

As ações governamentais são notoriamente insuficientes para fomentar, de maneira efetiva, a agricultura familiar e a reforma agrária na perspectiva de gênero. No período da pesquisa, no processo de aproximação com o tema, evidenciou-se um enxugamento nas políticas voltadas aos assentamentos e à pequena agricultura. Além da redução de recursos, também houve a extinção de instâncias importantes para a articulação (CONSEA NACIONAL).

O estabelecimento dos títulos dos lotes da Reforma Agrária configura o corte de recursos destinados aos assentamentos na linha da assistência técnica ou outras. Não estou falando aqui de um sentimento/emoção de boa ou má vontade de agentes públicos, mas de um projeto que vigora de forma transnacional. Tal projeto conta com o agronegócio para perpetuar relações coloniais e age na política agrária brasileira, a qual se acirra mais ou menos, dependendo da governabilidade, mas não deixa de existir. Essa mesma dinâmica ocorre no Rio Grande do Sul e, assim, em Arroio Grande, ao se observarem as mulheres que participam da feira de agricultura familiar.

A realidade da política agrária brasileira é ainda mais tencionada no período pandêmico: não poder contar integralmente com o PAA ou PNAE, bem como o fluxo das feiras, fez com que houvesse mudanças nos processos de comercialização. Logo,

[...] se reinventou totalmente, os grupos do WhatsApp, eu tenho até hoje para tu ter noção. Além das vendas da feira e do que a gente já tem de normalidade, as feiras em Jaguarão.. ai tem outras coisas que nós conseguimos também. Eu, a nossa família, consegui né... os guris aqui conseguiram as entregas nos mercados, as gurias. Então meio que tomaram conta dos mercados da cidade e nós conseguimos um contrato com o quartel né. E ja vai fazer o segundo ano já que a gente tem a gente conseguiu o quartel (AGRICULTORA INTENSIDADES, 2022).

Nesses termos, a cartografia se revela como modo de pesquisa privilegiado a construções que demonstram aproximação com os processos de subjetividade. Aproxima-se do formato de mapa, mas é aberto, conduzindo seus caminhos através das conexões traçadas pelos processos e pelo movimento do fenômeno investigado. Acontece através de uma perspectiva construtivista, atuando pela via da experimentação e não

interpretação (HUR, 2021). Com isso, compreendo que a pesquisa cartográfica oferece a possibilidade de considerar a implicação da minha condição de pesquisadora no ambiente pesquisado e contatar o processo do fenômeno investigado.

Em vez de buscar e escavar a 'tumba do faraó', prefere seguir e mapear os movimentos de deriva, de deslocamento, dos continentes. Desse modo não é uma tarefa arqueológica, genealógica, mas é sobretudo geológica. A cartografia não é histórica, mas é eminentemente geográfica. [...] Ao invés de buscar escavar a raiz e procurar historicamente uma origem, a suposta causa do problema, segue o movimento de propagação nos canais. [...] Vale destacar que, evidentemente, a cartografia não ignora a história, mas não fica apenas restrita nela e se preocupa com os movimentos e deslocamentos dos corpos no território[...] O plano de investigação é sempre um campo aberto, em variação contínua, e só é constituído quando tracejado. (HUR, 2021, p. 279).

A vivência do ser mulher para as agricultoras é resultado dos seus processos, movimentos rizomáticos, acontecimentos, agenciamentos, vivência dos devires atinentes a cada vida que é capaz de expressar o menor. Enquanto conversávamos, eu questionei o que para elas é ser mulher, com muita singularidade:

Ser mulher é no caso ter condições de realizar diversas funções naquilo que a gente foca no objetivo através da nossa vontade em algumas ideias que podem surgir, realizar através do nosso trabalho, der repente pode até de frustrar em algum momento, mas pelo menos tentou (AGRICULTORA AFECTO, 2022).

No meu ver agora que eu to a frente de tudo eu me sinto muito mais mulher que primeiro, agora eu me dou com um monte de gente e me sinto a vontade de conversar contigo as vezes brincar com uma pessoa, sair ,me divertir ou conversar, ou fazer muita coisa que primeiro não fazia, agora faço eu me acho muito muito feliz ... aproveitar a vida, eu sempre digo para os meus filhos, primeiro eles depois seja o que Deus quiser (AGRICULTORA RIZOMA).

Olha às vezes eu não queria ser não sabe, mulher sofre demais, menstruação, cólica, dor do parto, recuperação, preconceitos e aí por diante... Mas enfim, mulher e o pilar da casa, e uma dádiva divina, temos um cérebro único que consegue pensar e fazer mais de uma coisa por vez ..somos mães, a maior alegria da divina (AGRICULTORA INTENSIDADES, 2022).

A mulher hoje em dia se tornou independente ela não depende mais do marido, eu na verdade tenho meu próprio negócio, o marido tem o dele e eu tenho o meu, trabalhamos juntos mais eu sou independente,

antigamente a mulher dependia do marido, mas hoje em dia mudou, claro ainda tem aquelas que depende, mas eu não dependo de homem nenhum, ajuda é bom, mas se fosse trabalhar sozinha eu conseguiria sozinha sustentar meus filhos, tem umas que fala “ ah mas para que trabalhar? Tem marido pra quê? Eu não gosto disso e penso sempre: e se um dia acontece alguma coisa? e eu fica sem nada sem, sabe, fazer nada, tenho que saber pra mim pra me vira (AGRICULTORA POTÊNCIA, 2022).

Ah essa pergunta o que é ser mulher, é ser isso que a gente é uma coisa, assim a gente é sobrecarregada a gente se dedica a muitas coisas, a gente tá fazendo uma coisa e já tá pensando em outra. Ser mulher eu sempre digo aqui em casa eu quero ver quando eu sair e for pra fora, a gente mulher é uma coisa abençoada, mas as vezes as pessoas só enxergam quando a gente sai, dai valorizam, mas as vezes não é sempre. A gente é muito forte aguenta muita coisa, mais que os home, a gente é mais forte que os home. Nós deveríamos ser mais valorizada na sociedade e em tudo, mas nos meus olhos (MULTIPLICIDADE,2022)

As pistas sinalizadas do fazer que é ser mulher proporcionam uma abertura com a intenção de nos brindar com o menor, a diferença, o singular, o devir e tudo aquilo que é impossível de normatizar, pois não cabe na descrição de um perfil.

A cartografia como método de pesquisa, apesar de parecer que enquanto método se coloca amplo e aberto demais, possibilita que sejam traçados caminhos prévios que indicam por onde seguir, caminhos esses que permanecem suscetíveis a serem recalculados a qualquer momento. Hur (2021) afirma:

Mesmo sendo aberta, vale ressaltar a importância de um território de ancoragem para que a cartografia se desenvolva. É necessária uma prudência do/a pesquisador/a. Dessa forma, não consideramos que a cartografia seja uma atividade *laissez-faire*, que se faz de qualquer forma ao bel prazer do/a investigador/a. Como afirma Deleuze em inúmeras ocasiões, a tarefa do pensamento parte de um problema, o qual muitas vezes é necessário produzir. Então, consideramos que a atividade cartográfica é decorrente do problema de pesquisa estipulado e desenvolvido pelo/a pesquisador/a. Problema de pesquisa que produz um eixo e território para a investigação subsequente. Por isso que o/a investigador/a antes de ir a campo deve estabelecer um ‘programa cartográfico’, que é sua porção de terra firme. Evidentemente seu programa não se funda sobre um enquadramento fixo, mas pelo contrário, estrutura-se em enquadres móveis, em que é possível efetuar curvas e desvios no decorrer da pesquisa, de acordo com os acontecimentos externos (HUR, 2021, p. 279).

A cartografia coloca-se como um procedimento para cumprir a

expectativa de conhecer os desafios e as possibilidades encontradas pelas mulheres que atuam na agroecologia e que se encontram vinculadas à Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande-RS. Propõe-se, portanto, que o processo de reconhecimento comece pelo cotidiano dessas mulheres, que é o local deste estudo, possibilitando relacionar as questões estruturais, bem como os encadeamentos do dia a dia dessas que vivem suas ruralidades a partir das suas verdades.

Dentro da Feira da Agricultura Familiar, as mulheres que ali atuam vivenciam a singularidade do ser que se conecta e se encontra a todo momento, fazendo com que elas sejam um coletivo sem que talvez tenham parâmetros, diretrizes, estatuto ou, até mesmo, um nome além da Feira, onde elas têm um cotidiano em comum. O processo organizacional da Feira é conversado na própria feira e também no WhatsApp.

Nesse sentido, entende-se a esquizoanálise como uma caixa de ferramentas. Deleuze em conversa com Michel Foucault, na obra “microfísica do poder”, descreve as teorias numa perspectiva instrumental que não deve servir a si mesma, a começar pelo próprio teórico que se descola da condição de teórico, ou seja, a teoria para Deleuze apresenta caráter pragmático quanto a sua aplicabilidade. Na referida obra Deleuze reflete:

É curioso que seja um autor que é considerado um puro intelectual, Proust, que o tenha dito tão claramente: tratem meus livros como óculos dirigidos para fora e se eles não lhes servem, consigam outros, encontrem vocês mesmos seu instrumento, que é forçosamente um instrumento de combate. A teoria não totaliza; a teoria se multiplica e multiplica. E o poder que por natureza opera totalizações e você diz exatamente que a teoria por natureza é contra o poder (FOUCAULT, 1979, p. 41).

Sendo assim, dentro do leque de possibilidades que essa filosofia/pensamento/método oferece, intenta-se não partir das lentes absolutistas que ambicionam ser centrais e insubstituíveis nas análises dos fenômenos investigados e elementos emergentes. Sendo assim, no afã de conhecer e reconhecer as demandas e as potencialidades que não estão elencadas nos relatórios governamentais, indo além das informações reconhecidas institucionalmente, acessei a cartografia a fim de alcançar as particularidades silenciadas pela universalização, categorização e tipificação

propostas pelas políticas estatais.

Isso no sentido de acessar um pouco mais a potencialidade que a cartografia enquanto método pode oferecer. O sentido etimológico da palavra cartografia está vinculado à ideia de construção de mapas ou cartas prática que permite o levantamento territorial/espacial de determinado espaço, com histórico na área da geografia. Contudo, a cartografia que refiro se trata de um instrumento de caminhos e processos.

O presente trabalho foi desenvolvido no campo das expressões sociais ocasionadas pela organização societária, que se revela de maneira múltipla nos ciclos da produção de vida, produção instituídas e instituintes²¹, com a expectativa de não trabalhar nas descobertas da pesquisa a partir da lógica do isolamento dos saberes. Assim, é proporcionado estabelecer um olhar político sobre a vida das mulheres que têm em sua formação enquanto sujeito o subjetivo.

Sobre as forças produtivas instituídas e instituintes, é importante indicar algumas reflexões sobre a obra de Gregório Barenblitt “Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática”, que menciona a produção de conhecimento na linha das especialidades, os *experts*, os quais relegam os conhecimentos construídos pelas comunidades sociais, sendo elas considerados inadequadas por não terem aparato tecnológico ou científico. O reconhecimento restrito de racionalidade tornando técnicos apenas o conhecimento que passa pelo crivo da ciência acadêmica é uma forma de alinhar a produção de conhecimento aos interesses da hegemonia. Barenblitt reflete sobre as demandas estarem sendo apontadas pela racionalidade hegemônica, conforme cita:

É possível afirmar que as comunidades ou coletividades têm necessidades básicas indiscutíveis e universais. Essas necessidades são colocadas diariamente através de demandas espontâneas, através da exigência de produtos e de serviços correspondentes. Essa ideia é uma das tantas que vai ser questionada pelo Institucionalismo, porque ele vai tentar mostrar que em todas as épocas da história, mas

21 Se torna importante citar as palavras de Barenblitt sobre o movimento instituinte “é o processo mobilizado por forças produtivo-desejante -revolucionárias que tende a fundar instituições ou a transformá-las, como parte do dever das potências e materialidades sociais. No transcurso do funcionamento do processo de institucionalização, o instituinte inventa instituídos” (BAREMBLITT, 2002, p. 157).

particularmente na nossa, não existem necessidades básicas "naturais"; não existem demandas "espontâneas", pois em todas e em cada uma dessas organizações que acabamos de descrever, a noção das necessidades é produzida, assim como a demanda é modulada; isto é, aquilo que os povos pensam que todos os membros de uma população e todos os povos do mundo precisam como "mínimo" não existe. Esse "mínimo" é gerado em cada sociedade e é diferente para cada segmento da mesma. Mas ainda dentro do condicionamento histórico, as comunidades que têm alguma noção vivencial acerca de suas necessidades a perdem, de modo que já não sabem mais do que precisam e não demandam o que "realmente" aspiram (BAREMBLITT, 2003, p. 16).

Tal processo reflete os limites apresentados nas políticas públicas em dar conta de atender o mar de complexidade (no sentido do diverso e diferentes tecidos e não complexo enquanto difícil) na vida singular que dificulta os processos de controle. Sendo assim, a prática mais cartesiana possível será uma opção da ação estatal.

O processo de institucionalização é questionado, assim como o resultado sob o indivíduo e que tipo de relações são desenvolvidas, no sentido de perceber se os usuários das instituições²² são objetos de alienação. Nesse contexto, a autoanálise e autogestão simultaneamente têm como consequência a organização coletiva. Inclusive para sair do espaço de subjugação, a autoanálise e a auto-organização são fundamentais.

Contudo, existem as linhas de fuga ou as brechas, as quais se direcionam as resistências. O ser autônomo dentro da perspectiva da agricultura familiar se coloca como uma delas, mas que poderia ser facilitada via políticas públicas, conforme segue:

é que assim eu acho que a gente é autônomo, que nem eu digo então acho que a gente não trabalha para os outros, trabalha para nós e eu acho que a agroecologia e isso, né ...como tu trabalha para ti, tu pode trabalhar como tu quiser né. Para trabalhar para os outros, tu tens que trabalha do jeito que eles querem né... daí se eles querem botar 50 litros de veneno ali no meio eles vão colocar entendeu... tu não tu tá ali é que nem eu digo... lá em casa a gente trabalha a gente tá lá entendeu se nascer um pé de inço eu tenho que tá todo o dia "carpindo" né, ser autônoma também não é fácil... (AGRICULTORA INTENSIDADES, 2022).

22 Para Barembritt a instituição refere a instituição como um conjunto de ação lógica que atuam sob a vida do humano, regulando e normatizando (permitido, proibido e diferente), através do movimento instituinte que resulta no instituído que resulta no processo da institucionalização.

A hierarquia pelas potências é outra linha de fuga percebida no relato da agricultora Intensidades, que menciona a sua organização pela divisão de tarefas, mas quando a demanda exacerba, todos fazem tudo: ela na panificação e ele na plantação e no leite; os filhos envolvidos em ambos os processos. Com isso, refletimos sobre duas perspectivas a serem sinalizadas dentro das coletividades. A primeira versa sobre a hierarquia que existe em uma lógica das potências e não uma ideia e/ou grupo que se impõem sobre o outro, sendo reinventada a partir da hierarquia pela via das potencialidades.

A segunda trata sobre o desrespeito da lógica dicotômica/binária, que automaticamente se coloca numa lógica de hierarquia (feio/bonito, bom/mau, certo/errado etc...) a ser substituído pela multiplicidade, considerando que o saber binário é uma forma limitada de reconhecer ou conhecer as possíveis conexões organizativas que são vivenciadas por cada família. Apresenta-se uma singularidade nesse processo, tanto nas possibilidades quanto nos desafios, conforme o relato da agricultora Afecto, que fala sobre a dificuldade de um saber técnico que dê conta das suas demandas. Exemplifica que com o aparecimento das formigas, ela não gostaria de matar, mas a questão está presente:

Temos uma dificuldade grande com as formigas, temos prejuízo muito grande, até quando meu pai veio disse que tinha que mata as formigas e falei “ ai pai coitadinha das formigas”, mas em uma noite acabaram com um canteiro de temperinho, sinto falta de alguém que nos ajude nisso(AGRICULTORA AFECTO,2022).

Sobre isso, Baremlitt colabora ao mencionar que afastar ou negar a presença e importância do conhecimento agregado e construído pelos *experts* não é o caso, pois, se assim fosse, estaria a hierarquizar também. Ademais, assevera que os processos não devem centralizar a sua potência no saber técnico, mas devem fazer parte da organização coletiva.

A subjetividade é formada pelas nossas experiências e vivências desde a infância, assim podemos definir de forma superficial. Para melhor compreendê-la, preciso começar pela noção de que a subjetividade é construída, não nasce com a gente, mas se desenvolve a partir dos

movimentos de pulsão e castração. Baremlitt salienta que a produção da subjetividade nega a formação do homem íntimo a perspectiva universal, ubíqua, invariável, uniforme, sujeitada e submetida, mas aproxima-se a processos de produção de subjetivação livre, produtiva, desejante, revolucionária, conforme segue:

Esses são absolutamente contingentes, próprios de cada momento, lugar e conjuntura, e geram sujeitos singulares nas margens de cada acontecimento. O Institucionalismo pretende propiciar, através da análise e da intervenção, a montagem de dispositivos* capazes de gerar acontecimentos e, junto com eles, os modos de subjetivação que os mesmos precisam (BAREMLITT, 2003, p. 169).

A subjetividade é um campo amplo de estudo e aperfeiçoamento, principalmente nas áreas da psicologia e da filosofia, considerando a sua latente intervenção na vida do sujeito e da coletividade em suas diferentes dimensões. Na variabilidade de estudos sobre o assunto há diferentes perspectivas de compreensão, conforme elucida a citação abaixo:

Muitas correntes filosóficas e psicológicas (entre elas, a Psicanálise), sustentam que existe uma forma universal e invariável de constituição, composição, transformação, reprodução e extinção do sujeito (tanto daquele da reflexão filosófica como o do psiquismo). O que varia em cada sujeito seriam os conteúdos (representações e modalidades de configuração dos fantasmas ou função dos mecanismos): nisso radicaria a singularidade de um sujeito. Algumas correntes institucionalistas compartilham essa concepção (Sociopsicanálise, por exemplo). Para outros Institucionalistas, não existe um sujeito com uma estrutura universal e com variações apenas de desenvolvimento, conteúdo ou estilo. O que existem são processos de produção de subjetividade pelos quais as sociedades tendem a reproduzir sujeitos idênticos ou similares, segundo os padrões dominantes do grupo ou classe de que se trate e de acordo com os moldes do instituído*-organizado*-estabelecido (BAREMLITT, 2003, p. 169).

Sobre a produção da subjetividade, não tenho a intenção de apresentar modelos, normas ou conceitos fechados a serem seguidos para compreendê-la, mas perspectivas analíticas que demonstram a importância desse elemento da e na vida humana. Seguindo na estética da esquizoanálise que vai contra a noção de totalidade, esquema ou estrutura, voltamos a falar sobre a influência do desejo sobre a subjetividade, sem rótulos de verdades absolutas. O desejo aqui mencionado não se restringe ao prazer, mas ajuda a entender uma das lógicas da existência que acontece

através da vida que vibra, pulsa e sente pela via do afecto, no afetar e ser afetado.

Na tentativa de exemplificar o potencial do desejo, pensemos no conflito existente entre o que desejamos e o que devemos/podemos fazer. Não falo somente em desejo/vontade, mas das conexões possíveis a partir do desejo criador. Podemos refletir sobre a escolha de algumas mulheres na produção independente. Por mais que seja um desejo legalmente exequível, elas terão de lidar com os limites (no sentido de conseguir compreender) de uma sociedade que reproduz o modelo de família ocidental nuclear. Ademais, terão que lidar com os limites (no sentido de suportar) das consequências da escolha perante o processo de julgamento e comparação do que está posto enquanto norma e modelo.

Considerando que a diferença não é bem aceita e é subjugada por aqueles que vivem a lógica de uma subjetividade maquínica que se relaciona com a subjetividade capitalística descrita por Deleuze e Guattari. Tal diferença que existe através de demandas indicadas por processos externos, alheios à própria necessidade e indicam demandas de cunho social, biológico, naturais, bem como culturais, sendo estas ligadas às formas de vida em diferentes sociedades.

A subjetividade capitalística estabelece padrões de consumo que constroem ideários em seu entorno, agindo e estabelecendo a noção de ser a partir do consumo e gerando subcomissão naqueles que não possuem possibilidades de consumir. A agricultura familiar e a agroecologia estabelecem uma outra estética do consumo a qual abordaremos no capítulo a seguir.

3 MULTIPLICIDADES DO VIVER E DO RESISTIR: VIVÊNCIAS ATRAVÉS DA AGROECOLOGIA

“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes, elas coadjuvantes, ou melhor, figurantes, Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes tentando roubar nossa voz saber o que resta de nós, vamos passeando por ai, Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes se isso é sobrevivência me resumir a sobrevivência é roubar o pouco de bom que vivi. Permita que eu fale não as minhas cicatrizes achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes é dar o troféu para o nosso algoz e fazer nós sumir”

Amarelo- Emicida

A proposta do terceiro momento deste trabalho é que possamos perceber, a partir das vivências contatadas junto às mulheres que atuam com agroecologia na Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande-RS, o que está além da dor causadas pela estrutura, entendendo que existem as linhas de fuga e os lugares que os desejos são vividos.

A prática da agroecologia assume, nesse contexto, um espaço para que as cicatrizes assumam teor de luta e as vidas não sejam reduzidas a sobrevivências. Existem muitas potencialidades que atravessam as vidas divididas neste trabalho. Quero, então, apresentar algumas dessas vidas através das possibilidades que a agroecologia pode oferecer, no sentido de potencializar e não reduzir.

3.1. REVOLUÇÃO MOLECULAR: O MOVIMENTO DO COTIDIANO

Apesar do ambiente da agroecologia se configurar como um espaço de respiro no que tange aos processos desejantes nas práticas do existir, a sociedade capitalista tem o poder de se reinventar. Tratam-se de tecnologias do poder. Como fundamenta Michel Foucault (1984), essas tecnologias se reinventariam conforme o momento e contexto, como, por exemplo, o poder de controle, o qual foi gerado pela disciplina e por instituições como a escola, o emprego, os sistemas carcerários, os hospitais, entre outros.

Deleuze (1984) em diálogo com a referida compreensão de exercício

das tecnologias de poder, ressalta o biopoder enquanto força de uma sociedade que tem suas relações mais abertas, porém mais próximas, pois está entranhada nos encontros de maneira mais profunda. Cito como exemplo o acesso à cidadania: o quanto nos empenhamos para defendê-la, considerando que é a forma de amortizar as desigualdades sistêmicas. Entretanto, acaba sendo um processo que conduz o nosso comportamento e vínculo com as instituições que estabelecem os caminhos. Apesar da falsa flexibilização, como na educação que passa a ser contínua e pode ser à distância, as instituições estarão sempre sabendo o que estudamos e como estudamos e ainda dizendo o que temos que estudar (qual o saber validado). Ou, ainda, a área da saúde que passa a investir na prevenção e não mais no tratamento hospitalar. Até mesmo os postos de emprego que investem no trabalho remoto, o qual, apesar da sensação de liberdade de podermos estudar em qualquer lugar, ainda somos objetos de controle e, ao mesmo tempo, instrumento de controle sobre o outro.

Deleuze (1984) reflete sobre a ação de controle do capitalismo sobre os processos de consumo. Revela que as pessoas submetidas a essa força acreditam precisar de elementos consumíveis que nem sempre precisam na realidade, mas que a subjetivação cria a demanda por meio de propagandas e outros mecanismos, sendo esse o modo de controle.

A internet, que nos possibilita contato com muitas pessoas, simultaneamente, de vários lugares, ao mesmo tempo pode fragilizar a profundidade desse contato, dificultando as articulações. Isso pode ser entendido também como um mecanismo de controle.

Deleuze (1984) também menciona que a sociedade de controle é atomizada, com dificuldade de romper as fronteiras. Na direção da resistência é relevante reconhecer os mecanismos de controle que agem no nosso dia a dia. O autor também menciona que esses mesmos mecanismos podem ser utilizados para fins políticos. Podemos pensar na própria internet como um dos espaços de atuação política. O próprio Estado, pela efetivação da cidadania, através de ações micropolíticas, construídas em relações cotidianas, criando meios de resistência para viver o próprio desejo sem se

deixar capturar.

Penso que, nesse ínterim, no cotidiano das vidas contatadas aqui, essas ações micropolíticas são efetivadas na atuação junto à agroecologia, que parte do princípio da sustentabilidade, a partir da interação e equilíbrio entre toda forma de vida presente no planeta. Nesse sentido, está para além de um modo de produção.

Pode ser entendido como um modo de estar e de ser. Nesses termos, a agroecologia coloca-se como um espaço em que a mulher é mais reconhecida em comparação ao sistema de produção agrícola convencional, pois tem condições de gerar relações com igualdade nos processos relacionados à renda e garantir a presença de todos nos processos decisórios. Além disso, é capaz de produzir para o consumo da família, a partir do sistema agroecológico, o qual considera de forma especial a biodiversidade, atua sem agrotóxicos, valorizando as sementes e o manejo das sementes.

A agricultora Afecto relata que o saber que aplica nos seus processos de produção é aquele que aprendeu e aprende com seu pai, sobretudo como conservar e escolher as melhores sementes. Além desse fato, nas trocas e conversas durante a pesquisa, ela diz não ficar dependente dos mercados, considerando que usufrui de uma variabilidade de alimentos e vem aprendendo como conservar o excedente para que possa consumir em outros períodos do ano, como é o caso do feijão que a agricultora fraciona e direciona parte para o consumo imediato, armazena para o consumo posterior e vende.

Em contraposição ao modelo convencional de produção agrícola, em que se percebe a masculinização do trabalho, culminando algumas vezes no êxodo das mulheres dos espaços em que predomina o agronegócio. Na agroecologia, a mulher ocupa um espaço diferenciado. Seguimos com o enunciado do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio Grande:

Sobre o assalariado rural tu vai cansar de ver anuncio “ preciso de caseiro com esposa “, né. E aí o remunerado quem é? Só o marido, a

mulher não conta no processo de emprego, mas tem que ser casado. E isso se tornou muito corriqueiro, é cultural, mas tu não olha pra mulher como um puxadinho que vai junto com a construção maior. O marido vai para a lavoura e a mulher fica fazendo o serviço da volta da casa e ela não recebe nada por aquilo, ou então acontece do salário ser R\$ 1600,00 e com esposa R\$ 2,000, a condução desse processo é muito difícil por que está enraizado, tem que bater e falar e tem que construir espaço pra isso. [...] Mesmo que eu veja a Paula (técnica da Emater) todos os dias se tivermos como conversar sobre esse assunto ou fazer alguma ação lá na APAE onde ela é presidente, é muito importante, pois se a gente se fecha para conversar com os mesmos a gente se fecha para a pauta das minorias (JOÃO,2022).

O lugar da mulher rural merece um olhar atento, considerando que o meio de produção convencional culmina em desigualdades e na sua multiexploração.

Contudo, na agroecologia, desde as práticas de quintais, as quais muitas vezes inicia a transição para agroecologia, se vivencia em um pequeno espaço a via da diversidade e da plantação sem veneno. Além da explicitação do saber geracional, no que se refere não só à forma de plantar, mas também o que plantar, à alimentação e ervas medicinais. Sobre isso, observemos o enunciado a seguir:

A preservação da natureza é saber que tu tá produzindo um produto bom para ti para pessoa vai consumir. A é consciência também, sabe, é consciência também que eu sei que não é só eu. Eu estou produzindo uma coisa boa para mim, pelos meus filhos, pela minha família e para as pessoas, para as outras famílias também. Fora que o mundo velho(véio) já tá ,né. Tudo que acontece de ruim é culpa da gente né. Então acho que a gente fazer um pouquinho para cada coisa para ajudar né (AGRICULTORA INTENSIDADES, 2022).

Observo nessa fala a preocupação em oferecer saúde através dos alimentos, para si, sua família e para as demais famílias. Recebo essa afirmação como uma intenção e o reconhecimento das potencialidades alimentares quando sua função biológica é reconhecida e priorizada.

Outro fator importante a ser mencionado sobre a produção convencional são os malefícios causados nas comunidades próximas às suas plantações, pois interferem na qualidade e no acesso à água, e nas possibilidades do solo, causando prejuízo à saúde daqueles que atuam de forma direta no labor da agricultura. Dessa maneira:

Assim, a gente, é claro, como eu te digo eu tento, mas se tu fizer uma

análise no meu produto não vai ser 100%, que infelizmente eu moro na volta, o vizinho de cima planta soja. O Vizinho de Baixo planta soja, o vizinho do fundo planta soja. tem os quebra-ventos, mas assim a gente tenta a estufa que protege muito e hoje estamos trabalhando só com estufa. então está dando para conciliar um pouco (Intensidades, 2022).

Figura 1 - Sistema de plantação com estufa



Fonte: Imagem Capturada pela autora

Estamos lidando com uma das consequências do agronegócio, que expressa uma das suas perversidades: quando para além das reinvenções necessárias para trabalhar a contracorrente sistêmica, ainda assim, é necessário administrar os malefícios comunitários que esse tipo de produção ocasiona, inclusive a aquelas que declinam dessas práticas.

A agroecologia luta por novas relações, mas atua em um contexto com muitos conflitos, impossibilitando que esteja protegida de contradições. Dessa forma, quero aqui abordar a agroecologia como um potente instrumento para superar as desigualdades e as opressões advindas do sistema capitalista, além de apontar os desafios dessa prática que vem se ampliando expressivamente.

Nesse contexto, a agroecologia atua como a proposta de superação das desigualdades e dos meios de opressão, inclusive a de gênero. Com a

evidência dos processos dos povos e coletivos, ela se torna uma realidade, uma forma de resistência e um modo de existir no espaço rural, questionando os cenários econômicos, culturais, políticos, ambientais e sociais exercidos no modo de produção agrícola.

Atua sobre a perspectiva de relações horizontais e sustentáveis. Portanto, a redistribuição de terras torna-se um elemento relevante ao refletir sobre a agroecologia, uma vez que defende e considera a produção orgânica baseada na sabedoria tradicional, denunciando o modelo de cultivo convencional com uso exacerbado de agrotóxicos, o plantio com vistas à monocultura e a industrialização da agricultura. Tais fatos corroboram com a concentração de terra e bens, degradação da natureza e relações, à medida que expulsam o pequeno agricultor com a modernização dos processos agrícolas que existem voltados para atender ao agronegócio. A agroecologia, nesse sentido, seria também o meio de articular os princípios defendidos pela soberania alimentar enquanto uma proposta concreta.

Entende-se que a política pública de reforma agrária deve operar com o intuito de superar medidas reducionistas, como a desapropriação seguida da repartição de lotes, ou seja, atuar na perspectiva do acesso à terra, oferecendo possibilidades das agricultoras e agricultores estabelecerem-se a partir do seu modo de viver e existir. Nesse contexto, está inserida a luta contra a desigualdade de gênero, entre outras formas de desigualdade, dominação e opressão, nos fazendo refletir sobre a atuação da mulher na agroecologia, de que forma a se aproximar ou se afastar da desigualdade de gênero.

A agroecologia está longe de ser somente um modo de trabalho realizado por agricultores e agricultoras. Revela-se como um modo de cuidar e se relacionar com a natureza e as pessoas, visa ao respeito, à justiça, ao equilíbrio e ao bem comum. Portanto, constrói visões de mundo, fundamentando novas relações cotidianamente contra a opressão de classe, o machismo e o racismo, em uma perspectiva que reflita não apenas no processo de produção, mas também no consumo. Ao tencionar a disparidade das condições de produção de alimentos e a sua falta, sofrida por muitos, atribuem-se, assim, outros significados na conexão entre o campo e a

cidade. Contudo, por sua proposta estar e ser antagônica à lógica hegemônica, enfrenta obstáculos. Entre eles, a desvalorização citada pelas agricultoras, desvalorização por parte do mercado, conforme observamos no relato:

Tem gente, os mercados, que não querem mais (produtos da AF) por que eles conseguem comprar dos caminhões a 70 centavos, uma alface sem qualidade e com agrotóxicos. Então o que mais deixa a gente indignada é que o próprio mercado onde a gente gasta dinheiro comprando as nossas comidas ali, não valoriza o produto teu, sabe. Pior ainda é a pessoa que vai lá comprar, que prefere comprar uma alface queimada em cima e que não tem qualidade nenhuma, tem veneno e pagar 1 real ao invés de vir aqui pagar 2 reais pela nossa (INTENSIDADES, 2022).

Quando pensamos na mulher que está articulada na luta pela via da agroecologia, evidenciamos uma sobreposição de desafios, uma vez que por ser mulher tem suas possibilidades de igualdade restritas às condições estruturais que estabelecem um lugar específico para a sua existência. Nesse sentido, outro ponto que chamamos atenção são as tensões que recaem historicamente sobre o espaço rural.

A oposição à revolução verde através da agroecologia não se dá somente pela transição do plantio convencional para o plantio sem agrotóxico, pois o manejo inadequado de insumos orgânicos também pode ser nocivo à natureza. Nesse sentido, Caporal e Costabeber (2002) dissertam sobre a agroecologia enquanto ciência que atua na transição da agricultura convencional para agricultura sustentável. Nessa perspectiva, a agroecologia é percebida como um método para alterar a lógica da atividade agrária, deixando de ser a do capital e passando para a ecológica. Sendo assim, os autores salientam:

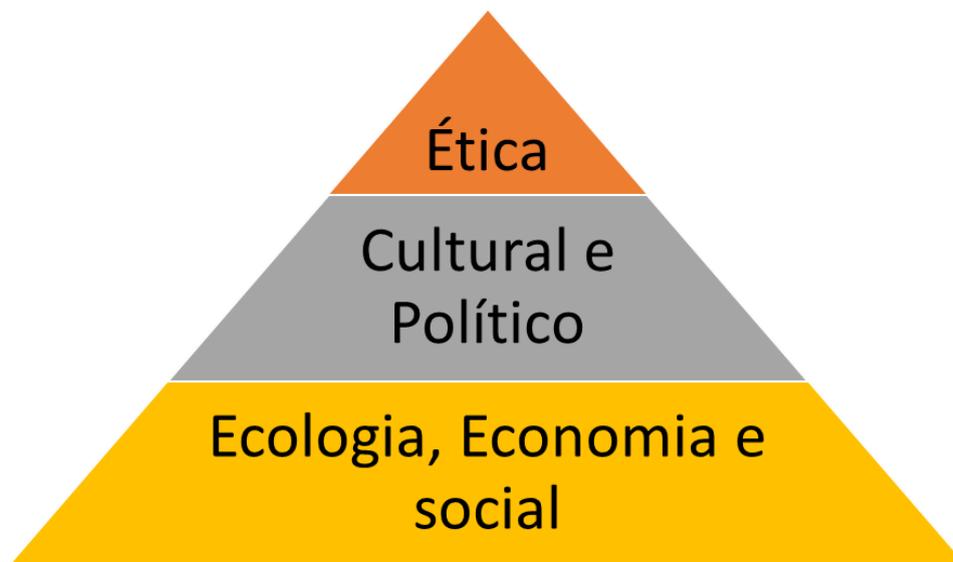
A agroecologia baseia-se no conceito de agroecossistema como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 72).

De fato estamos diante de um contexto complexo. Não tenho o objetivo de estabelecer a agroecologia enquanto roteiro método, pois considero que existem elementos ou dimensões que se relacionam entre si

e que definem os cenários em que a prática agroecológica ocorre.

Dessa maneira, Caporal e Costabeber (2002) descrevem as seis dimensões da sustentabilidade ecológica dividindo-as em níveis (piramidais), conforme indica o desenho a seguir:

Figura 2 - Dimensões da sustentabilidade ecológica



Fonte: Elaboração da autora

No primeiro nível, na base da pirâmide, estão as dimensões ecológica (Não só preservar a natureza, mas melhorar os recursos por ela disponibilizados.); econômica (As possibilidades da produção de subsistências e de bens consumo, relações a partir da soberania e segurança alimentar atuando em circuito curto.); e social (Distribuição equânime dos recursos agroecológicos.).

No segundo nível, acima da base, as dimensões culturais (Refere-se ao respeito com a cultura local, ao realizar manejo com a cultura local expressa em saberes, valores e costumes) e política (Encontra-se na prática participativa e democrática em torno das instâncias de decisão).

No topo da pirâmide, no terceiro nível, a ética (Solidariedade entre as gerações, implicando o respeito ao meio ambiente a ser dividido entre todos.). Sendo assim, Caporal e Costabeber (2002, p. 78) colaboram ao dizer que:

A agricultura, nesse sentido, precisa ser entendida como atividade econômica e sociocultural - uma prática social - realizada por sujeitos que se caracterizam por uma forma particular de relacionamento com o meio ambiente. Esta faceta da dimensão cultural não pode e não deve obscurecer a necessidade de um processo de problematização sobre os elementos formadores da cultura de um determinado grupo social.

Estamos nos referindo a uma prática cotidiana que reinventa a vida. A vida no espaço rural, na contramão da lógica capitalista. Sendo assim, enfrentam-se barreiras advindas da hegemonia e suas articulações de poder. Nesse contexto, apesar de atuar pela via da autogestão e este ser um princípio importante, políticas públicas são imprescindíveis para o apoio à prática agroecológica, que é benéfica para a sociedade em sua totalidade. Nesses termos, as políticas públicas voltadas para a reforma agrária são fundamentais, ao considerarmos que o modelo agrícola convencional visa, sobretudo, as grandes propriedades com funções voltadas ao latifúndio, com vínculo direto com o agronegócio. Conforme o relato abaixo, é possível evidenciar que a Reforma Agrária Popular atua de forma direta no fomento e movimento da agricultura Familiar e conseqüentemente na agroecologia:

Essa função de Agricultura Familiar na verdade quem criou esse processo de feira quem começou a vender em mercado isso começa com eles (assentados pela RA) o nosso município não tinha isso antes. Nós não tínhamos esse processo, por exemplo, quem vendia leite no município? os grandes produtores de leite, não havia pequeno vendendo leite, isso a gente aprendeu e também nós não era acostumado a consumir os produtos (JOÃO, 2022).

A democratização da terra, enquanto princípio de justiça social, propicia a reparação da desigualdade social, racial e de gênero, mas quando o acesso à terra é perpassado pela proposta da reforma agrária popular, visa, através da agroecologia, relações democráticas, integralizando a sustentabilidade da vida humana e não humana. Todavia, os desafios estabelecidos pelas contradições do sistema capitalista fazem com que a reforma agrária seja um campo de intervenção Estatal, apontando ser relevante o investimento nos processos de permanência na terra acessada. Tal processo refere-se ao fortalecimento do agricultor que se propõe a atuar

no modo de produção agroecológico e de agricultura familiar, ou de todos aqueles que não se estabelecem na agricultura convencional. Sobre esse assunto seguimos com o relato abaixo:

Falta de incentivo público, crédito para melhorar o rendimento econômico, cada região é de um jeito aqui é o vento, frio e a terra bem arenosa e também a falta de água que não pode depender só água da chuva (AFECTO, 2022).

Logo, apenas a reforma agrária, sem o devido suporte posterior, pode não garantir o movimento na direção de novas relações societárias, pois a saída para os agricultores assentados pode ser o ingresso na produção a partir da agricultura convencional. Diante do exposto, entende-se que a reforma agrária popular, defendida pelos movimentos sociais camponeses, é importante para estabelecer novas relações. Portanto, reconhecer a agroecologia, enquanto foco de políticas públicas, é parte importante do processo de democratização da terra e da propriedade.

Consideramos a agroecologia como um modo de viver e existir, entendendo os elementos que constituem a vida a partir do equilíbrio do agroecossistema, ou seja, reconhecendo a atividade agrícola integralizada a partir de uma ética ambiental que beneficia a todos e todas seres vivos, humanos ou não humanos. Nesse contexto, aponta-se que a prática agroecológica se insere como um campo importante a pensar a questão de gênero, uma vez que é uma oportunidade e também um desafio para estabelecer novas relações horizontais em oposição às impostas pelo sistema capitalista. Seguimos com a contribuição da agricultora Rizoma (2022):

Aquele que era meu marido ele não queria que eu fosse nem na cidade, ele achava que o serviço era dele e eu em casa, ai começemo com a feira ali na praça do camelô e ai eu disse eu não vou ficar só dentro de casa, se eu faço as coisas os pão às cuca e não é ele que vai vender, mas ele era assim, mas tem muito home assim ainda, pra que as mulher sair tem que fica em casa, tem ainda, mas agora já mudo.

Quando entro em contato com a vida das pessoas que ocupam espaços de resistência, que conseguem através das suas singularidades estarem próximas as suas vivacidades, percebo que dentro do processo da linha de fuga que a agroecologia configura, não se deixa de trazer os desafios que o capitalismo implica para os trabalhadores. No poema “Cântico

Negro” de José Régio, evidenciamos a complexidade que é respeitar o Ser que se contrapõe a correnteza que quer ditar caminhos. Abaixo podemos apreciar:

Vem por aqui Dizem-me alguns com os olhos doces Estendendo-me os braços, e seguros De
que seria bom que eu os ouvisse Quando me dizem: Vem por aqui!
Eu olho-os com olhos lassos (Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços E nunca vou por ali A minha glória é esta
Criar desumanidades Não acompanhar ninguém
Que eu vivo com o mesmo sem-vontade Com que rasguei o ventre à minha mãe Não, não vou
por aí! Só vou por onde Me levam meus próprios passos
Se ao que busco saber Nenhum de vós responde
Por que me repetis: Vem por aqui? Prefiro escorregar nos becos lamacentos
Redemoinhar aos ventos Como farrapos, arrastar os pés sangrentos
A ir por aí Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens E desenhar meus próprios pés
Na areia inexplorada O mais que faço não vale nada

Como, pois, sereis vós Que me dareis impulsos Ferramentas e coragem
Para eu derrubar os meus obstáculos?
Corre, nas vossas veias Sangue velho dos avós E vós amais o que é fácil
Eu amo o Longe e a Miragem Amo os abismos, as torrentes
Os desertos Ide, tendes estradas Tendes jardins, tendes canteiros Tendes pátria, tendes tetos
E tendes regras, e tratados E filósofos, e sábios
Eu tenho a minha loucura Levanto-a, como um facho A arder na noite escura
E sinto espuma, e sangue E cânticos nos lábios
Deus e o Diabo é que guiam
Mais ninguém Todos tiveram pai, todos tiveram mãe Mas eu, que nunca principio nem acabo
Nasci do amor que há Entre Deus e o Diabo

Ah! Que ninguém me dê Piedosas intenções Ninguém me peça definições
Ninguém me diga: Vem por aqui A minha vida é um vendaval que se soltou É uma onda que se
alevantou
É um átomo a mais que se animou
Não sei por onde vou Não sei para onde vou Sei que não vou por aí

São muitos tensionamentos que conduzem a responder a demanda do mercado pela via da agricultura convencional, por isso não podemos ignorar que a agroecologia também traz seus desafios. Quando questionadas sobre os desafios sobre exercer a agroecologia, os retornos são sobre a falta de assistência ao agricultor familiar. Ao mesmo tempo, discursos de sentimento de gratidão pelo fato de que conseguem contar com assessoria do poder executivo municipal, Emater e Sindicato.

Ainda mencionam a necessidade de fomento no que se refere à assessoria técnica (agrícola e agrônoma) e linhas de crédito. O modelo de agricultura agroecológica tem seus processos mais vagarosos, tendo em vista que respeita as etapas e os ciclos da plantação, o que demanda um

respaldo específico das políticas estatais, que na condição de ineficiente provoca reação da população resistente.

3.2. OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE LINHAS DE FUGA: CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Cambia lo superficial Cambia también lo profundo Cambia el modo de pensar Cambia todo en este mundo Cambia el clima con los años Cambia el pastor su rebaño Y así como todo cambia

Que yo cambie no es extraño Cambia el más fino brillante De mano en mano, su brillo Cambia el nido el pajarillo Cambia el sentir un amante Cambia el rumbo el caminante Aunque esto le cause daño Y así como todo cambia Que yo cambie no es extraño Cambia, todo cambia Cambia, todo cambia Cambia, todo cambia (Todo Cambia-Mercedes Sosa)

No processo de pesquisa e aproximação com o campo, foi possível perceber que a Feira de Agricultura Familiar ocupa uma função de suma importância para as agricultoras e agricultores da sociedade arroio-grandense. Não é possível fazer uma definição desse espaço que não seja de maneira complexa. São muitos os significados e muitos encontros que o local proporciona, de forma especial para a questão de gênero dentro do universo da construção aqui proposta.

É preciso seguir afirmando a potencialidade da feira de agricultura familiar permanecer sendo um fazer que se opõe ao modelo agroindustrial hegemônico. O sistema global acentua as relações no processo de mercantilização do alimento, considerando que é possível de se realizar em diferentes locais, em qualquer época do ano, acessando alimentos não correspondentes à sazonalidade.

As relações que se fundam para esse tipo de comércio são aquelas denunciadas em muitas frentes de luta que problematizam o acesso e a qualidade do alimento. O comércio realizado por grandes redes de

super/hipermercados está indicando uma direção de consumo padronizado. Tratam com os mesmos fornecedores, o que implica em lidar com um viés de produção nem sempre sazonal/ local e oriundo de meios produtivos salutareos.

Um dos malefícios dessa dinâmica está no distanciamento do produtor local junto aos mercados que se organizam sobre a lucratividade, não agregando outros elementos no processo de comercialização dos alimentos. Com isso, torna-se mais profunda as valas de desigualdade social. A feira se configura como linha de fuga nesse cenário:

A desvalorização é muito, muito grande. A desvalorização com pequeno agricultor é bem complicado. A gente não tem valorização no município, aqui a gente, na feira, é o lugar positivo que eu te digo. Porque aqui eles, a pessoa que vem aqui comprar de nós, sabe o que tá vindo comprar. Ela deixa de ir ao mercado para esperar nós de 15 em 15 dias para vir aqui. Porque aqui ela sabe que vai encontrar um produto limpo, um produto produzido não só com amor, mas com respeito a quem está comendo, entendeu (INTENSIDADES, 2022).

As feiras livres se configuram também como um projeto de desenvolvimento rural. Quando falamos em Feira da Agricultura Familiar, estamos nos referindo a um encontro que visa a evolução (no sentido mais variável que essa palavra pode apresentar) ambiental, social, econômica, educacional, política. Trata-se de um aprofundamento da soberania alimentar, além de criar uma outra estética do consumo.

Nas conversas com as agricultoras e no contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio Grande-RS, assim como com a representante da Emater, é unânime o reconhecimento da feira como um instrumento para diversos propósitos. A dimensão social é movimentada pelas vidas que se encontram em um espaço livre, em que a disposição para uma nova proposta de se relacionar circula e, nesse sentido, atua uma nova proposta societária iniciada nas microrrelações.

A feira atua também na dimensão econômica, uma vez que escoar a produção realizada pelas agricultoras e suas famílias. Nesse sentido, é importante referir que à medida em que as famílias ampliam sua condição financeira também ampliam suas possibilidades de consumo, movimentando também a economia municipal e regional.

Outro aspecto que é vivenciado nas feiras é a importante valorização das agricultoras e agricultores, bem como dos seus processos. Os produtos ali oferecidos/ comercializados somam aspectos de cuidado e respeito à terra e ao meio ambiente, além do desejo de saúde materializado em forma de alimento.

Também é preciso pontuar as relações de troca mútua entre as/os agricultoras/es, bem como, agricultoras e consumidores. É possível observar que há uma outra estética do consumo, as pessoas que procuram a feira e as agricultoras acessam junto com o produto a reforma agrária, a agricultura familiar, o cuidado com a natureza, a biodiversidade no plantio e na cultura. São famílias de diferentes origens e diferentes histórias que se reúnem através do coletivo MST e convergem para a prática da agricultura Familiar.

Outra dimensão, presente na feira, é a educacional, não em um modelo cartesiano, mas que através dos seus processos de produção e organização convidam a um novo fluxo de saber que é transgeracional. Ademais, salientam-se os processos que se criam para potencializar a produção em qualidade e quantidade.

Em uma perspectiva de contraponto à força hegemônica no cenário agrícola, a soberania alimentar emerge como possibilidade de vida biodiversa . Nesses termos, cito que:

A luta pela soberania alimentar contempla a perspectiva de mudança no modelo agrário atual, mudança que busca na aposta da produção agroecológica a possibilidade de garantir a diversidade, para possibilitar o consumo do alimento saudável para toda população. No entanto, a perspectiva não se limita somente na questão alimentar, amplia-se para as questões energéticas, genética, hídrica e territorial. Ou seja, é a tentativa de legitimar o modelo camponês no cotidiano das famílias de trabalhadores do espaço rural e urbano no território nacional. (RIBEIRO; ÁVILA; MARQUE, 2017, p. 20).

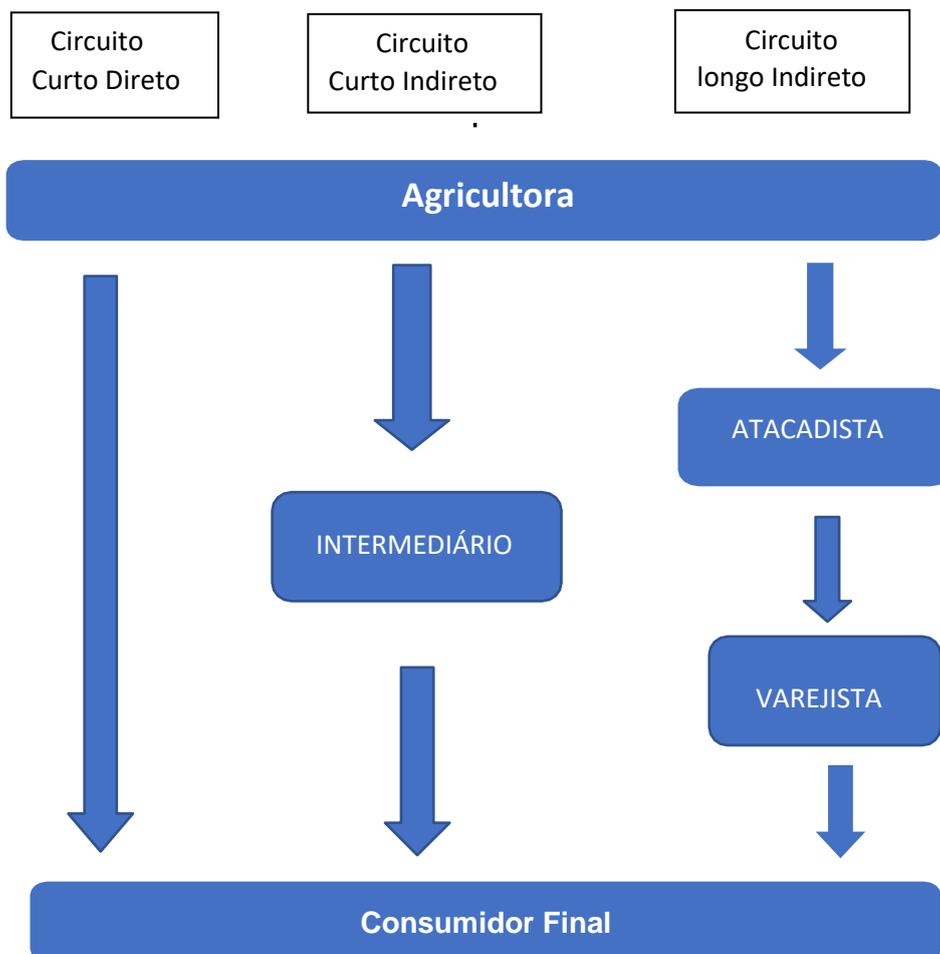
A Soberania alimentar nos oferece a compreensão de que as mudanças que buscamos na prática da agricultura, por meio da agroecologia enquanto uma forma de ser, implica em mudanças para além do espaço rural. Através das dimensões e elementos movimentados nas feiras de agricultura familiar, pode-se afirmar que, nesses espaços, se luta pela soberania alimentar. De acordo com Darolt, Lamine e Brandenburg (2013,

p. 12):

A crise do modelo agroalimentar dominante abre espaço para a discussão de novas proposições de desenvolvimento local que incorporem não apenas variáveis técnico-produtivas, econômicas e ambientais, mas também valores sociais, éticos e culturais. Princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais, assim como a reconexão entre produtores e consumidores, são observados nos circuitos curtos.

Uma das faces da agroecologia é a produção de alimentos orgânicos. Tal característica possibilita ampliar a comercialização dos alimentos orgânicos desde que apresentem o selo de certificação, podendo ser comercializados de forma direta e também indireta. Conforme o fluxograma abaixo:

Figura 3 - Tipos de comercialização agrícola de produtos orgânicos



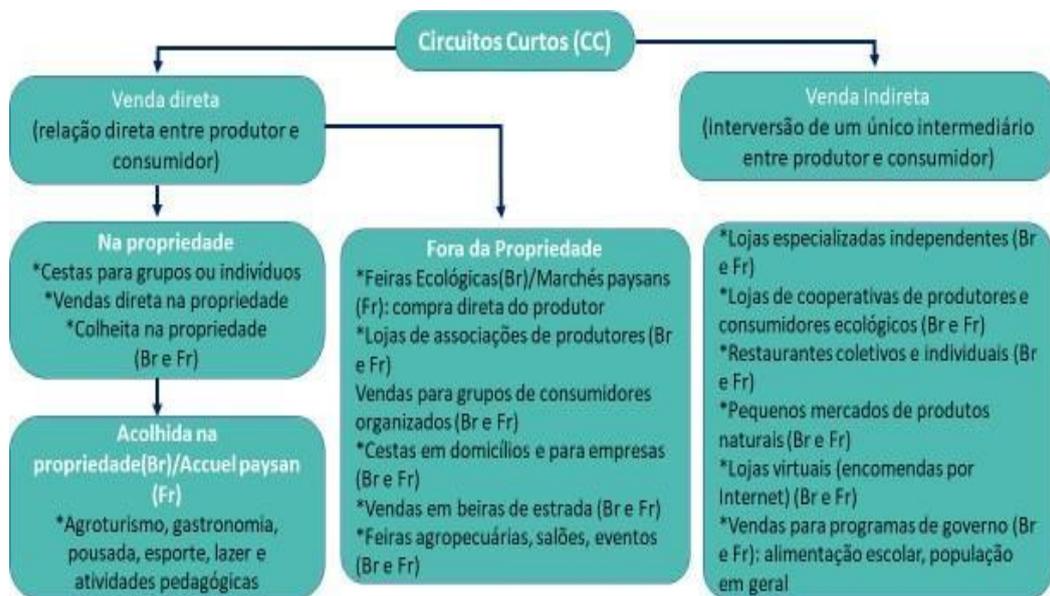
Fonte: Oliveira (2015) adaptado por Araújo (2022)

O fluxo de comercialização indireta, amplia as possibilidades de vendas, mas quanto maior o percurso que o alimento percorre entre a produção e consumo, mais caro ele fica. Sobre esse aspecto, evidenciei que esse é um dos desafios vivenciados pelas produtoras/agricultoras da Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande-RS. Conforme descrito pela agricultora Intensidades, há um trajeto a ser realizado por aqueles que desejam aderir ao selo de certificação e, no caso do assentamento, existe a peculiaridade dos lotes estarem cercados de plantações de soja cultivadas com agrotóxicos ocasionando à deriva.

Apesar dos percalços a agricultora realizou as modificações necessárias para proteger suas produções dos químicos das outras plantações, como a confecções de estufas, processos de irrigação que contemplem o planejamento e assim possa receber a certificação, a priori a ser efetivada no final de 2022/2023.

O circuito curto é o modelo que mais se encontra presente na vida das agricultoras. Coloca-se, nesse contexto, como possibilidade de comercialização agroalimentar, que atua na tentativa de diminuir ao máximo intermediadores (no máximo um) aproximando o produtor e o consumidor, bem como ampliar o escoamento da produção que agrega valor ao produto. Além da lógica econômica/comercial, considera a questão territorial a qual permite melhorar o fluxo de transporte e de distribuição, aproximando a relação entre campo e cidade. Abaixo a figura que ilustra o fluxo percorrido:

Figura 4 - Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos no Brasil (Br) e na França (Fr)



Fonte: Darolt; Lamine; Brandenburg (2013)

As feiras vem proporcionando um espaço de encontro na perspectiva do CC direto, processo que contempla as diferentes expressões de produção. No que se refere o quantitativo, fortalecendo o coletivo²³. Assim,

A feira em função de que a minha produção não é grande produção e a feira me possibilita vende o que não vende armazenado, a feira eu me sinto muito bem de vir na feira, me dá um bem-estar te motiva a continuar produzindo. Naquilo o que consigo produzir eu sou feliz. E eu ouvir alguém falar que essa coisa eu levei e gostei é bem preparado, eu fico feliz (AFECTO, 2022)

Contudo uma das dificuldades apontadas pelas agricultoras é a restrita mão de obra e as condições econômicas. Isso porque estamos mediante a necessidade de investimento para a ampliação da produção, como o processo de plantio, colheita, beneficiamento, armazenamento, transporte, bem como o desenvolvimento de tecnologias que deem conta de superar a contaminação por deriva.

²³ De acordo com Lobo (2004, p.196) o que caracteriza a relação entre o enunciado e o ato, enquanto um enunciado sempre executa um ato e um ato se executa dentro de um enunciado.

A forma de produção e comercialização mais adequada varia de agricultora para agricultora, considerando as características de cada lote e família que tem sua maneira de existir — seus saberes, organização, encontros, afectos. As variantes que permeiam as organizações agrícolas familiares, à medida que se configuram como potência para o sistema agroecológico, podem ser um desafio para as ações Estatais, considerando a singularidade das linhas de fuga formadas pelo coletivo e pelas individualidades. Estamos diante de uma realidade inquantificável e impossível de encaixar em um perfil.

É passível de problematização as situações em que são estabelecidos regramentos legais/sanitários sobre a produção e a atividade agrícola familiar, em que há a contradição entre a intenção de implementar políticas públicas efetivas e receber a notificação com ausência de assistência (técnica e de crédito) para os ajustes necessários, como na situação do selo orgânico. Assim como as tecnologias do poder se revelam nas microrrelações, a reação também deve permear as microrrelações e o cotidiano, ao reconhecer a contraditoriedade sistêmica, que atravessa as instituições. Esse é um projeto Estatal revestido de fragilidades nas políticas públicas, que lida com as irregularidades, as quais eu chamo de diferença, aquela que não cabe na repetição.

3.3. AGROECOLOGIA: UM LUGAR QUE VAI ALÉM DA AJUDA NA DISCUSSÃO DE GÊNERO

Minha vida se divide em três fases. Na primeira, meu mundo era do tamanho do universo E era habitado por deuses, verdadeiros e absolutos. Na segunda fase meu mundo encolheu, ficou mais modesto e passou a ser habitado por heróis revolucionários que portavam armas e cantavam canções de transformar o mundo. Na terceira fase, mortos os deuses, mortos os heróis, mortas as verdades e os absolutos, meu mundo se encolheu ainda mais e chegou não à sua verdade final mas a sua beleza final: ficou belo e efêmero como uma jabuticabeira florida. (Rubem Alves).

No contexto do Brasil, diante de sua ampla e diversa condição territorial, a principal função social é conferida à monocultura e ao latifúndio,

modelo que visa o acúmulo e a concentração de renda, trazendo sérias consequências para a sustentabilidade da vida, em suas diferentes expressões (sociais, biológica, psíquica, ambiental). Essa realidade constrói um cenário em que o existir é invadido por paradigmas não embrionados pelas pessoas que vivem e se relacionam no campo e, quando essa mulher é negra, o fator do racismo soma-se enquanto sistema de opressão. Com o intento de não abordarmos uma perspectiva unilateral dos desafios para a mulher, em especial a mulher rural, é importante evidenciar a vida que pulsa e se desloca na direção da resistência.

Considerando que tal complexidade recai sobre o corpo feminino, através do patriarcado, e entendendo que a prática agroecológica traz a possibilidade de novas relações. As mulheres se colocam de forma ativa nos processos estabelecidos nesse modelo produtivo e modo de viver, assim, é imprescindível refletir sobre as experiências relatadas e a realidade evidenciada.

A agroecologia se coloca como um dispositivo de resistência às diferentes formas sistêmicas de opressão, inclusive a de gênero. Não se compreende como um modo de trabalho com uma proposta messiânica contra as injustiças sociais, raciais ou de gênero, mas acredito que é um lócus capaz de fomentar novas relações que valorizem a vida humana e não humana de forma integralizada.

Trata-se de uma outra forma de se relacionar. Vai além de uma alternativa de produção agrícola, é uma estratégia possível de estar e ser no mundo, a partir de relações horizontais, em direção ao respeito a toda forma de vida, entrelaçando em seu fazer conhecimentos tradicionais, modo de existir e viver validados. Diz respeito à sustentabilidade dos meios nativos, fato que significa valorar a vida que se coloca em movimento, desde a produção até o consumo do alimento.

A agroecologia é um espaço de resistência às estruturas sociais que reverberam na mulher especificamente um lugar social de subjugação em relação ao homem, colocando-se como um desafio dos espaços que executam a agroecologia. As realidades até aqui contatadas das mulheres

que estiveram ligadas aos processos de luta pela terra, através dos acampamentos e assentamentos pela Reforma Agrária, apresentam uma inquietação sobre seus envolvimento nos processos de produção e distribuição. A agroecologia é uma prática diária que reinventa a vida. A vida no espaço rural na contramão da lógica capitalista.

Sendo assim, enfrenta barreiras advindas da hegemonia e suas articulações de poder. A democratização da terra enquanto princípio de justiça social propicia a reparação da desigualdade social, racial e de gênero, mas quando o acesso à terra é perpassado pela proposta da reforma agrária popular visa, por meio da agroecologia, as relações democráticas, integralizando a sustentabilidade da vida humana e não humana. O campo, portanto, é fecundo na luta contra o patriarcado.

O projeto desenvolvimentista capitalista, que se baseia no acúmulo de riquezas, utiliza-se da exploração e coisificação da vida (humana ou não humana), integra interesses hegemônicos globais, incidindo na questão de gênero e interferindo de maneira direta na questão territorial.

Ao passo que observamos os movimentos de resistência das mulheres que participam dessa construção, percebemos que há limites que se apresentam na vida delas, como, por exemplo, o relato citado pela agricultora Intensidades, em ter que se posicionar para que os assuntos concernentes ao seu trabalho sejam tratados com ela também ou o relato da agricultora Afecto, que menciona já ter sentido dificuldades ao tratar com oficinas ou a parte de mecânica como se ela não pudesse entender.

Nesse contexto, existem movimentos sociais que realizam interpelações à lógica de exploração, opressão e dominação, a fim de redefinir as perspectivas impostas e recolocar-se socialmente. Dessa forma, o MST sistematiza fundamentos para a Reforma Agrária Popular com vistas a superar a Reforma Agrária clássica. Entre os fundamentos encontra-se a Soberania Alimentar com vistas à produção de alimentos saudáveis, objetivando atender as necessidades da população em acordo com as expressões locais/ regionais (MST, 2020).

Sobre o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, é unânime

entre as participantes da pesquisa a noção de que o coletivo é importante, consideraram que se não fosse o movimento não teriam acessado à terra. E trazem em sua histórias de forma direta ou indireta a vivência do acampamento, conforme o enunciado a seguir:

Estivemo dois ano acampada começou lá em Cruz Alta e fixemos em Júlio de Castilho e depois comecem a se mudar de cidade em cidade. A maioria dizem que os assentados do INCRA tiram as terra dos grande proprietário, mas não é verdade, o INCRA compra daquele que tá endividado que não tem mais o que fazer com o banco, a gente fica sabendo que aquela área tá desocupada e endividada e ai depois ela vira pequenas propriedade. Mas aí a gente passa pelo acampamento tem que aguenta, o que nós passamo nesses dois anos e meio, fome, frio, chuva, tu aguenta tudo pra tu dar valor quando tu ganha um pedaço de terra[...] Sem o movimento não tinha esse pedacinho de chão. Tem gente de arroio grande que ainda não aceita o movimento, até ontem na feira eu falei pra uma mué” me desculpe mais eu não sou mais sem-terra eu tenho terra, somo assentado” e ela me disse “me desculpe eu confundo Sem-Terra”. Agora já tá melhor, mas quando nós viemo nós era um bicho de sete cabeça. Tu ia na cidade, meu deus, lá vem os assentado, parece que nós ia destruí a cidade, mas nós erguemo a Arroio Grande, a veterinária era uma caixa de de fosforo, agora vai lá ver. O supermercado Caixoeirense vinha aqui de caminhão vender fruta e produto, como muito mercado, só que uns deram valor e uns não (RIZOMA, 2022).

Nesse sentido, sobre Agroecologia, gostaríamos de iluminar a compressão sobre esse processo com as reflexões de Cristine Jaques Ribeiro, resultado de sua caminhada no assessoramento e pesquisa junto aos assentamentos de reforma agrária no sul do Rio Grande do Sul. Sobre a agroecologia, ao revelar como um dispositivo de resistência, destaca o modo de existir de comunidades, se contrapondo à colonialidade.

Conforme Ribeiro (2001), a agroecologia é uma atividade que se reflete em projeções coletivas cotidianas, as quais resistem a imperativos socioambientais e culturais, através de mecanismos na forma de lidar com o plantio diversificado e da relação com as pessoas, os animais e a natureza.

Com o desafio de se reinventar, o campesinato passa pela crítica à revolução verde e por seus prejuízos ocasionados pela imposição química e pela monocultura que incidem sobre a vida do trabalhador rural. As possibilidades férteis do solo estabelecem um ciclo comercial que gera relação de dependência para o agricultor na produção, pois necessita de insumos químicos para atender a alta produção da monocultura (RIBEIRO,

2001).

Fazendo um adendo, vale mencionar que a soberania alimentar é uma perspectiva ampla que trama dimensões e processos dos povos no que se refere a questão política, socioeconômica, cultural e comunitária, indo além da segurança alimentar que é facilmente confundida enquanto conceito. Segurança alimentar se refere ao direito dos povos em ter acesso à alimentação, considerando os aspectos relacionados à cultura, economia, ambiente e região. Conforme descreve Miguel Altieri (2010, p. 24):

A Soberania Alimentar faz referência ao direito que tem todos os povos e populações de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. O conceito emergente de Soberania Alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor.

Na perspectiva da soberania alimentar, a agroecologia coloca-se como um dispositivo de resistência importante, pois estabelece diferentes interações com a humanidade e a natureza. A estratégia emerge como possibilidade no seio dos movimentos sociais que relembram o modelo societário capitalista e suas consequências para as relações sociais e intervenção na natureza, de acordo com Sevilla Guzmán (2001, p. 1)

A agroecologia pode ser definida como [...] o manejo ecológico dos recursos naturais mediante formas de ação social coletiva que apresentem alternativas à atual crise civilizatória. E isso por meio de propostas participativas, desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para fazer frente à atual deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo.

O sistema agroecológico também se coloca como contraponto aos processos de colonialidade do poder, uma vez que se figura como potencial instrumento na luta pela reforma agrária. Além disso, é uma via de vivência de novas relações, deslocando a hegemonia para a soberania popular. Consideramos a agroecologia como um movimento decolonial. Vale mencionar que a agroecologia é resistência e modo de existir quando se

coloca enquanto espaço de produção e como compartilhar conhecimento, produzido e repassado no cotidiano, aliado a uma ética de respeito e harmonia, que alcança diferentes áreas de conhecimento, como das ciências, humanas e agrícola.

Embora em muitos espaços seja reproduzido no imaginário social que o espaço rural é um lugar pouco desenvolvido, atrasado, distante do urbano, é preciso evidenciar que existe vida pulsante que em muito se orgulha em poder existir no espaço rural. Trata-se de um espaço onde se realiza a análise de que é possível trabalhar e viver com os filhos, dando a assistência necessária e acessando a liberdade que o espaço rural pode proporcionar, na condição de que todos podem fazer escolhas.

Considerando que uma das principais propostas de análise dessa construção está na produção de sentidos sobre agroecologia pelas mulheres, é importante destacar a reflexão sobre a produção de sentido aqui mencionada. Sendo assim, acessaremos à reflexão da obra deleuziana intitulada “A lógica dos sentidos”, que está dividida em uma série de paradoxos que demarcam ponderações sobre as dimensões que estruturam, pela perspectiva histórica, lógica e tópica, a noção de sentido.

Deleuze oferece algumas considerações importantes para compor a reflexão sobre lógica dos sentidos, entendendo o sentido como entidade inexistente que atravessa o campo da filosofia e nela é problematizada ao pensar o sentido enquanto conceito. Conforme nos demonstra Luiz Lopes: “a ideia de acontecimentos dá ao conceito um aspecto diferente daquele pensado por Aristóteles. Desta maneira, o pensamento de Deleuze procura apontar novas saídas para a filosofia” (LOPES, 2003, p. 205).

Sendo assim, ao conceituar o sentido por Deleuze, a filosofia aponta para a via da significação e do acontecimento. O conceito na perspectiva deleuziana assume a dimensão incorporal, ou seja, sem corpo, sem limite, sem fronteira, tornando peculiar cada processo que viabiliza o conceito, estando este atrelado à existência e vivência. Nessa direção, Lopes (2003, p. 206) alerta:

Sinaliza também para a diferença entre significação e sentido que

corresponde os dois estados do sentido, de fato e de direito, a posteriori e a priori, um pelo qual o inferimos indiretamente do círculo da proposição, outro pelo qual o fazemos parecer por si mesmo desdobrando o círculo ao longo da fronteira entre as proposições e as coisas.

Ao problematizar os conceitos e, portanto, algumas formas de realizar a filosofia, instituindo como disciplina que produz saber através dos conceitos, Deleuze aponta para a filosofia transcendental, que se refere a experiências que fogem às formas da consciência já estabelecida em um corpo. Assim, são incorporais, sem características pré-fixadas. Conforme afirma Lopes (2003, p. 217),

os incorporais são ilimitados, impassíveis, efeitos que acontecem na superfície dos corpos. O acontecimento tem sua diferença para os estados de coisas justamente por não apresentar as características das coisas; não existe, mas, antes subsiste ou insiste nas coisas. O acontecimento ocorre nas coisas e é expresso pela proposição .

Outro fator interessante a ser considerado e mencionado aqui, dentro da construção deleuziana sobre a filosofia, relacionando-a como uma fonte de produção de conceitos e, conseqüentemente, entrelaçando à produção de sentidos, é o que Deleuze nomeia de pop filosofia. Ele chama assim a relação entre o pensar e o sentir. O prefixo pop quer dizer popular, sendo este não passível de classificação, desterritorializado:

O popular não é o massificado, o popular não é o que custa barato. Ao contrário, custa muito o popular: custa não em moeda ou capital, mas em modéstia e gosto. O popular não é o que vende muito: o popular é 82 o que não se deixa vender, seja pelo mercado seja pela potesta do Estado. O popular não se opõe ao erudito. O popular não se confunde com classe ou gênero. O popular não é a classe C, D ou E (SOUZA, 2015, p. 19).

Diante do exposto, pensamos a experiência existencial das agricultoras com a agroecologia como um acontecimento que produz sentidos sobre a prática. A presente pesquisa preocupa-se em perceber os sentidos que produzem conceitos que muitas vezes divergem dos instituídos. Conceitos alinhados às contradições que atravessam a vida dessas mulheres, que existem em um sistema societário contraditório. Sendo assim, não se intenta aqui construir julgamentos sobre os aspectos que cercam esses alinhamentos, mas aproximar-se dos sentidos produzidos.

A agroecologia, no cenário capitalista, é um elemento fundamental a

ser considerado, tendo em vista que significa uma outra forma de relacionar-se, indo além de uma alternativa de produção agrícola, configurando-se como uma estratégia possível de estar e ser no mundo a partir de relações horizontais, em direção ao respeito a toda forma de vida. Assim, entrelaçam-se em seu fazer, conhecimentos tradicionais, modos de existir e viver validados, bem como, o respeito à sustentabilidade dos meios nativos, fato que significa valorar a vida que se coloca em movimento desde a produção até o consumo do alimento. Por conseguinte, entende-se a agroecologia como um espaço de resistência às estruturas sociais que reverberam na mulher especificamente um lugar social de subjugação em relação ao homem, colocando-se como um desafio dos espaços que executam a agroecologia.

Entendo que a prática agroecológica é importante nas lutas de resistência contra o patriarcado, revelado na vida das mulheres rurais que têm em seu corpo atravessamentos de ordem socioeconômica, racial e patriarcal. Conforme descrito na revista “Agriculturas experiências em agroecologia”, editorial 2009, no artigo: “Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres”, organizado por Maria Emilia Lisboa Pacheco (2009):

A experiências em agroecologias desigualdades nas relações de gênero na agricultura familiar constituem um obstáculo ético e prático ao desenvolvimento rural. Elas manifestam-se em várias esferas da vida material e simbólica de agricultores e agricultoras, entre as quais se destacam a distribuição das riquezas geradas pelo trabalho familiar, a participação nos processos decisórios, a presença em espaços de sociabilidade e o acesso à informação e aos bens culturais.

A agroecologia traz em seu trajeto a configuração de muitas lutas, pois ao estar implicada na relação da humanidade com a natureza, questiona o processo de mercantilização da terra e suas consequências. Entre elas está a desigualdade de gênero, sexual, racial e social, oriundas do sistema colonial e que ainda são persistentes na colonialidade (JALIL, 2009).

Quando voltamos o olhar para as questões vivenciadas pela mulher rural, um dos enfrentamentos importantes a ser mencionado é a ruptura do lugar de ajuda estabelecido pelo imperialismo e que também está presente nas práticas de resistência como a agroecologia ou agricultura familiar. Essa

não está blindada das consequências já mencionadas, mas se apresenta no horizonte transformações, sendo assim, consideramos que:

a exclusão da mulher das decisões e o menor acesso ao dinheiro, não são específicos do campo, mas sim globais. Em geral, as mulheres ocupam espaços de menor poder, com menos visibilidade de sua atuação. Algo bem específico em relação ao campo e à agricultura familiar é que o trabalho doméstico – que é considerado um trabalho reprodutivo, que não é produtivo, ou seja, que não gera renda – é ainda mais invisibilizado no campo do que nos centros urbanos, e muito do trabalho da mulher na agricultura familiar se confunde com o trabalho doméstico (TORRES, 2019).

Ainda é bastante incipiente a presença de mulheres na condição de protagonismo nos espaços que denotam algum tipo de poder, seja ele econômico ou político. Em contrapartida, é comum encontrar a presença feminina nos processos de produção e plantio, bem como nas tarefas domésticas ou, ainda, nas atividades vinculadas ao cuidado da vida.

Entretanto, a agroecologia, conforme já mencionado, é uma forma de agricultura muito democrática. Isso porque ela considera todas as formas de vida e envolve os diversos elementos da atividade agrícola. Assim, também considera todas as pessoas que se encontram presentes nesse processo, sobretudo a mulher, que tem espaço para a renda, sem ser na condição de empregada ou do lugar da ajuda não remunerada. Tal cenário diverge do lugar ocupado pela mulher no agronegócio, em que ela perde a condição de trabalhar, conforme descrito nos casos em que os caseiros contratados preferencialmente devem ser os casados, sendo que apenas o homem é remunerado.

A contribuição não ocorre só da agroecologia para a questão de gênero, mas a mulher também movimenta a agroecologia. Considerando que há uma condição holística exercida pela mulher que milenarmente é guardiã de sementes e realiza cultivos em torno da casa, como forma de proteção à vida da família, características bem-vindas à prática agroecológica. Todos os relatos demonstram que a relação de cuidado estava presente e a intenção amorosa de estender o cuidado através do produto, conforme relato a seguir:

Eu sempre consegui, gosto de lidar com produto naturais, gosto de trabalhar com alimento que tu não tens medo de comer, uma fruta que

tu sabe que não tem veneno como é uma coisa dentro da horta é coisa natural os remédio que eu boto. Eu sei o que eu tô comendo e tô vendendo (RIZOMA, 2022).

Agroecologia é tudo que nós plantamos aqui a gente planta sem veneno, não é orgânico porque não temo o selo, mas é semi-orgânico e cada vez mais valorizado, as pessoa vem a atrás de nós pra busca verdura, é próximo da cidade e elas vem aqui. Então no verão mesmo, vinha mercearia, as lancheria e pra nós é trabalhoso, mas é gratificante, quando a gente recebe um elogio “eu não troco vocês “ é que nós entrega os produto fresquinho, colhe e já vai entrega (MULTIPLICIDADES, 2022).

Para além do exposto, foi possível aproximar-se da realidade a qual as participantes se envolvem em todas as etapas da atividade agroecológica, desde o plantio até a distribuição, incluindo os processos de decisão. Apesar de entender que há aspectos positivos nesse cenário, é uma situação a ser problematizada, considerando que em um dos contatos esse fato surgiu como uma sobrecarga. É inegável que o movimento da mulher ocupar os diferentes espaços é benéfico para a questão de gênero, mas conforme a organização familiar, pode sobrecarregar a mulher.

Diante do exposto, nota-se que as relações de gênero se configuram de maneira peculiar a cada mulher e a cada comunidade. A agroecologia é um instrumento que atua nessas relações, que vive as suas possibilidades e também os desafios. A Feira, na qualidade de CC, é uma importante ferramenta para a experiência agroecológica. No que se refere às políticas públicas, é um importante campo de fomento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos produzidos na pesquisa de campo, a pesquisa documental, bem como, pesquisa bibliográfica compartilhada até aqui, nos oferecem elementos que desenham as nossas considerações que são finais neste trabalho, mas não aos efeitos desta construção, muito menos a este tema.

As possibilidades de produção de alimento no Brasil nunca foram motivo para a falta de alimento na mesa de tantos brasileiros. Trata-se de uma problemática atrelada ao modelo de produção agrícola, assumido desde o Brasil Colônia e, nessa condição, emerge a necessidade de compreendermos o nosso lugar nessa relação que gera tanta desigualdade. Desigualdade que se perfaz em diferentes facetas e formas de exploração.

Para tanto, as expressões sistêmicas societárias do capitalismo que se entrelaçam e influenciam as relações e a realidade em diferentes espaços geográficos, sob o panorama da globalização, me fizeram considerar importante conduzir esta construção à luz do pensamento, que nos ofereceu possibilidades de ler o Brasil/Rio Grande do Sul/Arroio Grande, como espaços que produzem a colonialidade de poder, ser, saber, gênero e sexualidade, nas relações rurais sobretudo.

Com a atividade agrícola regulada pela perspectiva hegemônica do agronegócio, as desigualdades multifacetadas se aprofundam e condicionam um modo de vida às camadas sociais empobrecidas, incluindo o espaço rural. Dentro dessas desigualdades, incluímos a de gênero. Contudo, não é uma realidade estanque, pois estamos falando de vidas pulsantes, que podem, a qualquer momento, criar linhas de fuga para suas questões e foi isso que observei.

Diante da realidade do patriarcado, que atravessa a vida da mulher rural, uma das respostas que se configura é a prática da agroecologia como um movimento anti hegemônico em diferentes sentidos, realizada mediante processos individuais e coletivos. Sendo assim, o objetivo geral dessa construção foi conhecer quais os sentidos produzidos pelas mulheres que atuam na Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande-RS sobre

agroecologia.

Dessa questão proposta pelo objetivo geral, desdobram-se algumas pistas que indicam as significações da agroecologia sobre a vida das mulheres que atuam na feira. Na aproximação com o campo, foi possível entrar em contato com a realidade de mulheres que têm em sua história, participação em processos coletivos. Algumas delas passaram pela experiência de acampamento, ou tiveram familiares de gerações anteriores (pais, tios, avós) que vivenciaram os desafios do acampamento. Fato que reverbera no modo de existir, na ética e na subjetivação construída dessas mulheres.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem uma incidência importante sobre a reivindicação da Reforma Agrária Popular, abordando em sua trajetória outras frentes de luta, como relações sustentáveis entre a espécie humana e a natureza. Nos momentos de formação, assessoramento e reuniões, as perspectivas voltadas para a questão de gênero também costumam ser refletidas e problematizadas, inclusive na organização para as frentes de luta.

Em conversa com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio Grande foi mencionado que existe uma diferença de protagonismo exercido pelas mulheres assentadas que atuam na feira. Ele comenta que elas são sabedoras de todos os processos que entornam a produção e a distribuição de alimentos. Há, portanto, um sentimento de pertencimento.

Os afectos e acontecimentos dessas histórias se fundem a partir do coletivo, mas, sobretudo, da individualidade que vibra sobre o cenário da cidade. Assim, outros encontros são vivenciados junto à população arroio-grandense. Importante destacar que ocorreram movimentos importantes ao município desde a formação dos assentamentos.

Arroio Grande, município predominantemente de grandes propriedades, predominantemente de monocultura, recebe através dos assentamentos uma outra forma de existir no campo. Os desafios locais se instauram e reinventam dimensões do cotidiano das assentadas e do

município. De modo que a demanda em torno da agricultura familiar existe no sentido de estabelecer uma prática agroecológica a partir das características bioecológicas.

É nos processos cotidianos que elas construíram e constroem linhas de fuga para lidar com as multiplicidades que apareceram e aparecem. A falta de apoio de créditos ou a burocratização para a comercialização dos alimentos orgânicos, bem como, a falta de assessoria técnica, são algumas das situações a serem dribladas para manter, no presente e no horizonte, a prática agroecológica.

Na construção deste trabalho foi possível perceber que o cotidiano das mulheres agricultoras é tecido por dificuldades e superações de múltiplas demandas. Entre o plantio e a colheita, a produção exige o cuidado diário, além das outras demandas com filhos, demandas domiciliares, solicitações de clientes e da relação com as instituições públicas e coletivos. Essas são tarefas que, em algumas realidades (das agricultoras), são divididas com os companheiros e em outras não.

Considerando o cenário de intersecções, tensionamentos e opressões, faz-se necessário mencionar a zona de atrito que emerge entre as demandas materiais e imateriais. Sendo a primeira inerente às expressões de ordem econômica, como, por exemplo, a necessidade de venda dos produtos e todos os percalços oriundos desse processo, desde a produção. A segunda seriam as expressões de ordem subjetiva construídas ao longo da existência de cada uma e que revelam o devir que reage de maneira a subsidiar a força de resistir. Isso considerando os desafios que circundam o dia a dia das mulheres agroecológicas.

A importância da feira na vida das mulheres e dos clientes/consumidores foi uma descoberta importante. Para as agricultoras é um espaço de troca e de reconhecimento do modo de viver agroecológico, bem como de acesso à renda. Já para os consumidores é uma oportunidade de acessar um alimento que ofereça além do nutriente o cuidado. Um cenário que proporciona muitos encontros.

A Feira é um importante foco de políticas públicas. Todavia, ainda é

algo incipiente, visto as dificuldades apontadas e os serviços prestados. Sobre essa realidade, há processos de resistência e de reivindicação diante ao encolhimento Estatal. Ao mesmo tempo, existe a postura de não contar com o Governo para a resolução de suas questões. Outros pontos evidenciados sobre a prática da agroecologia na vida das mulheres que participam na Feira de Agricultura Familiar são:

- ✓ A maneira como elas participam de todos os ciclos entre o cultivo e a distribuição;
- ✓ A luta para proteger suas plantações da deriva ocasionada por plantações vizinhas que utilizam agrotóxicos;
- ✓ O respeito com equilíbrio ecológico, quando além de não utilizar veneno, se negam a matar as formigas que se alimentam das plantações;
- ✓ A coletividade do grupo que, na condição de feirante, não se percebem como concorrentes, mas aliadas, todas vendem os produtos de todas.

Dentro dos processos vivenciados pelo coletivo da Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande ainda não se percebe no horizonte do grupo objetivos que almejam se articular com os propósitos macroestruturais, como a atuação em coletivos, por exemplo. No que concerne à relação de gênero e aos efeitos da agroecologia na vida das mulheres, chama atenção o deslocamento do lugar de ajuda para o protagonismo sob seus processos de vida. Foi possível perceber nos diálogos que há um sentimento de orgulho em ser mulher, e o ser mulher para elas está relacionado a ser feliz, conforme exposto nos relatos realizados e registrados nesta construção.

O modo de pesquisa cartográfico me possibilitou transitar no cenário de pesquisa conforme as mudanças necessárias, considerando que as coletas não se limitaram ao momento das entrevistas, mas também aos contatos realizados através da feira, pelas redes e dispositivos que possibilitaram a troca remota em razão dos tempos pandêmicos. Nesse sentido, quanto ao método, avalio que a palavra “Processo” foi fundamental e muito a utilizo no decorrer desta construção. Considerando que foi nesse caminho que debrucei minha preocupação em apreender, afinal, para a agroecologia realizar movimentos de possibilidade e desafios na vida das mulheres é necessário evidenciar o processo vivido e a aproximação desse

cotidiano.

Pensar no corpo sem órgãos e nas relações rizomáticas, bem como na produção da subjetividade, enquanto a usina de intensidades que percorrem e vibram em cada vida, auxiliou para que se evidenciasse que é latente a singularidade de cada história a ser considerada pelas políticas públicas.

Quanto aos desafios vividos no decorrer da pesquisa, destaca-se o fato de o tempo de convívio ter sido reduzido pelo período pandêmico, limitando a percepção de elementos outros não alcançados aqui. Um dos principais instrumentais que gerou mais expectativa foi a visita às feiras e à casa das agricultoras. Considerando que pelo regramento de protocolos de controle à pandemia foi estipulado o distanciamento social, foram diminuídas as formas de contato com as agricultoras.

Contudo, acredito que o estudo colabora em três dimensões: a primeira, no sentido de colocar em voga a importância feminina para a prática agroecológica, trazendo à luz a história dessas mulheres que firmemente resistem e se reinventam mediante os desafios do capitalismo e do patriarcado. Segunda, é a forma que o histórico com o MST, agricultura familiar e a agroecologia incidem para os movimentos de gênero na vida dessas mulheres. O que contribuiu para as ver para além do quintal e das lavouras: opinando, decidindo, articulando. Isso me faz entender que estamos falando de movimentos importantes contra o patriarcado.

A terceira dimensão está em apontar o potencial da Feira, Circuito Curto de comercialização, como foco de políticas públicas que podem atuar sob expressão de desigualdades, entre elas a de gênero. Sobre as políticas públicas, registro como desafio, para além daqueles já citados, um olhar para a agroecologia e para a Agricultura Familiar desempenhada por mulheres mães solo, considerando que a mão de obra familiar é a principal fonte de trabalho. Nesta pesquisa, nas abordagens, contatamos a realidade de uma agricultora que é mãe solo, a qual enfrentou o desafio de matinar e dar conta do processo de cultivo agroecológico.

Nas intervenções estatais contra a desigualdade entre homens e mulheres, essas realidades devem ser consideradas na execução das políticas públicas, para que não venhamos a cair na armadilha da concepção de mulher empoderada, que, com excelência, responde a todas as demandas da vida, a sua e a dos outros.

Ainda sobre as políticas públicas, vale mencionar a contradição existente no processo de certificação do selo orgânico. Trata-se de um movimento que abre portas para uma maior oportunidade de comercialização, mas quem acessa esse benefício?

Penso que essa pergunta nos conduz à conclusão de que é um processo que gera desigualdade e, se não houver a assessoria, que se proporcionem as condições postas pelas organizações que desempenham esse serviço. Caso contrário, se corre o risco de fortalecer os mesmos.

É dado que são muitos os desafios para aquelas e aqueles que através da práxis em sua existência são a diferença. Entretanto, no caminho da construção deste trabalho tive a alegria de encontrar vidas femininas felizes em ser mulher, cada uma do seu jeito, com as suas referências, vivências e subjetividades. Elas atuam no seu cotidiano para um mundo melhor. Concluo este trabalho afirmando que a agroecologia é possível.

REFERÊNCIAS

APARECIDA, Tatiana et al. **Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública**. Disponível em:

<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/01.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

AGENCIA Senado. **Bolsonaro veta auxílio emergencial para agricultores familiares** Fonte: Agência Senado. 2020. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/08/bolsonaro-veta-auxilio-emergencial-para-agricultores-familiares>. Acesso em: 05 nov. 2021.

ARAUJO, Carla Graziela Rodegueiro Barcelos. **Expulsões, mulheres migrantes e direito à cidade**. In: RIBEIRO, Cristine Jaques. Diálogos da cidade: experimentações coletivas. Porto Alegre: Fi, 2018. Cap. 14. p. 1-282.

BALEM, Tatiana Aparecida et al. **Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública**. Disponível em:

<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/01.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2013, n.11, pp.89-117. ISSN 0103- 3352. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

BAREMBLITT, Gregorio F. (2002) **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2)

BRASIL. AGÊNCIA IBGE. **Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. . **Formas de violência contra a mulher**. 2006. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/violencia-contra-a-mulher/formas-de-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. INCRA. (Org.). **Reforma Agrária: Reforma Agrária**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. IPEA. **Índice de violência doméstica é maior para mulheres economicamente ativas**. 2019. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34977http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_. Acesso em: 05 mar. 2020.

BRASIL. SENADO NOTÍCIAS. **Cortes no Incra prejudicam desenvolvimento no campo, dizem especialistas** Fonte: Agência Senado. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/24/cortes-no-incra-prejudicam-desenvolvimento-no-campo-dizem-especialistas>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R.; LOPES, Adriana L. (Org.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. 2008. Disponível

em: <https://arca.furg.br/images/stories/producao/mulheres_na_reforma_agraria.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020

CAETANO, Claudenir Bunilha. **Resgate do Processo histórico e Cultural das Raízes da Comunidade de Assentamentos do Município de Arroio Grande**. Arroio Grande: Edição do Autor, 2019.

CALDART, ROSELI SALETE CALDART. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estud. av. v.15 n.43 São Paulo set./dez. 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Análise multidimensional da sustentabilidade. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia**. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.3, jul./set. 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. Semestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142003000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA FIOCRUZ. **Desigualdade bate recorde no Brasil**, mostra estudo da FGV. 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Desigualdade-bate-recorde-no-Brasil>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CHAVES, Carlos Walter Porto. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2018, n.132, pp.211-230. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.138>.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. p.495.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998

DIEESE (Brasil). **Estatísticas do meio rural 2010-2011. 2011**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2011/anuarioRural10-11.html>. Acesso em: 19 fev. 2020.

DUSSEL, Enrique. Europa, **Modernidade e Eurocentrismo**. In: A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografia: saberes e práticas. : Saberes e Práticas**. Iluminuras, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 1-23, 4 set. 2008. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1984-1191.9301>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301/5371>. Acesso em: 12 abr. 2020. FAO BRASIL (Brasil). A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1071672/>. Acesso em: 17 fev. 2020.

FANON, F. (1968). **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler**. Criacao & Critica. N. 20 . 2018.

FLORES, Bárbara; TREVIZAN, Salvador. **Ecofeminismo e comunidade sustentável**. Rev. Estud. Fem. vol.23 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2015

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 1979.

FRANCHINI, Bruna. Santiago. **O que são as ondas do feminismo?** in: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 10 de março de 2021.

FURTADO, Lays. **MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia. 2022**. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 01 maio 2022.

DELEUZE, Gilles. **L'Île déserte e autres textes** (1953-1974, ed. preparada por David Lapoujade, Paris, Minuit, 2002.

GOMEZ, Santiago Castro. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

GOMES, Rodrigo. **Fome na pandemia: moradores de favelas já fazem menos de duas refeições por dia**. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/03/fome-na-pandemia-moradores-de-favelas-ja-fazem-menos-de-duas-refeicoes-por-dia/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**. In: SILVA, L.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. São Paulo: Papyrus, 1995.

ILVA, Amanda Mendes; SOUZA, Solange Jobim e. **Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa**. Fractal: Revista de Psicologia, Ribeirão Preto, v. 29, n. 1, p. 45-53, 29 abr. 2017. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1453>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5117/4968>. Acesso em: 23 out. 2020.

KYRILLOS, Gabriela. **Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-12, ago. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v28n1/1806-9584-ref-28-01-e56509.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LANDER, Edgardo. (Org.). **Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales** ”” CLACSO, 2005.

LOPES, Luiz Manoel. **Teoria do Sentido em Deleuze**. An. Filos. São João del- Rei, n. 10. p. 203-220, jul. 2003.

LORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador dal Pozzo. **Ecofeminismo e comunidade sustentável**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 11-34, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026x2015v23n1p011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v23n1/0104-026X-ref-23-01-00011.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LUGONES. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas. Florianopolis. SetDez.2014.

MACHADO, Cecília .FGV (Brasil). **Mulheres perdem trabalho após terem filhos**. 2016. Disponível em: <https://portal.fgv.br/think-tank/mulheres-perdem-trabalho-apos-terem-filhos>. Acesso em: 05 fev. 2020.

MAGALHÃES, Renata Guerra e Ana. **Titulômetro e cortes no Inca esvaziam política de reforma agrária**. 2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/10/titulometro-e-cortes-no-incra-esvaziam-politica-de-reforma-agraria/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

MARTINS, Joaquin . **Immanuel Wallerstein e o sistema mundo uma teoria ainda atual**. Iberoamérica Social revista red de estudios sociales V. 2015. p. 95 108

MARTINS, Mireile ; MOITA, Júlia. **Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate**. Uberlândia: Pontal, 2018. Disponível em: https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mireile_silva_martins.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. **Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate**. 2018. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mireile_silva_martins.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe – **Feminismo e política: uma introdução/** Luís Felipe Miguel, Flávia Biroli-1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecilia Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Nera, **Presidente Prudente**, v. 8, n. 9, p.151-172, Jun. 2006. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1445-4199-1-PB.PDF>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA- (Brasil). **2018 foi um ano que silenciou a Reforma Agrária**. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/01/11/2018-foi-um-ano-que-silenciouFAO-a-reforma-agraria/>Acesso em: 16 jan. 2020.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA- (Brasil). **Nossa História**. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142004000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

NAKATANI, Paulo et al. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 2, n. 110, p.213-240, jun. 2012. Semestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282012000200002>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a02n110.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

NEPPO, Bruno. **O que é devir?**. 27 de novembro 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pZKaS1fkzY8> >. Acesso em: 01 de maio de 2022.

NETO, José. Paulo. (2001). **Cinco notas a propósito da questão social**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 3. Rio de Janeiro: Ed. Grafine,jan – jun.

OXFAM BRASIL (Brasil). **Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira**. 2019. Disponível em: <https://oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

OXFAM BRASIL. **Como a justiça de gênero pode combater as desigualdades**. 2017. Disponível em: https://oxfam.org.br/noticias/como-a-justica-de-genero-pode-combater-as-desigualdades/?gclid=Cj0KCQiA4sjyBRC5ARIsAEHsELG_XVqt98LFqATPkYNmTjpgTgO89QQzrBV9Rxe51tWDFK8-qhtC000aAsvPEALw_wcB. Acesso em: 05 fev. 2020.

PAIXÃO, Mayara. BRASIL DE FATO (São Paulo). **Corte de 87% na reforma agrária no governo Temer mobiliza sem-terra em todo o país**. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/16/corte-de-87-na-reforma-agraria-no-governo-temer-mobiliza-sem-terras-em-todo-o-pais>. Acesso em: 05 fev. 2020.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2020. p .207.

PENNA, Camila; ROSA, Marcelo C. **Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do INCRA**. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n95/0102-6445-ln-95-00057.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim – **Feminismo, História e Poder** – Ver.Sociol.Polit., Curitiba V.18, n36, p.15- 23, jun.2010.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142005000300002>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300002. Acesso em: 23 fev. 2021.

REIS, Mauricio; FREITAS, Marcília. **O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas**. Revista Espaço Acadêmico- n.202-março 2018.

RIBEIRO, Cristine Jaques **As manifestações dos modos de viver caboclo: uma cartografia coletiva num assentamento de reforma agrária**. –Porto Alegre: PUC-RS, 2007. . Facetas do cotidiano- o dia a dia dos assentamentos do MST. Pelotas. EDUCAT,2001

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **A cartografia e a relação pesquisa e vida.** Psicologia & Sociedade, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 166-173, ago. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822009000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

SASSEN, Saskia. **Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global.** Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. 336 p.

SAUER, Sérgio et al. **Terrenos da desigualdade terra, agricultura e desigualdades no brasil rural.** 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/terras-e-desigualdade/#:~:text=As%20desigualdades%20no%20acesso%20%C3%A0,se%20encontram%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros..> Acesso em: 05 abr. 2022.

SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** Lamarea.2020. Disponível em: <https://www.lamarea.com/2020/08/31/ecofeminismo/> > . Acesso em: 10 de março de 2021.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente : perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia .** São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: Transformando o campo, as florestas, as pessoas.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: Transformando o campo, as florestas, as pessoas.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Feminismo radical – pensamento e movimento.** Travessias, Paraná, v. 2, n. 3, p. 1-15, set. 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3107/2445https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0211.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SOARES, Flávia de Bastos Ascenço. **O corpo anárquico na obra de Antonin Artaud: [des]encarceramento e crueldade na sociedade contemporânea.** 2018. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8674/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Fl%C3%A1via%20de%20Bastos%20Ascen%C3%A7o%20Soares%20-%202018.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SOUZA, Elton Luiz Leite de. **Deleuze e Guattari: o gosto filosófico. Revista Trágica: Estudos de filosofia da imanência.** Vol. 8 – nº 3 – pp.18-37, 2015.

SOUZA, Iriê Prado de. **Os sentidos e representações do ecofeminismo na contemporaneidade.** 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos/anais/IriePSouza.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas; STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960:** 2. ed.- São Paulo.2011.

TORRES, Nelson Maldonado. **A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, imperio e colonialidade.** Revista Crítica de Ciências Sociais. Nn Coimbra, n. 80, p. 71-114, mar. 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel ferenasilva(2001). **Capitalismo histórico & civilização capitalista**. São Paulo: Contraponto. YOUNG, Robert. (1990). *White Mythologies: Writing History and the West*. Londres: Routledge.

APÉNDICES

APÊNDICE A: Roteiro para entrevista semiestruturada Agricultoras

- 1- Há quanto tempo trabalha como agricultora?
- 2- Como você conta a sua história na agricultura?
- 3- O que é agroecologia para você?
- 4- Você trabalha com agroecologia?
- 5- Caso sim, há quanto tempo e como começou a atuar na agroecologia?
- 6- que te levou a atuar na agroecologia?
- 7- O que você pontua como positivo na atuação da agroecologia?
- 8- O que você pontua como negativo na atuação da agroecologia?
- 9- Faz parte de algum coletivo? Quais os teus desejos com relação ao coletivo que fazes parte?
- 10- Qual o seu desejo relacionado ao (cultivo, coletivo, Políticas públicas) ao atuar a partir da agroecologia?
- 11- Quais os efeitos da agroecologia na vida das mulheres? Você sente alguma diferença da agricultura convencional?
- 12- Como você percebe a desigualdade entre homens e mulheres no espaço rural? Evidencia alguma marca na sua história ?
- 13- Pensa que a agroecologia pode atuar nesse cenário?

APÊNDICE B: Roteiro para entrevista semiestruturada agentes públicos

- 1) O que você define como agroecologia?
- 2) Qual a importância da agroecologia e quais as implicações para o município de Arroio Grande?
- 3) O que você define como desafios para a agroecologia?
- 4) Como você percebe a relação da política de Reforma Agrária a agroecologia?
- 5) Quais as ações desenvolvidas pela instituição que você atua para agroecologia? Cite as possibilidades de desafios dessas ações.
- 6) Com relação ao lugar das mulheres na agroecologia, como você percebe? Pensa existir alguma diferença em comparação ao lugar ocupado pelas mulheres na agricultura convencional?
- 7) Existe alguma ação do poder público que atue com foco na mulher rural? Você julga ser importante a existência de ações desse cunho? Comente.
- 8) Comente de que forma a agricultura agroecológica pode incidir sobre o desenvolvimento sustentável e as desigualdades de gênero?